

**Organização da Clandestinidade Política do PCP: da Ditadura  
Militar ao 25 de Abril de 1974**

**Márcio José Monteiro Matos**

**Dissertação de Mestrado em História Contemporânea**

**Setembro 2015**

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em História Contemporânea, realizada sob a orientação científica de Professor Doutor Fernando José Mendes Rosas.

## **Agradecimentos**

O percurso que culminou com a dissertação presente é o acumular de conhecimentos transmitidos por inúmeras pessoas ao longo do meu percurso académico que de uma forma ou de outra permitiram-me adquirir os conhecimentos necessários que vão sendo apresentados ao longo deste trabalho e às quais é impossível aqui agradecer pessoalmente.

A dissertação seria impossível de realizar sem a estreita colaboração do meu orientador o Professor Fernando Rosas que pela pertinência das suas colaborações em muito me auxiliou a desbravar o caminho da investigação em História. As suas pertinentes observações e soluções foram guiando o caminho neste trajeto. Há pessoas que simplesmente impressionam pela sua abrangência de conhecimentos e o Professor Fernando Rosas é para mim seguramente uma delas.

Não posso deixar de agradecer ao Dr. João Madeira e à Dra. Irene Pimentel, duas referências no estudo da História Contemporânea, que tão amavelmente me auxiliaram no início da investigação. Quero agradecer também ao Dr. Paulo Tremoceiro que tão prestavelmente se empenhou no auxílio ao acesso das fontes presentes na Torre do Tombo e mostrou sempre a sua total disponibilidade em resolver eventuais problemas, transparecendo o gosto pelo exercício das suas funções que tão bem desempenha.

Agradeço a todos que tão gentilmente aceitaram conversar e deixar-se entrevistar por mim. Começo por agradecer ao Sr. Domingues Abrantes pela sua disponibilidade em auxiliar-me junto do Partido Comunista Português os materiais e contactos de que necessitasse e pelos seus primeiros esclarecimentos da clandestinidade política do partido. Agradeço também ao Sr. Carlos Brito pela produtiva entrevista que me concedeu e a honestidade com que respondeu às perguntas colocadas. Ao Sr. Carlos Luís Figueira na clareza das suas respostas e pelo à vontade em que me colocou para o interrogar e conversarmos. Ao Sr. Álvaro Pato pelos conhecimentos do período mais recente da clandestinidade do PCP. Agradeço ao Sr. António Gervásio, para mim uma referência de resistência e sacrifício pessoal em prol do país, que de forma tão contagiante e enérgica esclareceu as minhas dúvidas em relação à organização clandestina do PCP nos latifúndios.

Agradeço à minha mãe e restante família por acreditarem em mim e no meu percurso. Aos meus amigos que me apoiam e dos quais todos me orgulho de ter a sua amizade. Eles

sabem quem são. E por fim, agradeço à Annie, sendo mais do que uma companheira, tem sido incansável no apoio dado ao longo de todo o meu percurso dos últimos anos e em especial durante a dissertação.

A todos os referidos nestes agradecimentos é impossível descrever o quanto lhes fico grato pela forma como me ajudaram de uma forma ou de outra. A eles só podem ser apontados os eventuais méritos desta dissertação e a mim todos os seus defeitos.

**Organização da Clandestinidade Política do PCP: da Ditadura Militar ao 25 de  
Abril de 1974**

**Márcio José Monteiro Matos**

**Resumo**

**PALAVRAS-CHAVE:** Clandestinidade Política, Ditadura Militar, Estado Novo, PCP

A presente dissertação demonstra a evolução da organização clandestina do PCP ao longo do período ditatorial português do Século XX (1926-1974). Tendo em conta o período de clandestinidade de um partido de oposição à ditadura como foi o PCP, importa verificar como ao longo dos anos o partido adaptou a sua organização à conjuntura política interna e externa. Estudar o PCP na clandestinidade é certamente abordar a capacidade de recuperação de uma organização política sujeita à frequente repressão e violência política.

A organização clandestina do PCP, apesar de passar por períodos de maior ou menor crescimento orgânico, teve uma estratégia de organização das suas casas clandestinas que foi variando ao longo do período de tempo abordado nesta dissertação.

**Organization of the PCP's Political Underground: of the Military Dictatorship to  
25th of April of 1974**

**Abstract**

**KEYWORDS:** Political Underground, Military Dictatorship, Estado Novo, PCP

This dissertation shows the evolution of the clandestine organization of the PCP over the Portuguese dictatorship period of the twentieth century (1926-1974). Given the period of clandestine opposition party dictatorship as was the PCP, it is important to see how over the years the party has adapted its organization to internal and external political situation. Study the PCP in secrecy is certainly address the recoverability of a political organization subject to frequent repression and political violence.

The clandestine organization of PCP, despite going through periods of higher or lower organic growth, had a strategy of the organization of illegal homes which was ranging over the period of time covered in this dissertation.

# Índice

Introdução.....	1
1. Ilegalização dos Partidos e a Clandestinidade Política.....	4
1.1. A instauração da Ditadura Militar e a derrota do “Revirvalho” .....	4
1.2. O PCP na transição para a Ditadura Militar .....	11
2. A Primeira Fase da Organização da Clandestinidade Política do PCP (1929-1941) .	13
2.1. A reorganização de Bento Gonçalves e a emergência do PCP como partido clandestino (1929-1935).....	13
2.1.1. A Constituição do Estado Novo em 1933 .....	16
2.1.2. A Derrota do Operariado no 18 de Janeiro de 1934.....	18
2.2.1. Polícia Política, Prisões e Campo de Concentração – Breve descrição das armas de violência ao serviço do Fascismo.....	28
2.2.2. No pasarán! – A Espanha de esperança a desilusão dos comunistas portugueses .....	32
2.3. A Clandestinidade centralizada em Lisboa .....	37
3. A Segunda Fase da Organização da Clandestinidade Política do PCP (1941-1960) .	41
3.1. A Reorganização de 1941 – Um “novo” PCP .....	41
3.1.1. Mudanças Organizativas.....	45
3.1.2. As duras condições de Guerra – Efervescência Social.....	48
3.2. O I Congresso Ilegal de 1943 .....	52
3.2.1. O PCP hegemoniza a Oposição .....	56
3.3. O II Congresso Ilegal de 1946 – Expoente máximo do PCP .....	59
3.3.1. Cunhal - da personificação de uma liderança em 1946 à prisão em 1949....	63
3.4. A Expansão da Organização do PCP na Clandestinidade .....	67
3.5. Casas Clandestinas .....	71
3.5.1. Viver na Clandestinidade .....	73

3.5.2. “Se fores preso Camarada...” – O porte na polícia.....	78
3.6. A padronização da Clandestinidade e o enfraquecimento do PCP.....	81
3.7. O caminho do PCP da prisão de Cunhal até ao “Desvio de Direita” (1949-1959) .....	82
3.8. O “Furacão Delgado” .....	85
3.9. A Clandestinidade nos Meios Rurais (1941-1960) .....	87
4. A Terceira Fase da Organização da Clandestinidade Política do PCP (1961-1974)..	92
4.1. A Fuga de Peniche em 1961 e a Correção do “Desvio de Direita” .....	92
4.1.1. A Década de 60: o prelúdio para o abalo do regime .....	95
4.2. O PCP nos anos finais do regime .....	100
4.2.1. A Queda da Ditadura .....	102
4.3. A Clandestinidade nas Grandes Áreas Metropolitanas (1961-1974) .....	104
4.3.1. O crescimento das Grandes Cidades – Uma análise demográfica.....	108
Conclusão .....	110
Fontes e Bibliografia .....	112

## **Lista de Abreviaturas**

- ARA – Acção Revolucionária Armada
- ASP – Acção Socialista Portuguesa
- BR – Brigadas Revolucionárias
- CGT – Confederação Geral do Trabalho
- CIS – Comissão Inter-Sindical
- CMLP – Comité Marxista-Leninista Português
- CUF – Companhia União Fabril
- DGS – Direcção-Geral de Segurança
- ED – Esquerda Democrática
- EUA – Estados Unidos da América
- FAO – Federação das Associações Operárias
- FAP – Frente de Acção Popular
- FJCP – Federação das Juventudes Comunistas Portuguesas
- FP – Frentes Populares
- FPLN – Frente Patriótica de Libertação Nacional
- FRELIMO – frente de Libertação de Moçambique
- GAC – Grupos Antifascistas de Combate
- GNR – Guarda Nacional Republicana
- IC – Internacional Comunista
- IGA – Intendência Geral dos Abastecimentos
- ISV – Internacional Sindical Vermelha
- LPCGF- Liga Portuguesa Contra a Guerra e o Fascismo
- MCI – Movimento Comunista Internacional
- MFA – Movimento das Forças Armadas



MND – Movimento Nacional Democrático

MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola

MUD – Movimentos de Unidade Democrática

MUNAF – Movimento de Unidade Nacional Antifascista

NATO – Organização do Tratado do Atlântico Norte

OCPT – Organização Comunista Prisional do Tarrafal

ORA – Organização Revolucionária da Armada

PAIGC – Partido Africano para a Independência de Guiné e Cabo Verde

PIDE – Polícia Internacional e de Defesa do Estado

PCP - Partido Comunista Português

PCUS – Partido Comunista da União Soviética

PS – Partido Socialista

PVDE – Polícia de Vigilância e Defesa do Estado

SN – Sindicatos Nacionais

SVI – Socorro Vermelho Internacional

UPA – União dos Povos de Angola

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas





## Introdução

O longo espaço de tempo ditatorial do século XX português levou a que permanecessem profundas marcas na sociedade portuguesa para além do seu advento. As marcas da Ditadura continuam bastante visíveis nos mais variados espaços públicos, não querendo com isto fazer qualquer tipo de apreciação quantitativa ou qualitativa, e continuam, sobretudo bastante presentes no espaço da memória, seja ela boa ou má, dos tempos idos, com a instauração da Democracia em Portugal. A memória da ditadura continua suficientemente presente numa larga camada da população, não esquecer que se passaram apenas quatro décadas, e que muita dessa população continua a manter a sua opinião lúcida sobre o anterior regime político. Ora o que leva ao forte apelo sentido pela temática da clandestinidade, é a profunda admiração pela capacidade de autossacrifício de milhares de militantes e simpatizantes dos partidos clandestinos durante a ditadura, que foram capazes de sacrificar materialmente, fisicamente e psicologicamente em prol do contentamento, que lhes advinha da sua consciência, de que lutavam por um ideal político que lhes parecia superior justificando as privações de toda a ordem a que estavam sujeitos.

Partindo então da “certeza” de que a dissertação de mestrado recairia sobre o estudo da clandestinidade, foi então ponderado o estudo da mesma no seu aspeto organizativo. Mais do que clamar pelo profundo repúdio das mais diversas violências exercidas pela Ditadura, foi necessário resistir ao seu forte apelo e colocar racionalidade na escolha do tema a abordar no presente estudo. Foi então que se decidiu partir para a investigação de um aspeto da clandestinidade, que apesar de ser inevitavelmente referido de forma pontual sobre quem se debruçou nesta temática, ainda não o foi de forma sistemática como o que se pretende realizar neste trabalho.

O objeto de estudo deste trabalho será a organização clandestina do PCP que durante o período compreendido entre 1926 e 1974, atuou de forma clandestina ao regime que a ilegalizou pela sua proposta incompatível com o *status quo* dos quarenta e oito anos de ditadura. Atentando à forma como se foi dispendo geograficamente o aparelho do PCP ao longo do período ditatorial, nomeadamente as casas e tipografias clandestinas essenciais ao seu funcionamento. Como “Organização Clandestina Política” será entendida a existência de um aparelho ilegalizado de oposição política que esteja organizado de forma a exercer a sua atividade de forma contínua na clandestinidade.

Importa ainda referir que a curta experiência dos sindicatos clandestinos que emergiram nos anos 30 será abordada mas não encarada como objeto de estudo neste trabalho. O estudo procurará identificar de que forma foi criada e cimentada a organização clandestina do PCP ao longo deste período.

O espaço temporal abordado corresponderá ao período em que foram sendo tornadas ilegais quaisquer formas organizativas de oposição política ao regime, ou seja, será atentado todo o período possível de terem emergido organizações políticas que não fossem reconhecidas como legais pela Ditadura Militar e pelo Estado Novo enquadrados neste espaço temporal. O alargado espaço temporal justifica-se pela especificidade do tema de trabalho e pela necessidade de acompanhar o crescimento da organização clandestina do PCP desde a sua criação até ao 25 de Abril de 1974.

A divisão do presente estudo corresponderá na nossa visão aos diferentes períodos da organização da clandestinidade política do PCP, ou seja, cada capítulo corresponde a um espaço de tempo que consideramos ser diferente do anterior pelas alterações orgânicas inerentes à clandestinidade do partido. Cada capítulo terá um primeiro subcapítulo referente ao enquadramento histórico do arco cronológico abordado em cada um, atentando-se especialmente os principais acontecimentos políticos referentes à oposição ao regime de Ditadura Militar e, posteriormente, do Estado Novo. Os subcapítulos seguintes referem-se à temática do presente estudo, enquadrando-se a história do PCP com as evoluções organizativas da estrutura clandestina que o suportava.

Relativamente ao estado da arte, a história do PCP encontra-se bem estudada, principalmente por José Pacheco Pereira<sup>1</sup> e João Madeira<sup>2</sup>, no que concerne ao período da sua ilegalização. A temática da clandestinidade enquanto objeto de estudo foi abordada tanto por Cristina Nogueira<sup>3</sup>, como por Pacheco Pereira<sup>4</sup>, nos estudos até agora publicados.

Os estudos anteriormente explanados giram em torno do Partido Comunista Português, o qual pela sua centralidade na vida clandestina leva invariavelmente a que os seus autores abordem necessariamente a organização da clandestinidade (objeto de estudo deste

---

<sup>1</sup> PEREIRA, José Pacheco, *Álvaro Cunhal – Uma biografia política. “Duarte”, o dirigente clandestino, 1941-1949*, volume 2, Lisboa, Temas e Debates, 2001, e, *O prisioneiro, 1949-1960*, volume 3, Lisboa, Temas e Debates, 2005.

<sup>2</sup> MADEIRA, João, *História do Partido Comunista Português: Das origens ao 25 de Abril (1921-1974)*, Lisboa, Edições Tinta-da-China, 2013.

<sup>3</sup> NOGUEIRA, Cristina, *Vidas na Clandestinidade*, Lisboa, Edições Avante!, 2011.

<sup>4</sup> PEREIRA, José Pacheco, *A Sombra. Estudo sobre a clandestinidade comunista*, Lisboa, Gradiva, 1993.

trabalho). No entanto, os dois estudos, da autoria de Irene Flunser Pimentel abordam a organização da clandestinidade duma perspetiva distinta dos anteriormente aqui apresentados, ou seja, tratam na perspetiva da polícia política (PVDE/PIDE/DGS) organização que tem como uma das suas principais funções identificar e dismantelar as organizações clandestinas oposicionistas ao regime ditatorial de Estado Novo.

As fontes serão pesquisadas essencialmente no Arquivo Nacional da Torre do Tombo e nos demais arquivos com referências pertinentes com à temática da Dissertação. As fontes, de forma geral, terão a sua origem na imprensa clandestina afeta aos partidos políticos que se organizaram clandestinamente, em processos judiciais de presos políticos, em correspondência apreendida pela PVDE/PIDE/DGS em pessoas filiadas a organizações clandestinas, em correspondência trocada entre agentes da polícia política ou destes com outras instituições, em atas, relatórios ou informes políticos dos partidos clandestinos e seus militantes. Ter-se-á em conta as memórias da vida na clandestinidade de militantes do PCP que se encontrem publicadas, bem como memórias de agentes da polícia política que se debruçam sobre a mesma, tendo em conta o cuidado crítico que estas fontes requerem. Será ainda atentada a recolha de depoimentos a pessoas com experimentação pessoal nas organizações clandestinas, que transmitam informações relevantes para o objeto deste estudo, através do método de entrevista.

# 1. Ilegalização dos Partidos e a Clandestinidade Política

## 1.1. A instauração da Ditadura Militar e a derrota do “Reviralho”

O golpe militar de 28 de Maio de 1926, que instauraria a ditadura em Portugal por quase meio século, terminaria com uma tradição de carácter liberal que advinha desde os tempos da Monarquia Constitucional até terminar com a Primeira República. A Ditadura Militar que duraria de 1926 até 1933, e que se regenerou através de conceito fascizante incutido por António de Oliveira Salazar ao *per si* denominado Estado Novo, fora um período bastante atribulado politicamente, ao contrário do que alguma historiografia queira iludir com a ideia de uma transição pacífica para um regime unanimemente apoiado<sup>5</sup>. O período de 1926 até 1933, foi marcado pela consolidação do regime ditatorial através da repressão política de republicanos, anarquistas e comunistas, que desfalcados dos seus principais membros e dos meios legais para fazerem oposição, viram o poder estabelecer-se exclusivamente nas mãos dos militares golpistas. Dos “sobreviventes” à avalanche repressiva da Ditadura Militar, o PCP foi o único capaz de se adaptar e organizar à nova situação política que os remetia para uma situação de clandestinidade.

Apesar de o estudo do golpe não ser o objeto do trabalho, creio ser importante fazer uma breve referência ao conturbado período político da implantação do 28 de Maio de 1926 até, ao “...último movimento revolucionário que sai à rua, na capital, a 26 de Agosto de 1931, ...”<sup>6</sup>.

O pronunciamento militar originário de Braga, a 28 de Maio de 1926, que colocaria um ponto final ao período que ficaria conhecido como a Primeira República (1910-1926), demorou até 9 de Julho de 1926 para estabelecer definitivamente os novos protagonistas do regime implementado, com a constituição Governo sob a égide de Óscar Carmona. Os golpistas portugueses tiveram inicialmente apoios dos mais diversos quadrantes da direita radical e conservadora. Numa fase da governação liderada por António Maria da Silva que passava por algumas dificuldades, a liderança do golpe militar dirigido por Gomes da Costa, fizera marchar sobre a capital tropas vindas do Norte, Centro e Sul do País, levando o então Presidente da República, Bernardino Machado, a atribuir a liderança do executivo governamental, conjuntamente com o cargo de Presidente da República, a

---

<sup>5</sup> Cf. ROSAS, Fernando, *Salazar e o Poder: A Arte de Saber Durar*, Lisboa, Edições Tinta-da-China, 2012

<sup>6</sup> *Idem, Ibidem*, p.77

Mendes Cabeçadas.<sup>7</sup> Será este então o último gesto dos republicanos, e do seu ideal, na governação portuguesa pré ditadura. Perante, o desacordo da liderança do golpe militar, com a liderança do executivo por Mendes Cabeçadas este é cada vez mais pressionado a ceder o poder, algo que vem acontecer cerca de quinze dias após tomar posse, perante as críticas cada vez mais crescentes do seu próprio eleitorado republicano.<sup>8</sup> Poder-se-á dizer que o republicanismo se esvazia em si próprio, com os seus constantes erros de tática política, que tornam inexistentes as condições mínimas necessárias à governação.

Dar-se-ia então a ascensão de Gomes da Costa que “... entra triunfalmente em Lisboa à cabeça de 15000 homens, aclamado como chefe da “revolução”, cujo líder formal [Mendes Cabeçadas] voluntariamente se apaga.”<sup>9</sup> estando, num temporário segundo plano, Óscar Carmona com a inclusão de ambos no Conselho de Ministros de Cabeçadas. A 14 de Junho de 1926, Cabeçadas é confrontado com o “projeto presidencialista autoritário (inspirado na experiência sidonista) e de raiz claramente corporativista e antiliberal/individualista quanto à futura organização do Estado”<sup>10</sup>, de Gomes da Costa. Não obstante os apelos dos republicanos, este cede o poder a Gomes da Costa que passava a acumular os cargos de Presidente da República e de Chefe de Governo.

O curto período de governação de Gomes da Costa onde a sua incoerência política e incompetência para resolver os problemas prementes do país, torna claro para os golpistas do 28 de Maio que será uma vez mais necessário retirar o poder ao Presidente da República, e cumulativamente Chefe de Governo, através da força das armas. Gomes da Costa será então aprisionado no Forte de Caxias e posteriormente deportado para a Angra do Heroísmo, nos Açores. Nesse mesmo dia (9 de Julho), Óscar Carmona é apresentado como Presidente do Ministério pelos sinelianos<sup>11</sup>. Carmona, figura respeitável no seio das Forças Armadas, conhecido como um *low profile* ideal para ser Presidente da República sem grande participação na governação, seria logo em Novembro de 1926, acusado pelos

---

<sup>7</sup> Cf. ROSAS, Fernando, “O Estado Novo”, in MATTOSO, José (coord.), *História de Portugal*, vol. 7, Lisboa, Editorial Estampa, 1998, pp.159-162.

<sup>8</sup> *Idem, Ibidem.*

<sup>9</sup> *Idem, Ibidem*, p.161.

<sup>10</sup> *Idem, Ibidem.*

<sup>11</sup> Nome pelo qual eram indicadas as forças políticas e militares apoiantes das posições conservadoras de Sinel de Cordes durante o período de instauração da Ditadura Militar em Portugal.



republicanos de “... verdadeiro pau-mandado de todos, e por ninguém obedecido, general de saias...”<sup>12</sup>.

Seguir-se-ia o que Fernando Rosas indica como o “primeiro passo” da ascensão de Salazar ao poder apesar deste “passo” não ser obra do mesmo sendo sobretudo um “passo” dado pelos militares aquando a sua governação, a derrota do reviralhismo e do movimento operário. Sendo um período compreendido entre Fevereiro de 1927 e Agosto de 1931 marcado por uma série de tentativas dos movimentos republicanos para restaurarem a I República corrigida dos seus principais defeitos. Será um período de guerra civil intermitente do qual saíram vencedores os apoiantes da Ditadura, mas à custa da mais dura violência desde bombardeamentos, cercos, deportações, enfim tudo valeu para manter a Ditadura e a sua direita conservadora ao leme dos destinos de Portugal.<sup>13</sup>

Não obstante a inconsequente insurreição da Infantaria situada em Chaves logo a Setembro de 1926, poder-se-á afirmar que o Reviralhismo começa atuar contra a Ditadura com as insurreições armadas de 3 e 7 de Fevereiro de 1927 no Porto e em Lisboa respetivamente. Mesmo tendo em conta a repressão que se abateu sobre os republicanos logo em 1926, após a instauração da Ditadura Militar, estes conservavam ainda uma vasta rede de influência nas forças armadas e de segurança que lhes permitia ambicionar a possibilidade de derrubar o recém-criado regime ainda pouco experimentado na arte de reprimir movimentos armados oriundos da oposição republicana. Com uma preparação relativamente conhecida, a insurreição sai efetivamente à rua no Porto a 3 de Fevereiro. Importa ainda referir que estaria prevista a insurreição armada ao mesmo tempo em Lisboa e não quatro dias mais tarde quando os insurretos do Porto estavam praticamente derrotados. Ao Porto dirigem-se diversas forças do exército e da GNR de várias cidades do Norte e Centro do país apoiantes dos republicanos. Apesar do apoio militar e da população local ao movimento reviralista estes serão esmagados cinco dias volvidos. A cidade “Invicta” fora cercada, bombardeada e submetida a total ausência dos mais diversos géneros, perante a superioridade das forças ditatoriais que conseguiram concentrar todas as suas forças militares numa primeira fase no Porto e, posteriormente, em Lisboa, como analisaremos de seguida. Porém, a resistência que havia sido feita no

---

<sup>12</sup> “Republicanos / Pela Pátria e pela República, às armas!, 1926” in MARQUES, A. H. Oliveira, *A Literatura Clandestina em Portugal Durante a Ditadura Militar (1926-1932)*, vol. I, Lisboa, Editorial Fragmentos, 1990, p.131.

<sup>13</sup> Cf. ROSAS, Fernando, *Salazar e o Poder: A Arte de Saber Durar*, Lisboa, Edições Tinta-da-China, 2012, pp. 76-77.

Porto às forças da Ditadura Militar, seriam fortemente aclamadas e propagandeadas junto da população lisboeta, enaltecendo-se:

“...os bravos rapazes que na manhã de 3 de Fevereiro corrente desembainharam as suas espadas em defeza da Liberdade, se portaram com tanta beleza moral e heroísmo. (...) Foi uma luta linda... (...). Após violentíssimos combates durante cinco dias e cinco noites, renderam-se os revoltosos por falta de munições para as metralhadoras, mas fizeram-no com tal garbo e dignidade que os vencedores mais pareciam os vencidos...”<sup>14</sup>

Quando estala a “revolta do remorso”<sup>15</sup> em Lisboa, a 7 de Fevereiro de 1927, já o reviralhismo do Norte se encontrava dominado e as forças para lá mobilizadas disponíveis para reprimir os intentos reviralhistas da capital.<sup>16</sup> As unidades do exército sob apertadas medidas de vigilância das forças da Ditadura recusam-se a sair e a acompanhar os revoltosos militares (um quartel de marinheiros e três companhias da GNR, perfazendo um total de pouco mais de setecentos militares) e civis armados são os que saem à rua. Uma vez mais, tal como acontecera no Porto a discrepância de meios e de força tornara inevitável a derrota reviralhista em Lisboa perante as forças ditatoriais. Tal como se refere Fernando Rosas, o resultado final das revoltas do revirvalho republicano de Fevereiro de 1927 serão as seguintes:

“O rescaldo repressivo do 3 e 7 de Fevereiro pôs termo, definitivamente, à viabilidade das futuras intentonas reviralhistas: serão efectuadas centenas de prisões entre civis e militares, serão dissolvidas e dispersas as unidades rebeldes, demitidos os funcionários públicos e os oficiais implicados, suspensa ou proibida a imprensa apoiante e agravada a censura, ilegalizados os centros políticos directa ou indirectamente ligados ao movimento, criada uma polícia secreta (a Polícia de Informações)”<sup>17</sup>

Será em resultado da repressão que se abate sobre os envolvidos na primeira tentativa reviralhista que o PCP, também apoiante do movimento, verá as suas sedes encerradas

---

<sup>14</sup> R.F.L.G, “Para a história da Ditadura! Dois Documentos”, 1927 in MARQUES, A. H. Oliveira, *A Literatura Clandestina em Portugal Durante a Ditadura Militar (1926-1932)*, vol. I, Lisboa, Editorial Fragmentos, 1990, p.155.

<sup>15</sup> A “Revolta do remorso” trata-se do nome pejorativamente atribuído à morosidade com que os reviralhistas de Lisboa saem à rua.

<sup>16</sup> Cf. ROSAS, Fernando, *O Estado Novo*, in MATTOSO, José (coord.), *História de Portugal*, vol. 7, Lisboa, Editorial Estampa, 1998, pp.216-218.

<sup>17</sup> ROSAS, Fernando, “O Estado Novo”, in MATTOSO, José (coord.), *História de Portugal*, vol. 7, Lisboa, Editorial Estampa, 1998, p.218.

em Lisboa e no Porto. Sendo a partir desta data que o PCP se tornará efetivamente ilegal perante as instituições políticas. Importa ainda clarificar que durante o período de intermitente guerra civil (1926-1931), tanto as organizações partidárias e sindicais comunistas como as anarcossindicalistas representativas do operariado, vinham prestando o seu apoio aos reviralhistas para a restauração da república, até a primeira se transformar numa verdadeira organização clandestina e a segunda praticamente desaparecer. Tanto comunistas e anarquistas estavam bastante permeáveis às ideias do republicanismo radical, que hegemonizou a oposição ao regime até meados da década de trinta.

Na sequência da derrota reviralhista de Fevereiro de 1927, será ainda ilegalizada a Confederação Geral do Trabalho (CGT). O revolucionarismo operário nunca fora uma ameaça à Ditadura Militar quer pelas organizações que o representavam como pela constante repressão a que estavam submetidas fruto do apoio dado ao Revirvalho. Haveria tempo para dismantelar o revolucionarismo operário após a eliminação do perigo mais proeminente que o reviralhismo representava.

A derrota de Fevereiro de 1927, e o conseqüente exílio de algumas figuras proeminentes da defesa do republicanismo para a França, leva a que em Julho desse mesmo ano seja apresentado o Manifesto da Liga da Defesa da República, mais conhecida por “Liga de Paris”. Esta Liga estará a partir de então na retaguarda do planeamento e apoio dos futuros golpes reviralhistas durante a Ditadura Militar.<sup>18</sup>

Seguir-se-iam algumas insurreições armadas das quais importa referir como mais importantes as ocorridas em 1931, ano terminal para o reviralhismo português.

A primeira ocorrida a 4 de Abril e conhecida com a “Revolta da Madeira” consistiu na revolta militar que pretendia a reposição do regime republicano pré-28 de Maio de 1926. Esta teria um amplo apoio dos locais madeirenses bastante descontentes com o brutal aumento nos preços dos géneros alimentícios provocado pela centralização das importações dos cereais no território continental. A efervescência social madeirense já se fizera notar com a circulação de folhetos onde se exigia a “...revogação imediata do decreto sobre o regime cerealífero;”<sup>19</sup> e “...que os impostos sejam descidos, porque a

---

<sup>18</sup> FARINHA, Luís, “O ”revirvalho”: a resistência republicana”, in PAÇO, António Simões do, *Os anos de Salazar: O que se contava e o que se ocultava durante o Estado Novo*, vol. I, Lisboa, Planeta De Agostini, 2008, p.72.

<sup>19</sup> “Avante Madeirenses / Povo, não esqueças os teus direitos! / Luta, para evitar a fome!, 1931” in MARQUES, A. H. Oliveira, *A Literatura Clandestina em Portugal Durante a Ditadura Militar (1926-1932)*, vol. II, Lisboa, Editorial Fragmentos, 1990, p.232.

Madeira não quer morrer asfixiada...”<sup>20</sup>.De imediato, a “Liga de Paris” encetou contactos junto do Reino Unido e fez esforços para que a sublevação se alastrasse ao território continental português, mas sem sucesso. Não obstante este facto, as sublevações acabariam por alastrar-se aos Açores e à Guiné-Bissau. Nos Açores a chegada das tropas ditatoriais rapidamente toma conta da situação local, porém, na Madeira tudo seria bastante diferente com as forças ditatoriais a sentirem dificuldades em mobilizarem as suas tropas e a fazê-las penetrar na ilha. Seguir-se-iam brutais e sangrentos confrontos entre os militares fiéis à ditadura e os insurretos apoiados pela população local. O resultado seria, uma vez mais, do movimento reviralista que sem apoios externos à ilha acabariam por sucumbir. A Guiné-Bissau, perante o exemplo madeirense, render-se-ia através de comunicado enviado para Portugal.

Entretanto, fora criado em Abril de 1931 o Comité Revolucionário liderado por Jaime Cortesão, que ficara conhecido como o “Grupo dos Budas”. À semelhança do que estivera na origem da “Liga de Paris” este grupo de exilados políticos do pós-28 de Maio de 1926, sitiados em Espanha, procurava obter apoios junto da recém-nascida II República Espanhola.<sup>21</sup>

O segundo pronunciamento militar aconteceria a 26 de Agosto de 1931 em Lisboa sob a preparação do “Grupo dos Budas”, e com o auxílio da “Liga de Paris”, saíam na madrugada desse dia trinta civis com o intuito de sublevar as tropas da capital contra a Ditadura Militar, algo que acabou por surtir efeito num total de cerca de trezentos militares. Como explicita Fernando Carneiro, num dos folhetos de propaganda republicana:

“A precipitação d uns, a passividade d outros a traição da maior parte a falta de unidade, que devia levar a eclosão, simultânea do movimento revolucionário no Norte no Sul e no Centro do Paiz, fizeram, mais uma vez gorar uma manifestação heroica da alma luzitana!

Para o Desterro, como se fossem rezes para o Matadouro de Timor, foram mais de trezentos defensores leaes dos genuínos princípios republicanos”<sup>22</sup>

---

<sup>20</sup> *Idem, Ibidem.*

<sup>21</sup> FARINHA, Luís, “O ”revirvalho”: a resistência republicana”, in PAÇO, António Simões do, *Os anos de Salazar: O que se contava e o que se ocultava durante o Estado Novo*, vol. I, Lisboa, Planeta De Agostini, 2008, p.75.

<sup>22</sup> CARNEIRO, Fernando, “Ao Pôvo Português,/ á Força Armada Oficiaes,/ soldados marinteiros, 1931” in MARQUES, A. H. Oliveira, *A Literatura Clandestina em Portugal Durante a Ditadura Militar (1926-1932)*, vol. II, Lisboa, Editorial Fragmentos, 1990, p.261.

O número discrepante entre a superioridade de forças militares fiéis à ditadura contra os reviralhistas levou a uma carnificina que resultou em cerca de quarenta mortos e à derrota definitiva do Revirvalho enquanto movimento militar republicano de derrubamento da Ditadura.<sup>23</sup>

Terminava assim um ciclo em 1931 na oposição à Ditadura Militar instaurada em 1926 dominada pela convergência das forças de esquerda, na qual se incluía o PCP, em torno do mais forte opositor ditatorial, o Revirvalho. Com a derrota dos reviralhistas, e conseqüentemente com a derrota do PCP e dos anarquistas que os apoiavam, ficou estabelecido definitivamente um Estado ditatorial cujas conseqüências passariam a ser a extinção do multipartidarismo, a implementação da censura prévia e um sentimento generalizado de medo em quem ousasse opor-se ao *status quo* imposto tanto através da violência preventiva (instituições criadas ou existentes fiéis à ditadura) ou da violência punitiva (Polícia Política, deportações, assassinatos).

---

<sup>23</sup> *Idem, Ibidem*, pp.74-75.

## 1.2. O PCP na transição para a Ditadura Militar

No dia 29 de Maio de 1926 deu-se início aos trabalhos partidários relativos ao II Congresso Legal do PCP, sendo este então profundamente condicionado pelos acontecimentos da véspera cujo pronunciamento militar havia instituído facilmente a Ditadura Militar. O partido identificando o pronunciamento como fascista, tenta encetar contactos no sentido de levantar um movimento popular contra os militares com a CGT, que se recusa a aliar ao PCP, e a Esquerda Democrática (ED) com quem já haviam sido estabelecidas parcerias políticas em ocasiões anteriores mas que decidem apoiar os golpistas.<sup>24</sup> Os trabalhos acabariam por terminar no dia seguinte, no dia 30 de Maio, tendo em conta a incapacidade do PCP para partir autonomamente contra os militares golpistas, tal como o precipitar de acontecimentos que se adivinha e que certamente alteraria todo o futuro planeamento partidário.<sup>25</sup> Curiosamente este Congresso aconteceu precisamente no edifício da Rua António Maria Cardoso onde se viria a instalar a Polícia Política que tão ferozmente se encarregou de perseguir e tentar aniquilar o PCP.<sup>26</sup>

O PCP era à época da queda da I República um partido de reduzida dimensão com o seu eleitorado bastante concentrado nas duas principais metrópoles do país com especial evidência no Arsenal da Marinha em Lisboa. A tradição anarcossindicalista fortemente enraizada no operariado local leva a que os seus militantes e simpatizantes possuíssem uma liberdade de ação política alargada completamente diferente à forte disciplina e rigidez partidária que se viria a conhecer quase duas décadas depois.

Como fora referido no subcapítulo anterior, o PCP apesar da instituição da Ditadura Militar em Maio de 1926, mantém as suas sedes partidárias abertas em Lisboa e no Porto até Fevereiro de 1927, indo posteriormente a reboque do movimento reviralthista “...sem evidenciarem uma estratégia e uma tática próprias, sem mesmo negociarem politicamente o seu apoio ao republicanismo revolucionário.”<sup>27</sup> Com a derrota do pronunciamento militar de Fevereiro de 1927 e a repressão que se abate, neste caso particular, sobre os comunistas o partido ficaria “...no Verão de 1928 (...) reduzido a 50

---

<sup>24</sup> MADEIRA, João, *História do Partido Comunista Português: Das origens ao 25 de Abril (1921-1974)*, Lisboa, Edições Tinta-da-China, 2013, pp. 29-30.

<sup>25</sup> *Idem, Ibidem*, p.30.

<sup>26</sup> GOUVEIA, Fernando, *Memórias de um inspector da PIDE*, Lisboa, Roger Delraux, 1979, p.18.

<sup>27</sup> ROSAS, Fernando, “O Estado Novo”, in MATTOSO, José (coord.), *História de Portugal*, vol. 7, Lisboa, Editorial Estampa, 1998, p. 231.

elementos em Lisboa e 20 no Porto”<sup>28</sup>. A atividade do PCP torna-se então cada vez mais diminuta, mantendo-se os canais de ligação com a Internacional Comunista (IC), indo duas delegações a Moscovo em 1927 e 1928, cujos regressados estarão delegados a proceder à reorganização do partido.<sup>29</sup> Esta reorganização seria em suma a bolchevização do PCP, que em linhas gerais, consistia na tentativa de libertar o partido da influência anarcossindicalista que se mantinha para as formas políticas e organizativas apontadas pela IC.<sup>30</sup> Seria em torno desta ideia de necessidade de bolchevização que se dariam as primeiras divergências na direção do partido logo em 1928 com Manuel Pilar, figura vital no lançamento desta primeira reorganização do PCP, a divergir com os seus camaradas de Comité Central, Júlio Dinis e Augusto Machado. Manuel Pilar busca então apoios junto do histórico bastião comunista do Arsenal da Marinha, onde viria a curto prazo emergir a histórica figura de Bento Gonçalves. A reorganização dar-se-ia irreversivelmente, em Abril de 1929, em conferência onde participam cerca de quinze militantes, maioritariamente da região de Lisboa e ingressados recentemente no PCP, ou seja, fora da emergência que o ideal do anarco-sindicalismo tinha sobre os dirigentes e militantes comunistas mais antigos.<sup>31</sup> Será decidida a bolchevização do PCP pelos presentes na conferência decidindo-se criar um aparelho clandestino constituído por quadros bem preparados, uma rede logística de apoios e o estabelecimento de regras conspirativas a serem cumpridas por todos os militantes. Colocar-se-ia ainda a questão de serem estabelecidas ligações com a anterior direção do PCP, mas esta seria, preliminarmente recusada por Júlio César Leitão defendendo o corte definitivo com os antigos dirigentes comunistas. Apesar da exagerada preponderância atribuída pelo, ex-inspetor da PIDE Fernando Gouveia, a este último dirigente comunista, creio ter sido uma figura importante na forma como se projetou a organização do PCP, sobretudo pela sua experiência clandestina proveniente do Partido Comunista Brasileiro.<sup>32</sup>

Considero ser então a partir deste momento que começa verdadeiramente a existir uma organização clandestina do PCP (objeto de estudo deste trabalho), à qual se possa analisar as diferentes fases organizacionais do partido na clandestinidade.

---

<sup>28</sup> MADEIRA, João, *História do Partido Comunista Português: Das origens ao 25 de Abril (1921-1974)*, Lisboa, Edições Tinta-da-China, 2013, p. 31.

<sup>29</sup> *Idem, Ibidem.*

<sup>30</sup> Cf. ROSAS, Fernando, “O Estado Novo”, in MATTOSO, José (coord.), *História de Portugal*, vol. 7, Lisboa, Editorial Estampa, 1998, p. 231.

<sup>31</sup> Cf. MADEIRA, João, *História do Partido Comunista Português: Das origens ao 25 de Abril (1921-1974)*, Lisboa, Edições Tinta-da-China, 2013, p. 31.

<sup>32</sup> Cf. GOUVEIA, Fernando, *Memórias de um inspetor da PIDE*, Lisboa, Roger Delraux, 1979.

## **2. A Primeira Fase da Organização da Clandestinidade Política do PCP (1929-1941)**

### **2.1. A reorganização de Bento Gonçalves e a emergência do PCP como partido clandestino (1929-1935)**

A reorganização empreendida em Abril de 1929 será sobretudo ao nível da orgânica do PCP e não tanto do ponto de vista político e ideológico.<sup>33</sup> É a partir deste ano que os novos dirigentes comunistas tentam imprimir uma nova dinâmica ao partido. Bento Gonçalves, na qualidade de Secretário-Geral do PCP, desloca-se até Moscovo para a VI Reunião do Conselho Geral da Internacional Sindical Vermelha (ISV) em Dezembro de 1929. Quando regressa com instruções de estabelecer uma central sindical que congregasse os sindicatos sob a influência do PCP, Bento Gonçalves formará a Comissão Inter-Sindical (CIS) em Março de 1930.<sup>34</sup> O projeto embrionário da CIS traduz a necessidade do partido se demarcar sindicalmente tanto dos sindicatos próximos dos anarquistas como das outras correntes de pensamento político. Para além disso, começar-se-á a tentar enriquecer politicamente os militantes fosse através de artigos no jornal “O Proletário” ou em círculos de estudo em que se explicava alguma teoria marxista e as divisões entre comunistas e anarco-sindicalistas.<sup>35</sup> Será ainda criada a Federação das Juventudes Comunistas Portuguesas (FJCP) que substituirá a extinta Juventude Comunista.

Em suma, sob a liderança do ativo e doutrinador novo secretário-geral, Bento Gonçalves, o PCP começa a criar condições para a sua nova faceta orgânica clandestina.

Relativamente à organização do partido muitas foram as alterações verificadas. A nova linha organizacional do partido, lançou-se, imediatamente, num trabalho de recrutamento e organização, cuja base assentava nas células de rua, usualmente constituídas por cinco elementos, que se encontravam geralmente ao final do dia, nas ruas de maior movimento onde passassem despercebidos ou em jardins públicos onde era mais fácil a defesa do encontro, mas sempre em locais diferentes, sendo no entanto geralmente próximos da sua área de ação. Estas reuniões contavam com a presença do “controleiro” da célula, que

---

<sup>33</sup> Cf. MADEIRA, João, *História do Partido Comunista Português: Das origens ao 25 de Abril (1921-1974)*, Lisboa, Edições Tinta-da-China, 2013, p. 31-32.

<sup>34</sup> *Idem, Ibidem*

<sup>35</sup> *Idem, Ibidem*, p.33



tinha como missão atribuir as tarefas a cada um dos membros da célula, recolher os fundos relativos à venda de imprensa e selos do “Socorro Vermelho Internacional” (SVI), cotas dos militantes do partido, distribuir material impresso, e redigir, sinteticamente, uma ata, posteriormente entregue no comité de zona, dando conta dos progressos e retrocessos do trabalho partidário efetuado pelos membros da célula que dirigia. Cada um destes membros de célula teria como uma das suas funções aliciar novos elementos para as trincheiras do partido, podendo formar-se uma nova célula sob a sua direção. Acima desta base estava o comité de zona que controlava determinadas zonas de uma determinada região, ou cidade, caso se justificasse haver divisões por zona dentro de uma determinada cidade. Como era o caso de Lisboa, que em 1932, estava dividida em quatro zonas, que por sua vez se desmultiplicavam em aproximadamente vinte células de rua<sup>36</sup>. Os comités de zona eram controlados por comités regionais, que analisavam as atas e decidiam novas diretrizes.

O PCP surge neste período como um partido claramente apontado para o trabalho de agitação junto das massas, sendo então que um dos esteios da organização da clandestinidade política vai aumentar significativamente a sua importância, o trabalho tipográfico. Será neste período, a 15 de Fevereiro de 1931, que sairá o primeiro número do jornal “Avante!”, meio de imprensa do partido dirigido às massas, que se publicará clandestinamente até à queda da ditadura em 1974. No entanto, segundo a nova política do PCP, não deveria ser apenas este jornal que tinha de fazer chegar às massas proletárias a orientação do partido. Será neste período que surgiram uma série folhas volantes e pequenos jornais dedicados aos problemas específicos de sectores e fábricas onde os órgãos do Partido que tivessem capacidade para fazer este género de material impresso. Sendo dadas instruções, através do segundo número do Avante, que “o sistema das folhas volantes, ainda que dactilografadas, dedicadas sobretudo à análise bolchevista dos assuntos correntes de tal ou tal fábrica, deve ser posto em prática o quanto antes.”<sup>37</sup>. O florescimento deste género de folhas volantes e da imprensa do partido, coadjuvado com a insuficiência do partido em produzir pelos seus próprios meios o aumento de impressões necessárias, levou ao recurso a tipografias legais que em troca de melhor remuneração arriscavam-se a fazer este tipo de trabalhos, caindo várias delas nas mãos da polícia

---

<sup>36</sup> Fernando Gouveia, *Memórias de um inspector da P.I.D.E.: A organização clandestina do P.C.P* (Lisboa, Edições Roger Delraux, 1979), p.40.

<sup>37</sup> “Situação e Tarefas do nosso Partido”, *Avante!*, I série, 1 de Março de 1931, p. 6.

política. Situação descrita logo no primeiro número do “Avante!”, aquando se justificava o preço refletindo a dificuldade que implicava a impressão do jornal:

“Alem disso, o custo do jornal, envio, etc, é muito superior ao de qualquer outra publicação pois ninguém está disposto a executar estes trabalhos, sem vantagens económicas”<sup>38</sup>

Porém, alguns dos problemas com que o PCP se debate serão identificados pelo seu secretariado logo em 1933 relativamente à organização do partido dando conta que “...não se sente o pulsar revolucionário das c[élulas]...”, estando as atas redigidas após cada encontro “...repletas desta abstração generalizada...”.<sup>39</sup> Relativamente à forte repressão policial que o partido sente nesta fase é assumido que “...a repressão policial se transformou numa espécie de pânico dentro das nossas fileiras.”, alertando que “... quando um camarada cai na cadeia a sua prisão não possa transformar-se em fio que forneça uma nova “lingada”.”.<sup>40</sup>

Parte do problema seria, no entanto, a intensa repressão policial que o partido sofreu com o seu ligeiro crescimento, dois anos após a reorganização de 1929. Dos principais dirigentes eleitos apenas José de Sousa, que ficará provisoriamente à frente do partido, se mantinha em liberdade estando os restantes presos em meados de 1931. Trata-se de um duro revés para o partido que se ressentirá da prisão do seu principal estratega e líder, Bento Gonçalves.

---

<sup>38</sup> “Afim de assegurar a vida de *Ávante*”, *Avante!*, I Série, 15 de Fevereiro de 1931, p.3.

<sup>39</sup> “Boletim do Secretariado e da COMORG”, s.l., Agosto de 1933, p. 24.

<sup>40</sup> *Idem, Ibidem*, p.25.

### 2.1.1. A Constituição do Estado Novo em 1933

Neste subcapítulo mais do que fazer referência ao estabelecimento do Estado Novo em Portugal, importa indicar as consequências e as incoerências dum regime que governou ao longo de tantas décadas, perpetuando Salazar no poder e estabelecendo o corporativismo num período de ascensão internacional dos fascismos até se tornar *sui generis* pela forma como resistiu aos novos ventos democráticos da Europa Ocidental.

Partindo da necessidade, de legitimar um regime ditatorial que se mantinha com a Constituição da Primeira República, cuja capacidade de legislar era feita por “decretos com força de lei”, a Constituição de 1933 pretende dar legitimidade a um regime que não a tem e que em teoria dizia representar o povo português.<sup>41</sup>

Em boa verdade, o poder de Salazar e da sua governação “salazarista”, já advinham desde 1928 quando este ascende a Ministro das Finanças com plenos poderes sobre os seus pares, após o fracasso de Sinel de Cordes à frente desta pasta ministerial. Em 1930 fundar-se-ia a União Nacional, partido típico dos estados totalitários europeus, fundado pelo seu chefe Oliveira Salazar, partido único: todos os outros deveriam submeter-se ou desaparecer, independentemente do quadrante ideológico.

Antes da expectável aprovação da Constituição de 1933, o regime de Estado Novo já tinha feito aprovar o Acto Colonial em 1930, legislando sobre as colónias portuguesas relativamente à sua administração e relacionamento com a metrópole, bem como os direitos conferidos aos autóctones explicitados no “Estatuto do Indigenato”. Em suma, Abril de 1933 trata-se de uma data maioritariamente aceite como da fundação formal dum regime que já tinha dado início ao seu processo de consolidação no poder bem antes disso. O esvaziamento de poderes do Presidente da República e da Assembleia Nacional conferia ao Governo um demasiado amplo conjunto de poderes que desaguariam invariavelmente no Presidente de Conselho de Ministros.

Verificando a Constituição de 1933, um dos artigos mais pertinentes, para o presente trabalho trata-se do artigo 8º da Constituição, referente aos direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos portugueses. Neste artigo, que maioritariamente se poderia

---

<sup>41</sup> Cf. CANOTILHO, Mariana, “A Constituição Portuguesa de 1933” in PAÇO, António Simões do, *Os anos de Salazar: O que se contava e o que se ocultava durante o Estado Novo*, vol. II, Lisboa, Planeta De Agostini, 2008, p.7.

aplicar a qualquer constituição democrática, contemplam-se garantias como o direito de defesa, o direito a não ser preso sem culpa formada, o direito a liberdade de expressão de pensamento sob qualquer forma, a liberdade de reunião e associação, direito de petição, direito à queixa perante os órgãos de soberania e o direito de resistir perante ordens violadoras dos direitos anteriormente discriminados.<sup>42</sup> No plano teórico, e meramente aí diga-se, poder-se-ia dizer que era totalmente ilógico o PCP necessitar de estar remetido à clandestinidade, visto também não existir uma proibição concreta de existência de mais partidos para além da União Nacional. No entanto, estava remetido para o governo a regulamentação administrativa dos direitos teórica e absolutamente conferidos. Dava-se formalmente os direitos com uma mão para de seguida retirar-se com a outra.

Será na Constituição de 1933 que se proíbe o direito à greve, e se dissolve todos os sindicatos que não aceitassem modificar os seus estatutos de acordo com a ideologia e as regras conspirativas que proibiam a luta de classes.

---

<sup>42</sup> *Idem, Ibidem.*

### 2.1.2. A Derrota do Operariado no 18 de Janeiro de 1934

Na Marinha Grande, a 18 de janeiro de 1934, estaria o epicentro da primeira e única revolta armada do operariado contra o Estado Novo constituído no ano anterior. A revolta dar-se-ia em torno da polémica intenção do Governo Ditatorial de aniquilar o sindicalismo livre e enquadrar o operariado através dos Sindicatos Nacionais formados pela ditadura e de natureza corporativa. Previamente a este acontecimento, as intersindicais CIS, a CGT e a FAO (Federação das Associações Operárias) dominada por socialistas, haviam-se aliado no que ficaria conhecido por Comité de Unidade, na intenção de realizar uma Greve Geral despoletada pelos sindicatos por eles dominados de forma a forçar o recuo da ideia de sindicalismo corporativo, devendo ser o culminar de uma intensa campanha feita através de panfletos, manifestos e jornais.<sup>43</sup> A ideia de uma greve geral revolucionária, que contava até com o apoio do reviralhismo, conquistou a maioria dos sindicatos comunistas envolvidos na preparação da greve sob a direção de José de Sousa, isolando a “linha de massas” defendida por Bento Gonçalves. Para além da divergência em torno do resultado que a greve deveria produzir, a própria data inicialmente foi sendo sucessivamente adiada ao pedido da CGT que perante o contínuo desfalque da PIDE aos seus principais organizadores, inclusive o seu próprio líder Mário Castelhana, ia adiando a sua aprovação relativamente a uma data concreta. A repressão sentida mais fortemente pela CGT, do que propriamente pelo PCP, deve-se ao trabalho de “campo” (distribuição de imprensa e comícios-relâmpago) ser realizado, sobretudo, pela FJCP e não pelos principais dirigentes do partido, aspeto que claramente os salvaguardava da repressão, ao contrário da CGT que expunha os seus mais destacados dirigentes a esse tipo de trabalho. Uma vez mais fica demonstrado que as divergências entre o anarquismo e comunismo em Portugal eram cada vez maiores.

Decidida a convocação da greve na véspera do 18 de Janeiro de 1934, os diversos sindicatos sob a tutela das intersindicais representadas no Comité de Unidade, colocam em prática as ações pré-estabelecidas logo na madrugada da eclosão grevista. Não pretendendo entrar em detalhe, é possível afirmar que na zona de Lisboa e a sua Margem Sul, em Setúbal, bem como algumas zonas dos distritos de Leiria e Coimbra, encetaram-

---

<sup>43</sup> Cf. MESQUITA, João, “18 de Janeiro de 1934: Fracasso da Greve Geral” in PAÇO, António Simões do, *Os anos de Salazar: O que se contava e o que se ocultava durante o Estado Novo*, vol. III, Lisboa, Planeta De Agostini, 2008, p.9.

se ações em prol da paralisação do trabalho. Sendo por isso, detonadas bombas em centrais elétricas, rebentados petardos em elétricos, descarrilados comboios de mercadorias, cortadas as linhas telefónicas e telegráficas entre outras ações, geralmente, de sabotagem.

A originalidade da Greve Geral na Marinha Grande estaria nas repercussões que esta tomou nesta localidade específica, tendo-se chegado ao ponto das autoridades locais perderem o controlo efetivo da vila. Antes de mais, é importante referir que na Marinha Grande a influência do PCP sobre o operariado vidreiro era à época fortíssima, ao contrário da forte e resiliente tradição anarco-sindicalista existente, por exemplo, na Margem Sul. Sob a liderança do dirigente comunista local, José Gregório, o protesto iniciado na madrugada do dia 18 de Janeiro, tomou proporções totalmente insurrecionais com a invasão popular do posto da GNR, da Câmara Municipal e do posto local dos correios, munidos de armas e explosivos. As comunicações com o exterior da vila foram perentoriamente cortadas. No entanto, a meio do dia os reforços militares do regime impuseram a sua maior força militar perante os revoltosos e começaram a controlar a situação da vila.

Ora no balanço do resultado da Greve Geral é possível dizer que o fracasso foi generalizado nas pretensões dos comunistas e anarquistas, a deficiente preparação organizacional e constante indefinição relativamente á data, leva a que a adesão à greve seja, na esmagadora maioria das localidades aderentes, bastante fraca. Tal como vem referido no “Avante!”, em artigo de autocritica referente ao falhanço da greve, o PCP assume que:

“O nosso principal erro foi de origem dirigente, foi o não termos definido, bem claramente, a nossa concepção de frente única.”<sup>44</sup>

Não obstante será possível ao PCP em particular, e ao movimento operário e popular em geral, recordar e fazer da Marinha Grande insurreta um importante marco histórico e propagandístico na oposição à ditadura.

É importante ainda recordar que a repressão policial que se abateu sobre parte dos dirigentes grevistas, foi absolutamente feroz e implacável, com violência extrema nas prisões continentais e deportações para Angra do Heroísmo e, a partir de 1936, para o Campo de Concentração do Tarrafal. Será este contingente de prisioneiros feitos na

---

<sup>44</sup> “Auto-crítica dos nossos erros e progressos”, *Avante!*, II Série, Junho de 1934, p. 4.

sequência do 18 de Janeiro que inaugurará o “Campo da morte lenta”. No entanto, os primeiros relatos da violência surgiam logo assim que são feitos prisioneiros:

“Após os espancamentos sádicos na Polícia de Informações estamos a contas, no Presidio da Trafaria, num regime verdadeiramente infame. (...) A ordem é matar nas morras do salazarismo.”<sup>45</sup>

Para finalizar, esta tratou-se da última ocasião em que foi possível ver o anarco-sindicalismo com um papel dirigente no seio do movimento operário. Será uma viragem no sentido da hegemonia do PCP e da ideologia marxista-leninista na luta de massas.

---

<sup>45</sup> “Os camaradas presos contam-nos os seus martírios”, *Avante!*, II Série, Junho de 1934, p.2.

## 2.2. A Época dos Fascismos – O Estrangulamento do PCP (1935-1941)

No início de 1935, dar-se-ia início a uma nova estratégia política no PCP, usualmente conhecida por “Frente Popular”, fruto da resolução do VII Congresso da Internacional Comunista, para o movimento comunista internacional. A política de “Frente Popular” consistia na viragem de uma política mais sectária ou de frente única, se quisermos assim designar, do PCP para uma política de promoção de alianças com socialistas, sociais-democratas e burgueses liberais.<sup>46</sup> Dentro desta nova estratégia, os comunistas principalmente os organizados na FCJP, adotaram uma estratégia do “comício-relâmpago” que ficaria conhecida tanto pela sua ousadia como pela tragédia que trouxe a alguns assassinados, consistia em:

“Algumas dezenas de jovens, vinte ou trinta, juntavam-se num local – frequentemente uma escola técnica ou industrial ou simplesmente numa rua –, gritavam uns “vivas” e “morras”. Um militante subia a um sítio alto, dizia umas palavras e quase sempre desfraldava-se uma bandeira vermelha. Tudo isto era feito em passo de corrida, para não dar tempo à polícia de reagir.”<sup>47</sup>

Não obstante a reorganização do partido e o seu crescimento no início dos anos 30, comparativamente aos anos anteriores a 1929, a estrutura partidária vai ressentir-se dos duros golpes infligidos pela polícia política no topo da organização, ao nível da capacidade de resposta aos problemas de coordenação política que surgiam num período de emergência do fascismo em Portugal. Importa referir a criação da PVDE, em 1933, como polícia política fruto do nascimento do Estado Novo.

Nesta primeira fase da organização da clandestinidade política do PCP (1929-41), existiam falhas importantes nas regras conspirativas. Mesmo sendo algumas destas falhas naturais do processo de aprendizagem dos métodos de sobrevivência política na clandestinidade, havia outras que se tornavam incomportáveis para um partido que se quer estabelecer nas duras condições de clandestinidade e perseguição política a que estava submetido e em que importa atentar sucintamente.

---

<sup>46</sup> VARELA, Raquel, “Falar e fugir” in PAÇO, António Simões do, *Os anos de Salazar: O que se contava e o que se ocultava durante o Estado Novo*, vol. I, Lisboa, Planeta De Agostini, 2008, p. 123.

<sup>47</sup> *Idem, Ibidem*



Antes de enumerar as falhas conspirativas, importa indicar que à medida que foi evoluindo o aparelho clandestino do PCP pós-1929, a polícia política não tinha ainda efetivamente uma máquina repressora especializada em identificar e dismantelar organizações políticas consideradas subversivas como viria a ter alguns anos mais tarde com o *know-how* que alguns agentes obtiveram junto da Gestapo, ao serviço do Partido Nacional-Socialista de Adolf Hitler.

A primeira era o número elevado de militantes e funcionários do PCP que ao serem detidos prestavam informações na polícia política relativamente à organização do partido e seus constituintes. A segunda era o armazenamento de grandes quantidades de documentação partidária em casas de militantes sobre os quais havia o conhecimento de vários militantes. A terceira era o preenchimento de uma ficha com os dados pessoais para todos os militantes do PCP permitindo a fácil detenção dos elementos que nelas constavam caso fossem intercetadas pela polícia. A quarta seria a existência de locais habituais de convívio entre militantes comunistas em locais de conhecimento geral como, por exemplo, as tabernas. Segue-se um exemplo do conhecimento obtido por legionários:

“Locais aonde se costumam reunir os comunistas

Rua de Campolide, 82 – Taberna – O próprio dono é comunista e depois do estabelecimento fechado faz reuniões lá dentro.

Paragem dos carros em Campolide

Taberna do Cachamôrro

Á porta da casa Funeraria – Rua de Campolide

Paragem dos carros – Rua Marquês da Franteira

Taberna dos Passarinhos – Rua Silva Carvalho

Taberna das Basalissas

Taberna do Cara d’Aço”<sup>48</sup>

A quinta falha estava relacionada com o conhecimento pessoal existente entre funcionários e militantes antes da clandestinidade descurando-se naturalmente o uso de pseudónimos. A sexta seria a ausência de um aparelho tipográfico paralelo ao trabalho de agitação político realizando os mesmos funcionários várias tarefas.

---

<sup>48</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, Correspondência Recebida, Maço 490, Liv.1-DS, Lp. N°21, NT 364, p.3.

A sétima seria o elevado número de tarefas atribuídas ao controleiros em particular e aos quadros do partido em geral, nos seus encontros partidários. Estes realizavam-se habitualmente nas mesmas zonas e com o número de cinco ou seis elementos regularmente o que levantava passado algum tempo óbvias suspeitas. A sobrecarga de tarefas será um assunto que, após o início da grande vaga repressiva de 1936 e 1937, começa a levantar preocupações que começam a estar presentes na imprensa do partido:

“Contudo, o nosso Partido sofre de falta de quadros. Os nossos melhores militantes estão presos. Por isso, muitas vezes, os nossos melhores camaradas em actividade são levados a acumular funções que não lhes competem.”<sup>49</sup>

Segue-se um dos exemplos das diversas falhas apontadas anteriormente para este período e que permitia ao regime obter informações bastante detalhadas sobre o PCP, com o conhecimento de grande quantidade de informação obtida de através de um militante.

“Juntamente com dois legionários passei a ter ligação com o comunista AMERICO, morador no Pateo Borba-Campolide, controleiro e vendedor do Jornal AVANTE e frequentar os locais onde se costumam reunir diferentes comunistas.

Uma vez em ligação com o comunista AMERICO, que também dá pelo nome de Jorge – pseudónimo – pôde constatar que segue:

- a) – Que êste individuo é bastante conhecedor do maquinismo comunista.
- b) – Que deve conhecer todos ou quasi todos os dirigente do comunismo em Lisboa.
- c) - Que conhece o agente de ligação internacional.
- d) - Que deve saber onde é impresso o jornal o AVANTE pelo menos conhece o indivíduo que lh’os entrega
- e) – Que é um dos organizadores das células comunistas e seu controleiro.
- f) – Que depois de algumas reuniões com o controleiro comunista Americo, êste, ingressou-nos na célula nº15 tendo-me nomeado secretario da mesma.”<sup>50</sup>

Mais adiante, neste mesmo relatório, percebe-se como era bastante incoerente a tentativa de disfarce tanto dos militantes como das atividades clandestinas que realizavam:

---

<sup>49</sup> “Criemos quadros e defendamo-los”, *Avante!*, II Série, nº 24, Dezembro de 1936, p.4.

<sup>50</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, Correspondência Recebida, Maço 490, Liv.1-DS, Lp. Nº21, NT 364, p. p.1.

“Na Rua de S.Bento, tipografia Henrique Torres, trabalha-se fora de horas e não é pessoal de dia que trabalha de noite.

Desconfiamos que ali se faça jornais clandestinos, pelas informações que seguem:

De noite vai para a quela tipografia trabalhar, um individuo que mora n Fonte Santa; que de dia anda sem óculos e de noite traz óculos escuros – (facto interessante).

(...)

De noite, só trabalha uma máquina manual, só se ouvindo a cremalheira da roda, isto prova que procuram evitar que sejam persentidos a trabalhar, poi, se assim não fosse, o barulho do prato havia de se ouvir.”<sup>51</sup>

Estas falhas ajudam a compreender como seria fácil o infiltramento dentro do partido, quando se aproveitavam as falhas graves nos cuidados conspirativos e organização partidária altamente centrada em alguns indivíduos. Isto explica os sucessivos golpes na organização partidária infligidos pela polícia política do regime que impossibilita o estabelecimento efetivo e permanente do PCP junto das massas, como também, explica em parte as motivações que estariam na origem da reorganização interna do partido que se seguiria em 1941. Não obstante, as falhas conspirativas graves dentro da organização clandestina do PCP, é possível verificar que começam a surgir na imprensa do partido as regras a cumprir em encontros. No entanto praticamente ninguém as cumpria como se verificou pela quantidade de prisões por falhas conspirativas graves em toda a hierarquia do partido.<sup>52</sup>

Apesar do crescimento organizativo do PCP na primeira metade da década de 30, em Novembro de 1935 o jornal “Avante!” noticiava o seguinte, “José de Sousa, Bento Gonçalves e Júlio Fogaça nas mãos da Polícia. É preciso salva-los da morte!”<sup>53</sup>. Num imprudente encontro de rua entre os três dirigentes que constituíam o Secretariado, o partido ficou decapitado e à deriva sob a direção de quadros não preparados para as tarefas que se propunham de criação de Frentes Populares no âmbito do movimento comunista internacional. A partir deste acontecimento Bento Gonçalves será constantemente lembrado pelo “Avante!”, como estando preso, e mais tarde como vítima de Salazar.

---

<sup>51</sup> *Idem, Ibidem*, p. 3-4.

<sup>52</sup> Cf. “Regras do Trabalho Clandestino”, *Avante!*, II Série, nº14, Dezembro de 1935, p.2.

<sup>53</sup> “A’ Ultima Hora”, *Avante!*, II Série, nº13, Novembro de 1935, p.8.

Na sequência da derrota do sindicalismo livre, anteriormente referida com o 18 de Janeiro de 1934, o PCP em resultado da estratégia política adotada fará com que os seus militantes operários se integrem na nova organização sindical corporativa imposta pelo regime, de forma a colocar na direção sindical as suas orientações. Situação esta rapidamente detetada pelo regime, conforme se pode verificar pelo seguinte excerto dum relatório legionário:

“Que foi deliberado pela frente única que todos os camponeses se infiltrassem nos S.N. [Sindicatos Nacionais] para aí se evidenciarem para:

- 1º - Serem nomeados para as Direcções dos Sindicatos os camaradas comunistas.
- 2º Fazerem toda a propaganda comunista, distribuírem jornais, provocar protestos, greves; em resumo, movimentarem, a coberto com a Lei, a revolução comunista.”<sup>54</sup>

A partir de 1935 até 1939 vários golpes da polícia desmantelariam sucessivamente as tipografias essenciais à sobrevivência do PCP e fariam prisioneiros a maioria dos seus mais importantes quadros, vários deles enviados para o Campo de Concentração do Tarrafal, na ex-colónia portuguesa de Cabo Verde. Porém é possível verificar que após a prisão de Bento Gonçalves e a ascensão lógica à liderança temporária de Pável, o PCP consegue muito dificilmente manter-se na clandestinidade.

O exemplo repressivo de Bento, e restantes dirigentes comunistas, tinha levado a que se fizesse um grande esforço para manter pelo menos Pável em absoluta clandestinidade política. As poucas casas clandestinas que existiam na altura somadas às despesas das tipografias, que nesta altura sob a decisão de Pável aumentam a tiragem e a periodicidade do “Avante!”, colocaram uma grande pressão sobre a débil capacidade financeira do PCP.<sup>55</sup> O partido durante este período subsistia essencialmente do que era enviado pela IC, com as doações e vendas de imprensa a representarem muito pouco nas receitas. Porém, o dinheiro enviado raramente chegava na sua totalidade fazendo fé na queixa de Pável a reclamar ter recebido apenas um terço do que tinha sido remetido pela IC ao PCP no ano de 1936.<sup>56</sup>

---

<sup>54</sup> *Idem, Ibidem.* p.2.

<sup>55</sup> PEREIRA, José Pacheco, *Álvaro Cunhal - Uma Biografia Política, “Daniel”, o Jovem revolucionário*, Volume I, Lisboa, Temas e Debates, 1999, p.276.

<sup>56</sup> *Idem, Ibidem,* p..

Em 1936, na sequência da criação das Frentes Populares indicadas pela IC, o PCP enceta contactos, que advinham desde 1935, sobretudo junto da CGT e dos partidos republicanos, no sentido de esta se integrar numa coligação conjunta contra o regime salazarista.<sup>57</sup> A CGT, embora estivesse organizacionalmente desfalcada na sequência do 18 de Janeiro de 1934, constituía uma importante ideologia anarcossindicalista opositora do regime. A recusa será a decisão tomada pela CGT, fruto das feridas insanáveis da coligação feita na Greve Geral de 1934, como da ideia de centralismo transposta do PCP para a Frente Popular Portuguesa. O PCP avançará com três organizações por si controladas: a LPCGF (Liga Portuguesa Contra a Guerra e o Fascismo), o SVI e a CIS.<sup>58</sup> O PCP conseguirá ainda captar um pequeno aglomerado de pequenos partidos republicanos extintos denominados por “Aliança Republicana”, a Maçonaria e a sua espécie de Carbonária – braço armado da Maçonaria- denominada de “Ação Anti-Clerical e Anti-Fascista”. Estarão representados, também alguns antifascistas em nome de partidos ou organizações destruídas pela ditadura sem qualquer poder prático válido.<sup>59</sup> À Frente Popular Portuguesa viriam a aderir figuras históricas do republicanismo português exiladas em França como Afonso Costa e Bernardino Machado do Comité de Paris, e do exílio espanhol, conhecidos como “Budás”.

Na sequência repressiva da PVDE que aprisionou importantes dirigentes do partido no início de 1938 como Pável e Francisco Miguel, e tinha enfraquecido os poucos bastiões comunistas existentes na região de Lisboa com a prisão de vários militantes do PCP, o partido vai entrar numa longa agonia política que terminaria apenas com a reorganização em 1941. A quase totalidade dos principais dirigentes políticos do PCP encontravam-se presos fosse no degredo do Tarrafal ou nas prisões políticas portuguesas. A tipografia clandestina que fazia sair regularmente o jornal “Avante!” tinha caído em Maio de 1938 dando início uma longa interrupção na tiragem do jornal. Em suma, ainda que ingenuamente mas não longe da verdade, a PVDE já considerava o PCP como “morto e enterrado” sem qualquer possibilidade de ressuscitar de tão penosos golpes. A partir deste momento cai definitivamente a exequibilidade do projeto de Frente Popular Portuguesa.

---

<sup>57</sup> Cf. “O P.C. dirige uma proposta de frente-única de luta à C.G.T e Partidos republicanos de Esquerda”, *Avante!*, II Série, nº12, Outubro de 1935, p.6.

<sup>58</sup> MADEIRA, João, “Salazar, Retaguarda de Franco” in PAÇO, António Simões do, *Os anos de Salazar: O que se contava e o que se ocultava durante o Estado Novo*, vol. IV, Lisboa, Planeta De Agostini, 2008, p. 19.

<sup>59</sup> *Idem, Ibidem.*

Em 1939, com início da II Guerra Mundial, o partido defende a neutralidade no conflito seguindo a linha defendida pela IC, coerente com o Pacto Germano-Soviético. Perante a derrota republicana no conflito espanhol, a inevitabilidade de um novo conflito ao qual se somava a queda da política das Frentes Populares, a partir da Organização Comunista Prisional do Tarrafal (OCPT), onde se encontravam entre muitos importantes dirigentes do PCP o seu secretário-geral Bento Gonçalves, este toma uma nova linha política para o partido considerada como “Política Nova”, baseada nas breves notícias que ia recebendo através de pequenos pedaços de imprensa como também da chegada de novos prisioneiros. Esta consistia muito genericamente no apoio do partido à aliança antifascista que representavam as forças da França e do Reino Unido, às quais juntar-se-ia a URSS, em caso de agressão do Eixo, pelo alinhamento que parecia existir no tocante à política externa destas três nações.<sup>60</sup> Mais se adianta que na eventualidade de Portugal entrar na guerra ao lado das forças dos Aliados, o Estado Novo poderia contar com a colaboração da OCPT.

Ora o que Bento Gonçalves, e muitos outros comunistas e antifascistas portugueses, não contavam seria com a assinatura do Pacto Germano-soviético, em que para além do acordo estipular a não-agressão entre as duas potências previam-se ainda acordos comerciais e a ocupação da Polónia pelos dois países. O programa da política de Frentes indicado pela IC caía inteiramente por terra quando se previa uma união entre forças de esquerda contra a vertiginosa ascensão do fascismo na Europa. A definição do fascismo proferida no início da política de Frentes como sendo, a “...ditadura terrorista e aberta, dos elementos mais reacionários, mais chauvinistas, mais imperialistas do capitalismo financeiro.”<sup>61</sup>, era agora bem mais difícil de credibilizar. A URSS passava a estar conotada com o imperialismo que teoricamente combatia e com as forças fascistas com as quais estabelecia acordos, a sua política externa salta completamente do anti-imperialismo e anti-fascismo para anti-francês e anti-inglês.<sup>62</sup> Era realmente difícil para o PCP, tal como os restantes partidos comunistas da Europa, evitar a contradição na orientação política do partido sendo apanhados de surpresa.

---

<sup>60</sup> *Idem, Ibidem*, p.398.

<sup>61</sup> “As Tarefas do VII Congresso da Internacional Comunista”, *Avante!*, II Série, nº11, Setembro de 1935, p.1.

<sup>62</sup> *Idem, Ibidem*, p.403.

### **2.2.1. Polícia Política, Prisões e Campo de Concentração – Breve descrição das armas de violência ao serviço do Fascismo**

A Polícia Política foi um dos pilares essenciais à manutenção do Estado Novo ao longo de toda a sua existência, tendo como objetivo coagir pelo medo e violência quem ousasse divulgar ou colocar em prática ideias que ultrapassassem o padronizado pelo regime. É nesta ideia que o PCP se vai integrar como força altamente reprimida. Numa primeira fase o PCP era igualmente reprimido dentro da conjuntura reviralhista. Numa segunda fase, do após Guerra Civil Espanhola e até finais da década de setenta, com a emergência dos partidos de extrema-esquerda, o PCP tratou-se do alvo principal da repressão política. A PVDE será criada com Estado Novo em 1933, sendo rebatizada de PIDE em 1945, com os ventos democráticos do final da Segunda Guerra Mundial. A polícia política foi sempre a mesma, no entanto as diferenças estariam, para além do nome, na necessidade de se adaptarem às conjunturas. Observando os números disponíveis relativos aos aprisionamentos feitos pela polícia política é possível verificar que entre o período de funcionamento da PVDE, de 1933 a 1945, é estimado um aprisionamento de cerca de 17 000 pessoas, com especial destaque para o biénio de 1936 e 1937 com 5883 pessoas presas.<sup>63</sup> A repressão que se fazia sentir neste biénio inicial do conflito espanhol era bem expressa pelo PCP, ao afirmar que:

“... a ditadura salazarista faz prisões por tudo e por nada. A simples discussão da questão espanhola, a afirmação de que as notícias dos jornais são falsas, basta para se fazerem prisões às centenas.”<sup>64</sup>

Se por um lado durante os anos de atuação da PVDE foi possível verificar uma média em redor das 1300 detenções por ano, aquando o funcionamento da PIDE essa média baixou bastante, entre 1945 e 1960, para valores a rondar as três centenas de detenções por ano.<sup>65</sup> Durante a atuação da PIDE, o número de detenções tendia a aumentar em períodos de crise como os períodos compreendidos entre 1945 a 1949 e de 1958 a 1962. No que concerne à DGS (Direção Geral de Segurança) que substituirá em nome a PIDE,

---

<sup>63</sup> PIMENTEL, Irene Flunser, *A História da PIDE*, Lisboa, Temas e Debates, 2007, p. 417.

<sup>64</sup> “A loucura do fascismo. Prisões em Massa”, *Avante!*, II Série, nº 23, Novembro de 1936, p.3.

<sup>65</sup> *Idem, Ibidem.*

esta teve sempre um número de detenções relativamente baixo comparativamente com as suas antecessoras.

Não obstante, a diferença efetiva da repressão e da violência política sobre um maior número de detidos pela PVDE do que pela PIDE, esta porém não reflete a evolução que a polícia política teve ao longo dos anos em todos os aspetos deste a sua inteligência até aos meios ao seu dispor, passando pelo sadismo das formas de tortura e violência. Pegando nos dados relativos ao número de funcionários da polícia política é-nos possível verificar a sua evolução ao longo de todo o período do Estado Novo. Segundo estima Maria Ribeiro, “... o pessoal da PVDE seria, à data da sua criação, de cerca de uma centena de homens.”<sup>66</sup>. Porém segundo Irene Pimentel que se debruçou sobre o estudo da PIDE, esta autora verifica que à data da sua criação a PIDE tenha em 1945 cerca de 378 funcionários à sua disposição, terminando o seu período de funcionamento em 1974 com 1213 funcionários a trabalhar em Portugal Continental e Ilhas.<sup>67</sup>

Já relativamente às prisões políticas, o *modus operandi* começava após a detenção na ida dos prisioneiros à polícia política, podendo ficar detidos, na delegação onde foram aprisionados no caso de Porto ou Coimbra ou então transferidos para a sede em Lisboa, como acontecia em muitos casos. Na capital os presos eram encarcerados usualmente na cadeia do Aljube no período em que este funcionou, nas próprias esquadras da PSP ou então transferidos para o Forte de Caxias, durante a fase de interrogatórios da Polícia Política.<sup>68</sup> Sendo chamados a esta sempre que assim fosse entendido. Assim que os presos eram condenados estes eram transferidos para as prisões sob a alçada do Ministério da Justiça, sendo o Forte de Peniche o local habitual de aprisionamento. Após, o cumprimento do tempo de condenação, e quando se encontravam sob “medidas de segurança”, que serviam para prolongar ainda mais o tempo de prisão, os presos políticos passavam novamente para a alçada da Polícia Política, que os mantinha, por questões meramente logísticas, normalmente em Peniche. Para as condenadas politicamente, todo este processo se passava habitualmente em Caxias.<sup>69</sup> Este seria, o procedimento mais comum ao longo dos anos da ditadura, no entanto, cada processo e julgamento político teve as especificidades e, porventura, as suas diferenças operacionais.

---

<sup>66</sup> RIBEIRO, Maria da Conceição, *A Polícia Política no Estado Novo 1926-1945*, Lisboa, Editorial Estampa, 1995, p. 124.

<sup>67</sup> Cf. PIMENTEL, Irene Flunser, *A História da PIDE*, Lisboa, Temas e Debates, 2007, pp. 52-53.

<sup>68</sup> *Idem, Ibidem*, p. 429.

<sup>69</sup> *Idem, Ibidem*.



Relativamente à localização prisões políticas, distinguem-se claramente os dois períodos relativamente à Ditadura Militar e, posteriormente, do Estado Novo. Se no primeiro houve um nítido aproveitamento de antigos fortes militares como local de aprisionamento de opositores políticos, veja-se o exemplo dos Fortes de S. João Baptista (Angra do Heroísmo), Trafaria, Elvas ou Sacavém. Já no segundo período de Estado Novo, houve um aperfeiçoamento do sistema de cadeias políticas ao dispor da polícia política, com o Aljube, Caxias, Peniche e o Tarrafal (Cabo Verde).

Todas as cadeias anteriormente assinaladas tinham características comuns, que podiam ser mais acentuadas do que outras, mas que passavam pela quebra física e, sobretudo, moral de quem ousou opor-se à Ditadura. As más condições de alimentação, de higiene, de acomodação dos presos, acrescentava-se a arbitrariedade e leviandade da violência do cárcere sobre o preso.

Não pretendendo desviar o rumo do presente trabalho creio ser, ainda que muito sinteticamente, incontornável apresentar uma pequena referência ao Tarrafal. Se comparativamente o Tarrafal acolheu uma minoria dos presos políticos ao longo da Ditadura, este não deixou de ser provavelmente o mais claro sinal de violência exercido pelo Estado Novo sobre os presos políticos. Embora, seja ainda discutível na historiografia, se tratou de realmente de um campo de concentração ou de mais uma prisão política, a verdade é que apresentou características que apontam mais evidentemente para a primeira hipótese do que propriamente para a segunda. O isolamento dos detidos da sociedade, a punição e correção dos presos, a aterrorização e intimidação da população para o seu efetivo controlo, o aproveitamento dos presos como mão-de-obra gratuita sem qualquer fim social ou lucrativo, somando-se a eliminação lenta do ser humano baseada no seu julgamento social como prejudicial à sociedade onde se inseria, são características comuns entre o Tarrafal e os outros campos de concentração. Neste campo os presos eram por norma homens jovens na casa dos vinte e trinta anos sendo muitos deles experientes da dureza das prisões políticas portuguesas, porém, o paludismo e febres tropicais podiam fazer morrer qualquer um de um dia para o outro.<sup>70</sup> A assistência médica era aí inexistente, coadjuvada com todo o conjunto de condições anteriormente descritas propícias à morte dos prisioneiros, este seria um campo de “morte lenta” como ficara negativamente celebrizado. A Colónia Penal do Tarrafal abria para os prisioneiros políticos portugueses

---

<sup>70</sup> PEREIRA, José Pacheco, *Álvaro Cunhal - Uma Biografia Política, “Daniel”, o Jovem revolucionário*, Volume I, Lisboa, Temas e Debates, 1999, p.273.

em 1936, presos estes que estiverem largos meses sem se lhes conhecer o seu paradeiro.<sup>71</sup> A maioria dos seus presos sairia em 1945 fruto das pressões da população portuguesa influenciada pelos “ventos” democráticos do fim da II Guerra Mundial. Porém os últimos presos políticos sairiam apenas em 1954. No entanto, este seria o local que acolheria os nacionalistas africanos envolvidos nos movimentos de luta armada pela libertação das colónias portuguesas que foram aprisionados, sobretudo dos movimentos de libertação das colónias da costa ocidental africana (Guiné, Cabo Verde e Angola, principalmente).

---

<sup>71</sup> “Centenas de anti-fascistas são deportados para as mais terríveis regiões coloniais”, *Avante!*, II Série, nº22, Novembro de 1936, p.6.

## 2.2.2. No pasarán! – A Espanha de esperança a desilusão dos comunistas portugueses

A República Espanhola fundada em 1931 entusiasmará os antifascistas portugueses. As reformas políticas e as discussões geradas trazem grande entusiasmo junto dos desfalcados opositores políticos portugueses, sendo espontaneamente verificadas manifestações, confrontos de rua e ações violentas.<sup>72</sup> Assiste-se entretanto a uma transferência das organizações antifascistas estrangeiras usualmente situadas em Paris para a vizinha Espanha.

Percebe-se então de que forma fora entusiasticamente celebrada pelos opositoristas portugueses a vitória da Frente Popular Espanhola (republicanos de esquerda, socialistas, comunistas, anarcossindicalistas e nacionalistas catalães e galegos) em Fevereiro de 1936. Isto numa época em que a estratégia indicada pela IC leva ao Governo uma das suas Frentes Populares num período de consolidação da ideologia Fascista na Europa. O entusiasmo dos antifascistas e em particular dos comunistas vem bem expressa no “Avante!”, como se comprova no seguinte excerto:

“A vitória da F.P., que varreu do poder os fascistas e todos os elementos que demonstraram enquanto no poder, o seu ódio ao proletariado e ao campesinato pobre e a sua incapacidade para governar o país, veio arrancar das prisões 30000 trabalhadores, veio impor a liberdade de reunião e associação, veio impor a readmissão dos operários despedidos como primeira medida para a solução do desemprego, permitiu a saída da imprensa operária, etc, etc.”<sup>73</sup>

Iniciam-se então os preparativos para a conspiração de uma sublevação militar com o objetivo de derrubar o Governo de Espanha. Originário de Marrocos e comandado por fascistas espanhóis, Salazar prontifica-se a auxiliar o líder do movimento militar. No entanto, à véspera do início da sublevação, a avioneta que transportaria até Marrocos despenha-se morrendo o líder dos conspiradores. Na liderança militar golpista substituiu-se-lhe o General Franco.

---

<sup>72</sup> Cf. MADEIRA, João, “Salazar, Retaguarda de Franco” in PAÇO, António Simões do, *Os anos de Salazar: O que se contava e o que se ocultava durante o Estado Novo*, vol. IV, Lisboa, Planeta De Agostini, 2008, p. 7.

<sup>73</sup> “A F. Popular de Espanha e o Capitalismo Português”, *Avante!*, II Série, nº 19, Julho de 1936, p.5.

A eclosão da Guerra Civil Espanhola, em Julho de 1936, colocará na ordem do dia questões de política internacional com as quais até à data o regime ainda não se tinha preocupado muito, tal era a emergência na resolução de assuntos prioritariamente internos.<sup>74</sup> Desde o início do golpe os revoltosos puderem contar com o apoio de Salazar e dos grandes interesses económicos e bancários que prestaram os mais diversos auxílios a Franco, desde empréstimos e doações monetárias, aquisição de material de guerra, até à alimentação. Diplomáticamente o Governo português prestou também um importante auxílio à Junta de Burgos. Pouco tempo após o início do conflito, já o “Avante!” dava conta de que “...saíram de Santa Apolónia 5 comboios com aviões, tanques, bombas e gases lacrimogéneos.”<sup>75</sup>, mais adiante relatava-se ainda que “Os jornais noticiam o abastecimento de Sevilha por Portugal. Centenas de toneladas de batatas e outros géneros têm para ali seguido.”<sup>76</sup>.

Em suma, foi um forte apoio informal dado pelo regime salazarista, e seus grupos económicos mais próximos, à causa dos fascistas espanhóis, pese embora o fato deste apoio ser formalmente proibido em virtude do pacto de não intervenção no conflito subscrito pelo regime português. Nem só de ajuda política e económica houve convivência do Estado Novo, através da Legião Portuguesa, houve o recrutamento militar de portugueses que quisessem participar no conflito ao lado das forças franquistas. A ocasião captou tanto “gente de poucos recursos, disposta a ganhar alguma coisa combatendo, como aventureiros de toda a sorte, muitos dos quais em busca de benesses, em caso de vitória.”<sup>77</sup>, grupo este de voluntários portugueses, que não constituíam por si só um corpo de exército, mas que ficaria famigeradamente conhecido como os “Viriatos”.

O início da guerra no país vizinho teve ainda a consequência de provocar uma forte reação anticomunista do Estado Novo, com a fascização clara do Estado junto da sociedade. Os comícios de índole claramente anticomunista acontecerão um pouco por todo o país.<sup>78</sup> Será na sequência do início das hostilidades que serão criadas organizações apontadas para o enquadramento das massas na ideologia anticomunista. Em 1936, serão criadas a Legião Portuguesa, a Mocidade Portuguesa, e a Obra das Mães pela Educação Nacional,

---

<sup>74</sup> Cf. ROSAS, Fernando, “O Estado Novo”, in MATTOSO, José (coord.), *História de Portugal*, vol. 7, Lisboa, Editorial Estampa, 1998, p. 295.

<sup>75</sup> “O P.C.P. saúde a Frente Popular Espanhola”, *Avante!*, II Série, nº20, Agosto de 1936, p.6.

<sup>76</sup> *Idem, Ibidem*

<sup>77</sup> MADEIRA, João, “Salazar, Retaguarda de Franco” in PAÇO, António Simões do, *Os anos de Salazar: O que se contava e o que se ocultava durante o Estado Novo*, vol. IV, Lisboa, Planeta De Agostini, 2008, p. 13.

<sup>78</sup> Cf. “Os comício anti-comunistas”, *Avante!*, II Série, nº 23, Novembro de 1936, p.2.

no ano seguinte, seria a vez da Mocidade Portuguesa Feminina ser fundada. A Legião seria uma milícia paramilitar, à semelhança do que havia sido feito por Hitler na Alemanha e Mussolini na Itália, sob a tutela do regime salazarista, cujo objetivo inicial consistia na aglutinação das forças de direita mais radical dentro do regime, apontando-as para o combate às “doutrinas subversivas”, com especial enfoque para o comunismo.<sup>79</sup> A Mocidade Portuguesa, bem como a sua congénere feminina, juntou todas as crianças dos 7 aos 14 anos nestas novas organizações que semeavam desde cedo um sentimento anticomunista junto destas, acrescentando-se ao trabalho feito no ensino escolar primário. Porém, as diferenças entre a instrução dada a rapazes e raparigas era grande, se os rapazes eram preparados pré-militarmente, já as raparigas eram preparadas para as tarefas do lar.<sup>80</sup> A Obra das Mães pela Educação Nacional pretendia não só preparar as mães portuguesas para a educação dos seus filhos numa lógica obviamente anticomunista e profundamente católica, mas também, auxiliar a mocidade feminina. Enquadrada nesta organização, foi possível assistir-se a um conjunto de voluntárias que prestaram auxílios sociais e médicos na retaguarda da frente franquista.

Se por um lado era forte o apoio de Salazar para que Franco ascenda ao poder, foi possível verificar apoio por parte dos comunistas, anarquistas e republicanos portugueses aos republicanos espanhóis.

O primeiro sinal parte dum grupo de marinheiros organizados na ORA (Organização Revolucionária da Armada) criada pelo PCP na década anterior. Após escala em porto republicano espanhol, vários marinheiros prestaram publicamente o seu apoio à causa republicana o que lhes valeu a expulsão das suas funções na Armada Portuguesa. Em consequência disso, os marinheiros da ORA decidem colocar em prática, á margem do PCP a que pertenciam, um plano que tinha tanto de ousado como de praticamente impossível. O plano consistiria na ameaça de bombardeamento da cidade de Lisboa, caso os marinheiros expulsos não fossem readmitidos e o Governo não se demitisse de funções. Fruto de sabotagem de um dos dois navios, estes ficam sob o impiedoso fogo da artilharia

---

<sup>79</sup> PIMENTEL, Irene Flunser, “O Estado Novo estende o braço” in PAÇO, António Simões do, *Os anos de Salazar: O que se contava e o que se ocultava durante o Estado Novo*, vol. IV, Lisboa, Planeta De Agostini, 2008, p. 42.

<sup>80</sup> *Idem, Ibidem*, p. 41.

situada em Almada e do Alto do Duque.<sup>81</sup> O resultado fora a morte de dez marinheiros e oitenta prisioneiros, muitos deles inaugurariam o Campo de Concentração do Tarrafal.<sup>82</sup>

Desmarcando-se das tendências *putshistas* reveladas pelos republicanos e alguns comunistas, o PCP pretendia prestar o seu apoio aos republicanos espanhóis através da Frente Popular Portuguesa.

Na sequência do auxílio aos republicanos espanhóis seguir-se-iam dois momentos reveladores da ajuda que estes tinham junto dos seus apoiantes portugueses. Nos dias 20 e 21 de Janeiro de 1937, seriam detonadas bombas junto de edifícios que se sabia prestarem serviços de apoio e fornecimento de materiais às forças franquistas, tais como: a Casa de Espanha, o Rádio Clube Português, os Ministérios da Educação e o da Guerra, a Fábrica da Pólvora de Barcarena e os depósitos da Vacuum Oil.<sup>83</sup> O PCP rapidamente demarca-se dos ataques.

Iria ser então a 4 de Julho de 1937 que ocorreria o atentado á bomba contra Salazar, quando este se preparava para mais uma rotineira ida à missa. Quase que miraculosamente o ditador saí incólume do ataque contra si tentado. Seguir-se-ia então uma verdadeira caça aos autores do ataque bombista sobre o ditador, que não poupou à brutalidade da violência os suspeitos que foram sendo aprisionados. Em resultado disto, não mais seriam feitas ações deste género. O PCP, perante o fracasso, rapidamente se desmarca deste género de ações, que aponta como produtoras de ainda maior repressão sobre os opositores do Estado Novo.<sup>84</sup>

Em suma, o PCP prestaria o seu apoio aos republicanos essencialmente de duas formas, a primeira era através da modesta recolha de fundos, bens alimentares e material sanitário, sendo a segunda forma de apoio, o auxílio dado na sua imprensa clandestina na denúncia dos crimes cometidos por franquistas, nos apoios concedidos por Salazar a Franco e no apelo ao alistamento de voluntários para as forças republicanas.

Relativamente, a portugueses que combateram Franco, é muito difícil apurar veridicamente o número certo, mas calcula-se em poucas dezenas os que chegaram a pegar em armas, oriundos diretamente de Portugal para o conflito. Não obstante, este reduzido número de combatentes oriundos de Portugal e perante os números meramente

---

<sup>81</sup> *Idem, Ibidem*, p.17.

<sup>82</sup> *Idem, Ibidem*.

<sup>83</sup> *Idem, Ibidem*, p. 21.

<sup>84</sup> Cf. “O terrorismo individual arma da contra-revolução”, *Avante!*, II Série, nº42, Julho de 1937

estimativos e incertos disponíveis, pode-se avaliar em cerca de cinco centenas de combatentes com nacionalidade portuguesa. Será possível obter referências a militantes do PCP mortos em Espanha através do “Avante!”, mas é impossível através deste obter um número aproximado de combatentes.<sup>85</sup> Pegando no romance “A Casa de Eulália”, em parte autobiográfico, escrito por Álvaro Cunhal é possível encontrar o relato de “...outros portugueses que haviam aparecido e se haviam integrado nas unidades espanholas ou nas Brigadas Internacionais...”<sup>86</sup>, demonstrativo da dispersão existente. O drama da guerra fez também com que alguns militantes comunistas portugueses cedessem, provisoriamente, abrigo a alguns refugiados espanhóis como se verifica no caso exemplificativo de Luísa Paula, que “Durante a Guerra de Espanha, manteve, durante meses, em sua casa, quatro refugiados espanhóis que o seu companheiro achou por bem ficarem ao seu cuidado”<sup>87</sup>.

O desfecho da guerra civil espanhola com a vitória de Franco, em 1939, levou a que muitos dos que combateram ao lado dos republicanos fossem repatriados, o que na prática significaria a detenção e conseqüentemente prisão em Portugal. Apesar de não ser possível obter dados relativos ao número de prisioneiros após o fim do conflito espanhol em 1939, é possível verificar que só no primeiro biénio de 1936 e 1937 em consequência de assuntos políticos, foram feitos prisioneiros em Portugal, 159 e 70 pessoas respetivamente. A vitória franquista representa também uma vitória do regime sobre as organizações oposicionistas, em particular sobre o PCP, num período de ascensão do fascismo e de repressão brutal sobre os comunistas. A base de apoio político que tanto entusiasmo provocou junto das oposições a Salazar com a vitória da Frente Popular, no início de 1936, de pouco ou nada serviu em termos práticos ao PCP, com a repressão a remeter o partido para um período de desagregação do qual viria a sair apenas com a “reorganização” do partido em 1941.

---

<sup>85</sup> “A morte dum herói”, *Avante!*, II Série, nº37, Maio de 1937, p. 4.

<sup>86</sup> TIAGO, Manuel, *A Casa de Eulália*, Lisboa, Edições Avante, 1997, p. 200.

<sup>87</sup> MELO, Rose Nery Nobre de, *Mulheres Portuguesas na Resistência*, Lisboa, Seara Nova, 1975, p.43.

### 2.3. A Clandestinidade centralizada em Lisboa

Neste primeiro período da organização da clandestinidade do PCP que se estende de 1929 até 1940, inclusive, é possível verificar que casas clandestinas o partido possuía na cidade de Lisboa. O quadro que se segue permite-nos verificar o número de casas clandestinas existentes em cada ano, possíveis de identificar para este período.

<b>Casas Clandestinas em Lisboa ao serviço do PCP de 1929 - 1940</b>	
<i>Anos</i>	<i>Número de Casas Clandestinas</i>
1936	1
1937	2
1938	2
1939	0
1940	2

Fonte: PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS, *60 anos de luta ao serviço do povo e da pátria*, Lisboa, Edições Avante, 1982.

Como é possível verificar pelos números apresentados a ideia de necessidade de estabelecer casas clandestinas só vem bem depois da reorganização de 1929 empreendida por Bento Gonçalves. Apesar do início do projeto clandestino datar de 1929, os funcionários do PCP continuavam a não ter casas clandestinas de apoio destinadas ao seu alojamento. Esta situação não se devia só às grandes ofensivas repressivas de uma PVDE em estado de guerra anticomunista no período da Guerra Civil de Espanha.<sup>88</sup> Esta escassez de casas clandestinas neste primeiro período de 1929 a 1940 dar-se-ia sobretudo pelos fracos recursos financeiros do partido que lhe tornava impossível suportar arrendamentos de casas e o sustento dos seus funcionários. Verifica-se como era ainda débil a organização clandestina no sentido de filiar em contribuições constantes ao partido os seus militantes, expandir a rede de militância e tornar seguros os canais de financiamento da IC. Não obstante estas condicionantes, com o impulso inicial de Pável atentando sobre a inevitabilidade de que era realmente necessário proteger pelo menos os

---

<sup>88</sup> PEREIRA, José Pacheco, *Álvaro Cunhal - Uma Biografia Política, "Daniel", o Jovem revolucionário*, Volume I, Lisboa, Temas e Debates, 1999, p.276.



mais altos dirigentes do partido, situação na qual se incluía o próprio, serão alugadas algumas casas clandestinas. No entanto, a localização das casas clandestinas do partido altamente centradas na cidade de Lisboa viria a ter as suas consequências na deteção policial.

Multiplicar-se-iam os apelos junto da IC para que seja concedido mais dinheiro para a expansão da organização clandestina do PCP para fora da capital, no entanto, estes pedidos não surtiriam grande efeito, com a IC a afirmar ter enviado mais dinheiro do que aquele que Pável deu conta que foi recebido.<sup>89</sup>

A diferença entre aquilo que era enviado dos vários canais de financiamento do partido até ao que chegava ao Comité Central, órgão para o qual deveriam ser remetidos todos os fundos recolhidos, era normalmente bastante grande. Segue, a título de exemplo, um pequeno excerto do “Avante!”, recolhido na época, demonstrativo do aproveitamento de fundos recebidos pelos quadros que faziam a ligação entre a base e o topo do partido:

“Somos informados, por vários camaradas que, dum modo geral, o dinheiro [da venda do jornal “Avante!”] é recolhido, com uma perda que mal excede 10%. Pois não nos chega mais do que 60%. Onde fica a diferença?”<sup>90</sup>

A organização conseguiria no entanto estender-se até Almada e a Sacavém, partindo deste último até Vila Franca de Xira. Apesar de serem pouco expressivos os resultados da expansão comunista para a faixa industrial oriental de Lisboa, esta seria uma base fundamental na reorganização que se daria em 1941.<sup>91</sup>

Relativamente à rede de tipografias ao dispor do PCP já foi possível adquirir mais informação dispersa sobre a sua localização do que as casas clandestinas. No entanto esta demonstra uma vez mais a centralização da clandestinidade na cidade de Lisboa, como se pode verificar pelo quadro que se segue:

---

<sup>89</sup> *Idem, Ibidem*, p.276-277.

<sup>90</sup> “Por uma melhor organização e difusão do Avante!”, *Avante!*, II Série, nº5, Março de 1935, p.6.

<sup>91</sup> PEREIRA, José Pacheco, *Álvaro Cunhal - Uma Biografia Política*, “Daniel”, o Jovem revolucionário, Volume I, Lisboa, Temas e Debates, 1999, p.278.

<b>Tipografias Legais e Clandestinas ao serviço do PCP de 1929 - 1940</b>			
<i>Anos</i>	<i>Número de Tipografias Legais</i>	<i>Número de Tipografias Ilegais</i>	<i>Local</i>
1932	1	1	Lisboa
1933	1	1	Lisboa
1935	0	1	Lisboa
1936	0	2	Lisboa
1937	0	2	Lisboa
1938	0	1	Lisboa
1939	0	1	Lisboa
1940	0	1	Espinho

Fontes: PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS, *60 anos de luta ao serviço do povo e da pátria*, Lisboa, Edições Avante, 1982;

GOUVEIA, Fernando, “Memórias de um inspetor da PIDE”, Lisboa, Roger Delraux, 1979.

Pelos dados acima disponíveis é possível verificar que existem claramente dois momentos no que respeita à organização das tipografias clandestinas. Um primeiro momento que se estenderá muito provavelmente desde a ilegalização do partido em 1927 até à constituição do Estado Novo em 1933, com a utilização de tipografias legais para complementar a produção de materiais impressos que as tipografias do partido não conseguiam produzir.

O segundo começa a partir de 1933 com todo o trabalho de tipografia independentemente de sua capacidade produtiva a estar sempre sob a alçada direta e clandestina do partido. Existe, porém, um fator que nos ajuda a explicar esta mudança organizativa e que nos remete, sobretudo, para a repressão policial que foi bastante maior com a implantação do Estado Novo em 1933, como já fora anteriormente explicitado. Esta teve um duplo efeito nesta alteração organizativa das tipografias. O primeiro deu-se nas próprias tipografias legais que deixaram de aceitar fazer estes trabalhos para o partido, independentemente da melhor remuneração que podia ser obtida, tendo em conta o exemplo das tipografias que iam caindo em cada vez maior número nas malhas policiais. O segundo vinha do próprio PCP, que se via cada vez mais exposto à polícia política, com a apreensão de materiais e militantes do partido fruto da utilização de tipografias legais para a execução deste tipo de trabalhos. Tendo em conta a centralidade das questões financeiras na organização do PCP importa aprofundar um pouco mais relativamente aos custos associados a esta estratégia política. Ora neste final de primeiro período de 1936 a 1940 quando o partido começa a estabelecer fisicamente o seu aparelho tanto de agitação, através das suas casas

clandestinas, como de propaganda, via tipografias clandestinas, a manutenção de uma casa clandestina, e todos os custos a ela associada, rondavam os 2000 francos<sup>92</sup> por mês.<sup>93</sup> Relativamente às tipografias, sempre que uma era descoberta pela polícia a montagem de uma nova tipografia rondava os 12000 francos, para além das despesas médias por cada tipografia rondarem os 3300 francos por mês.<sup>94</sup> Isto tendo em conta que as receitas totais do PCP rondariam os 110000 francos por ano no biénio de 1937 e 1938. Em suma, o PCP normalmente tinha as suas contas numa situação deficitária, o que obviamente restringia a sua capacidade de expandir a sua organização a um nível nacional.

---

<sup>92</sup> Os valores das contas do partido apresentam-se em Francos, nesta época, porque a IC sediada em França era o seu principal financiador.

<sup>93</sup> PEREIRA, José Pacheco, *Álvaro Cunhal - Uma Biografia Política, "Daniel", o Jovem revolucionário*, Volume I, Lisboa, Temas e Debates, 1999, p.276.

<sup>94</sup> *Idem, Ibidem*, p.276-277.

### **3. A Segunda Fase da Organização da Clandestinidade Política do PCP (1941-1960)**

#### **3.1. A Reorganização de 1941 – Um “novo” PCP**

Situando-nos no ano de 1940, tudo parecia ir bem para o regime português liderado por Salazar. Externamente a Guerra Civil Espanhola tinha sido ganha por Franco e os denominados prevaricadores comunistas e anarquistas derrotados no conflito, a Segunda Guerra Mundial a ter o seu início com o galopante avanço das forças de Hitler pela Europa. Internamente a carestia de bens essenciais provocada pela guerra ainda não tinha feito ebulir socialmente a população portuguesa faminta, e as oposições ao regime estavam mais do que trucidadas pela repressão policial, entre as quais se contava o PCP que desde 1938 tinha sido drasticamente diminuído e a fascização do Estado decorria rapidamente. Será nesta última caracterização do ano de 1940, que decorrerão as grandes ações propagandísticas do regime enquadradas na celebração dos centenários da independência e da restauração da independência, em 1140 e 1640 respetivamente. Será então na sequência deste ano comemorativo, e fruto da pressão das famílias dos presos deportados para o Tarrafal, que será concedida a “Amnistia dos Centenários” a cerca de quatro dezenas de militantes do PCP aí presos.

Como já fora referido no capítulo anterior, no longínquo Tarrafal estavam presos importantes dirigentes do PCP entre os quais se encontrava o secretário-geral do partido, Bento Gonçalves. Fruto da repressão que o PCP sofreu e da incapacidade de renascer dela, como se comprova pela interrupção da edição do “Avante!”. A Organização Comunista do Tarrafal (OCPT), que para todos os efeitos tinha o secretário-geral do PCP aí organizado, começa a distanciar-se das posições tomadas pela direção em funções. Posicionamentos diferentes entre questões centrais do partido como a “Política Nova” de Bento Gonçalves, a interpretação a dar ao Pacto Germano-Soviético, ou ainda, a política de infiltração nos sindicatos corporativos, passaram a degradar o PCP a partir de dentro radicalizando-se as posições da direção à frente do partido em Portugal e as de Bento Gonçalves, o seu secretário-geral preso no Tarrafal.<sup>95</sup>

---

<sup>95</sup> MADEIRA, João, “A Refundação do Partido Comunista em 1940-41” in PAÇO, António Simões do, *Os anos de Salazar: O que se contava e o que se ocultava durante o Estado Novo*, vol. V, Lisboa, Planeta De Agostini, 2008, p. 79-80.

A OCPT ao tomar conhecimento em 1940 que alguns dos seus quadros seriam devolvidos à liberdade, começa a preparar o “reorganização” do partido criando um novo PCP paralelo ao já existente. A refundação de partidos comunistas não era algo de novo no movimento comunista internacional, visto ser *modus operandi* do Komintern fazê-lo sempre que se considerava pertinente substituir uma direção partidária por falta de confiança do centro comunista internacional.<sup>96</sup> Ora, o que se tornou original foi a independência com que uma organização do partido lança as bases para a reorganização de um novo partido.

Do Tarrafal chegariam então no Verão de 1940, importantes quadros como Manuel Guedes, Sérgio Vilarigues, Militão Ribeiro e Júlio Fogaça, que assumiria a orientação do partido perante a ausência de Bento Gonçalves.

Será já no final desse ano que os regressados do Tarrafal se reúnem para empreenderem a reorganização do partido como havia sido previamente estipulado. Ao invés, e contrariando as instruções trazidas do Tarrafal, os regressados estabelecem contacto com um elemento da antiga direção do partido pedindo-lhe uma suspensão temporária da direção do partido durante seis meses, o que viria a ser liminarmente recusado.<sup>97</sup> Seria preciso, no entanto, esperar até ao Junho de 1941, para que fosse constituído um novo Bureau Político<sup>98</sup> (oito membros) e um Secretariado (três membros), sendo a partir deste momento abertas as hostilidades sobre qual PCP, se o antigo ou o “reorganizado”, ganharia a legitimidade perante os seus militantes e simpatizantes.

Logo, em 1941, o novo partido reorganizado comunica através do seu “Avante!” a expulsão das suas fileiras a antiga direção partidária.<sup>99</sup> Expulsões que virão a ser publicadas no jornal com o verdadeiro nome dos principais dirigentes expulsos.<sup>100</sup> Seguir-se-ão várias trocas de acusações e insinuações de parte a parte lançando-se ambos os lados da barricada numa descredibilização do seu oponente. Logo no primeiro número do seu “Avante!”, o PCP “reorganizado” dava conta de dois jornais e da forma como eram encarados os antigos dirigentes do “antigo” PCP, noticiando o seguinte:

---

<sup>96</sup> MADEIRA, João, *História do Partido Comunista Português: Das origens ao 25 de Abril (1921-1974)*, Lisboa, Edições Tinta-da-China, 2013, p. 59.

<sup>97</sup> *Idem, Ibidem*, p. 61.

<sup>98</sup> O Bureau Político, na prática, funcionava como um comité central.

<sup>99</sup> MADEIRA, João, *História do Partido Comunista Português: Das origens ao 25 de Abril (1921-1974)*, Lisboa, Edições Tinta-da-China, 2013, p. 63.

<sup>100</sup> “Irradiações”, *Avante!*, VI Série, nº 3, Outubro de 1941, p. 3.

“Ao terem conhecimento da saída do “Avante!” um grupelho de intelectuais corrompidos foram escorraçados do P. por serem os principais responsáveis do descalabro a que tinha chegado antes da sua reorganização, resolveram enveredar pela provocação aberta e clara, ...”<sup>101</sup>

Se o “antigo” PCP duraria até 1944 para se dissolver completamente, o PCP “reorganizado” conseguirá um ano após o seu início legitimar-se em quase todo o país apesar do grosso da organização estar ainda em Lisboa e nas zonas industriais Oriental e da Margem Sul. A organização existente do PCP, antes da “reorganização”, era bastante desconectada entre si, sendo por isso relativamente fácil a desconexão com a antiga direção partidária, quando se estabeleciam contactos diretos e se pressionava para a rápida mudança de direção partidária.

A “reorganização” do PCP para além de recuperar a edição do jornal “Avante!”, em Agosto de 1941, sendo à semelhança do que tinha existido destinado a toda a população. Lançaria ainda em Junho de 1941, o jornal “O Militante”, dedicado exclusivamente aos militantes do partido, debruçando-se essencialmente sobre as questões organizativas do partido. Porém a “reorganização” do PCP, com o retomar das edições dos jornais clandestinos e o alargamento da organização do partido na clandestinidade, num contexto de grave crise social, impedia os militantes e simpatizantes de cederem mais do que pequenas contribuições dos seus magros salários. Sem apoios financeiros da IC, o partido passaria por fortes dificuldades de financiamento.<sup>102</sup> Não obstante a crise, no contexto da guerra, dificultar o dinheiro angariado *per capita*, o número de pessoas que se revê cada vez mais nas reivindicações do partido leva a aumento significativo de pessoas disponíveis a colaborar de uma forma ou de outra com este, como indica João Madeira:

“...o factor fundamental para a defesa do partido será o crescimento da sua influência e a entrada de novos contingentes de militantes contribui para o aumento substancial das receitas, equilibrando as contas e diminuindo, por essa via, as despesas com funcionários.”<sup>103</sup>.

O PCP no biénio de 1941 e 1942 possuía ainda fraca influência social. No entanto, com o crescimento das fileiras do partido com os militantes que iam captando e que se iam

---

<sup>101</sup> “Prevenção”, *Avante!*, VI Série, nº1, Agosto de 1941, p. 3.

<sup>102</sup> MADEIRA, João, *História do Partido Comunista Português: Das origens ao 25 de Abril (1921-1974)*, Lisboa, Edições Tinta-da-China, 2013, p. 67.

<sup>103</sup> *Idem, Ibidem*, p. 68.

passando do antigo PCP para o reorganizado levariam a que este entrasse num novo período da história da sua organização clandestina. A recolocação de militantes para o resto do país fazendo alargar cada vez mais as suas fileiras e por conseguinte a organização partidária.

Porém, em 1942, dois dos três elementos do secretariado do bureau do PCP foram presos, sendo substituídos e levando à ascensão ao topo do partido de Álvaro Cunhal e José Gregório que rapidamente adquirem indiscutível autoridade política.<sup>104</sup> Situação esta que pautará uma nova era na direção do partido com Álvaro Cunhal ao leme.

Relativamente à vitória definitiva do PCP “reorganizado” sobre o que denominavam “Grupelho Provocatório” esta poderá ser apontada no “Verão Quente” de 1943, com as greves operárias da Margem Sul do Tejo, em particular da Companhia União Fabril (CUF). Pegando num crescente movimento grevista que vinha desde Novembro de 1942, e perante a incapacidade do regime de Salazar em resolver a grave situação social provocada pelos efeitos da guerra, o PCP passa pela primeira vez na sua história a organizar e dirigir greves de grande amplitude.

---

<sup>104</sup> *Idem, Ibidem*, p.68.

### 3.1.1. Mudanças Organizativas

O PCP com a “reorganização” de 1941 aplicaria matrizes completamente novas. A criação de um eixo central do partido assente em poucas figuras. Um quadro de funcionários maioritariamente especializado nas tarefas partidárias nas duras condições da clandestinidade e em dedicação total ao partido, criaria uma vasta rede de casas clandestinas onde se instalariam os funcionários na clandestinidade, os designados “pontos de apoio” ao partido e uma rede de tipografias clandestinas. Compartimentar-se-iam as diferentes estruturas organizativas, inculcando elevada rigidez no cumprimento dos mecanismos de conspiração. Redefinição da base do partido das células de rua para as células de empresa.<sup>105</sup>

Os comunistas portugueses foram então divididos em cinco categorias pelo partido de forma a melhor se enquadrarem na nova organização partidária. Procurando terminar com a pluralidade de funções, acumuladas numa só pessoa, que tantos e graves erros conspirativos havia trazido ao partido, existindo assim: o militante, o simpatizante, o leitor, o funcionário de setor e o funcionário dos organismos centrais.

O militante podia desempenhar todas as funções possíveis em toda a hierarquia do partido. O simpatizante teria algum tempo de partido, mas sem tempo ou provas suficientes, para atingir o estatuto de militante tendo usualmente responsabilidades nos núcleos e em menor número nas células de empresa. Os leitores seriam camaradas fora da organização partidária, mas que pela confiança transmitida e pela disposição de colaborar com o partido recebia imprensa e difundia-a entre os seus camaradas. Dentro destas três divisões gerais havia diferenciações relativas à cotização e ao acesso à imprensa do partido.

O militante e o simpatizante estavam obrigados ao pagamento de uma quota ao partido, ao contrário do leitor que pela inexistência de um vínculo efetivo com o partido não estava sujeito a este encargo. Os militantes, para além de uma quota, deveriam usar um pseudónimo na vida partidária e desempenhar tarefas específicas na organização do partido. Relativamente à imprensa o militante era a única categoria partidária do partido

---

<sup>105</sup> ROSAS, Fernando, “O Estado Novo”, in MATTOSO, José (coord.), *História de Portugal*, vol. 7, Lisboa, Editorial Estampa, 1998, p.382.



que tinha acesso ao jornal “O Militante”, enquanto que o “Avante!” era acessível às três categorias genéricas do partido.

Dentro da categoria dos militantes havia duas categorias específicas: funcionários de setor e funcionários de organismos centrais. O funcionário de setor era o militante que estava a tempo inteiro ao serviço do partido vivendo na clandestinidade com o apoio mensal sob a forma de salário. Deste salário variável entre funcionários eram tidas em conta as despesas e as receitas, escrupulosamente descritas e fiscalizadas num balancete mensal entregue ao seu controleiro. Os funcionários do organismo central eram todos aqueles que possuíam o estatuto de efetivo ou suplente no comité central, possuindo também um salário do partido para fazer face às despesas realizadas.

A base da organização partidária anteriormente constituída por células de rua passará a ser constituída por células de empresa, que organizará o partido a partir de uma divisão por atividade profissional, em relação à base partidária constituída por profissionais liberais ou comerciantes, por exemplo, eram aglomerados numa célula denominada de “dispersos”. Em relação ao funcionamento da célula de empresa, esta era constituída por um secretariado de três militantes do PCP cujo “responsável de célula” estabelecia contacto regular com o seu controleiro, funcionário do partido, geralmente em espaços públicos ou em reuniões clandestinas. Cada um dos militantes constituintes do secretariado da célula de empresa possuía os seus próprios controlados, agrupados por núcleos, que nenhum dos seus pares podia conhecer e estabelecer contacto através de regras previamente estabelecidas.

O objetivo latente nos encontros entre controleiro e controlado dentro do PCP, passou a ser a proteção dos seus funcionários, pois, quanto menos contacto existisse menor seria o risco de estes caírem nas malhas apertadas da repressão policial, sendo por isso os encontros seriam feitos individualmente a partir da reorganização de 1941 e não em grupo como era hábito no período anterior, sendo estabelecidas preocupações como não existiam, desde o uso de senhas e contrassenhas até ao uso de vários cortes no caminho para os encontros.

Os funcionários estavam ainda sujeitos à proibição total de frequentarem espaços de públicos como, por exemplo, cinemas, cafés ou tabernas, reduzindo os riscos de serem identificados tanto pela polícia como por alguém que fosse seu conhecido comprometendo a sua falsa identidade. Os funcionários deslocavam-se preferencialmente de bicicleta ou a pé, evitando nos limites do possível o uso de transportes públicos, que

caso fossem utilizados, usariam sempre a classe mais baixa e de menor circulação de pessoas possível.

### 3.1.2. As duras condições de Guerra – Efervescência Social

O desenrolar da Segunda Guerra Mundial vai colocar Portugal no centro de uma grave crise de abastecimentos sobretudo a partir do ano de 1941, que a neutralidade do país no conflito não atenuará. Os abastecimentos começaram a ser cada vez mais escassos tanto pelas razões óbvias de prioridade aos países em guerra, como pela necessidade dos países abastecedores, sobretudo os *Aliados*, de fazerem de Portugal pouco apetecível a qualquer intento das forças do *Eixo* quer fosse pela força das armas, ou pelo estreitamento das relações políticas.

A partir de 1941, a questão dos abastecimentos, sobretudo os alimentares estará, no centro das prioridades do regime de Salazar, o óbvio descontentamento social que a fome provocava, levará a que a própria sobrevivência do regime esteja em jogo. Salazar, hábil aprendiz da Primeira Guerra Mundial, sabia perfeitamente que a guerra, pelo impacto transversal a toda a sociedade que tinha, mudava os regimes e como tal, sempre se afastou de qualquer possibilidade de intervenção, mas se o perigo externo podia ser evitado, a eclosão do descontentamento interno teria de limitar-se a ser atenuada. O problema da fome em Portugal será a prioridade de governantes e agentes económicos, que terão de lidar com a vaga de agitação social que abala o Estado Novo.<sup>106</sup>

O agravamento da situação alimentar inicia-se a partir de 1941, mais especificamente a partir do segundo semestre, repercutindo-se de imediato na imprensa. Serão, portanto, dadas instruções à censura prévia para atentarem às notícias que relatem questões mais delicadas para o regime, como as relacionadas com os açambarcamentos, que começavam a ser tema de conversa entre a população em geral a partir de 1942.

Como forma de resposta ao grave problema de abastecimentos será criada em 1943, a Intendência-Geral dos Abastecimentos (IGA), de forma a evitar os açambarcamentos e a especulação nos preços dos produtos, através da centralização, a nível nacional, dos racionamentos. A verdade é que esta entidade, não repercutiu efeitos práticos junto das populações, agravando-se aliás a situação nos anos seguintes de 1944 e 1945. A responsabilidade da IGA, na distribuição dos abastecimentos, levou a duras críticas junto das autoridades locais que reclamavam sobretudo com a desigualdade na proporção de

---

<sup>106</sup> Cf. ROSAS, Fernando, “O Estado Novo”, in MATTOSO, José (coord.), *História de Portugal*, vol. 7, Lisboa, Editorial Estampa, 1998, p. 353.

rações, maiores nos grandes centros urbanos do que nos meios rurais. O racionamento provocava também a ira das populações, quando estas assistiam ao privilégio que os membros da Legião Portuguesa tinham ao passar à frente nas longas filas e as quantidades superiores à generalidade da população que recebiam. As constantes reduções alimentares que a IGA impunha levou a uma verdadeira explosão grevista na cintura industrial de Lisboa a Vila Franca de Xira, e no campesinato assalariado do Ribatejo.

O racionamento imposto à população portuguesa da maioria dos produtos essenciais inicia-se com o agudizar da crise dos abastecimentos no início do ano de 1943. O sistema de racionamento de quantidades definidas de produtos para cada pessoa, estava sobre a tutela do IGA, a partir do Verão desse mesmo ano. Se o aligeirar de toda a demora burocrática nos abastecimentos era um dos objetivos desta entidade, então ele não foi de todo consigo, contribuindo ainda mais para a demora e corrupção que a intervenção de mais uma entidade no abastecimento permitia.

Quanto à subida do custo de vida é de facto impressionante a inflação que a guerra provocou, sobretudo a partir de 1942, na subida dos preços dos produtos. Perante a dualidade de números do Instituto Nacional de Estatística e os do Banco de Portugal, e a suspeita que levantam pela proximidade com o regime, pode-se verificar que a inflação média ao longo do período 1939 a 1946 situou-se nos 10% anuais num país com uma habitual estabilidade nos preços desde 1929, número que na realidade terá, seguramente, sido bem maior.<sup>107</sup>

Toda esta carência dos mais básicos géneros, os baixos salários, e o agravamento generalizado das condições de vida das camadas sociais mais desfavorecidas levariam a que estas encetassem longos protestos contra o salazarismo por intermédio de movimentos grevistas que marcariam profundamente a primeira metade da década de quarenta. O primeiro sinal do longo movimento grevista que estaria prestes a começar dar-se-ia no Inverno de 1941, com as greves operárias dos lanifícios da Covilhã. Com a continuação do deteriorar das condições de vida, dar-se-ia algo bastante original no movimento grevista, a paralisação dos trabalhadores iniciada no Outono de 1942, inicialmente da Carris e que se alastraria às grandes empresas da região de Lisboa, sem que existisse qualquer partido ou organização sindical por trás a coordenar a paralisação

---

<sup>107</sup> TELO, António, *Portugal na Segunda Guerra*, Vol.II, Lisboa, Vega, 1991, p. 60.

do trabalho.<sup>108</sup> Era o protesto espontâneo e livre das massas operárias na luta pela subsistência. Os protestos estender-se-iam por um ano com pequenas vitórias bastante particulares a cada empresa, mas que, continuava sem resolver o problema das camadas pobres da população a escassez de alimentos e os altos preços dos que existiam a circular pelo “mercado negro” para os quais os ordenados não conseguiam acompanhar.<sup>109</sup> Salazar tardava em estabelecer o racionamento sendo a única forma de garantir o acesso à alimentação de toda a população.

O PCP, como vanguarda das forças trabalhadoras, surgiria então no “verão quente” de 1943 a coordenar e convocar as greves a partir desse momento. Era o início de um processo de crescimento e cimentação do partido junto das populações. As greves marcariam definitivamente esse complicado ano de 1943 para o regime, com o pico grevista a dar-se em Julho e Agosto desse mesmo ano, ordenando as forças da Polícia e do Exército, o encerramento das fábricas em greve e colocar cada vez mais trabalhadores nas ruas em longas marchas contra a fome para que se viam empurrados.

Entretanto, nos campos os assalariados agrícolas, fruto de despacho governativo, viram em alguns casos os seus salários diminuídos para quase metade do valor do início do ano de 1943, coadjuvado às requisições de produtos alimentares que produziam e ao racionamento do pão essencial na dieta camponesa pelo desgaste físico a que estavam submetidos, levaram ao deflagrar de violentos motins em várias zonas rurais a Norte do Tejo e no Algarve, contra as forças representativas da ditadura.<sup>110</sup> O PCP enquanto força organizativa só chegaria aos campos no Verão de 1944. Inicialmente nas zonas camponesas junto às regiões industriais orientais e do Sul de Lisboa, às quais deveriam se juntar em greve. A vasta zona camponesa do Alentejo permanecia algo impávida quando comparada com os camponeses do resto do país. Será então já com a “mão” do PCP que a enorme massa assalariada e desempregada do grande latifúndio se começará a organizar reivindicativamente no início do ano de 1945, mas já num período em que se começava a notar um reflexo do movimento grevista no resto do país.<sup>111</sup>

No presente subcapítulo, pretende-se demonstrar que foi num contexto da grave crise de subsistência que assolou todo o país no contexto da Segunda Guerra Mundial,

---

<sup>108</sup> ROSAS, Fernando, “O Estado Novo”, in MATTOSO, José (coord.), *História de Portugal*, vol. 7, Lisboa, Editorial Estampa, 1998, p. 355-356.

<sup>109</sup> *Idem, Ibidem*

<sup>110</sup> *Idem, Ibidem*, p. 359-362.

<sup>111</sup> *Idem, Ibidem*, p. 365.

desencadeando um amplo movimento grevista nacional, que o PCP se redimensiona para o resto do país. Os verões de 1943 e 1944 com o início do ano de 1945 marcariam a chegada do papel de direção do partido, nas grandes fábricas da região de Lisboa e da Margem Sul do Tejo, e no campesinato alentejano, respetivamente.

### 3.2. O I Congresso Ilegal de 1943

A realização do I Congresso Ilegal do PCP, o terceiro desde a sua fundação, pode ser encarada como o fim de um processo de “reorganização” do partido. Mais do que qualquer aspeto triunfalista sobre o “Grupelho Provocatório” que pudesse estar subjacente a este congresso, o partido possuía questões de índole interna que precisava ver resolvidas. Estas prendiam-se sobretudo com as divergências internas ao partido que precisavam de ser definitivamente clarificadas, relativamente às estratégias dos principais dirigentes do partido, Militão Ribeiro e Júlio Fogaça, no período da “reorganização” (1941-1943), às divisões que se vinham assistindo no seio da organização do partido no Tarrafal, e sobretudo à legitimação da direção partidária em vigor, na qual se tornava inegável o ascendente que Cunhal já levava sobre os demais principais dirigentes comunistas.<sup>112</sup> Tendo em conta que tanto Militão como Fogaça tinham sido entretanto presos em 1942, o núcleo inicial do processo de “reorganização” estava fora do congresso, o que facilitava enormemente a principal motivação subjacente à realização do congresso, a legitimação do núcleo duro dirigente que se apresentava. O congresso permitiria ainda pela primeira vez a apresentação de uma linha de orientação do partido através dos vários relatórios que viriam a ser apresentados.

Nas duras condições da clandestinidade em que o partido se encontrava a realização de um congresso no interior do país representava um enorme passo na confiança do partido. No congresso estariam presentes dezassete dirigentes comunistas mais duas camaradas de apoio aos trabalhos doméstico. Sem tomar conhecimento grande parte deles ao que se dirigiam foram encaminhados, sob fortes medidas conspirativas, até a uma vivenda no Estoril. Seria aí então que se daria início a 10 de Novembro de 1943 aos trabalhos dos congressistas durante quatro dias no I Congresso Ilegal do Partido. A rutura com a anterior direção do “Grupelho Provocatório” seria tal que este congresso seria apresentado como sendo o primeiro congresso em toda a história do partido, tendo sido um dos “velhos” militantes que ao ler a notícia sobre o congresso no “Avante” alertou para o facto de este não ser o primeiro mas sim o terceiro.<sup>113</sup>

---

<sup>112</sup> PEREIRA, José Pacheco, *Álvaro Cunhal - Uma Biografia Política, “Duarte”, o Dirigente Clandestino*, Volume II, Lisboa, Temas e Debates, 2001, p.286.

<sup>113</sup> *Idem, Ibidem*, p. 290.

O congresso teria como ponto principal a apresentação de Álvaro Cunhal do seu informe político “Unidade da Nação Portuguesa na Luta pelo Pão, pela Liberdade e pela Independência” no qual se dava grande importância ao contexto político internacional de vitória ou derrota dos fascismos como essencial para o derrube de Salazar. Para além disso é corrida a política de frente única, propondo-se uma unidade antifascista em Portugal, sob novas condições e sob a hegemonia do PCP no movimento antifascista, algo que seria aplicado a todos os movimentos de resistência ao nazi-fascismo de todo o mundo. Cunhal apresentaria um segundo relatório “A Actividade do Grupelho Provocatório”, onde seria feito o balanço da vitória do partido “reorganizado” sobre o “antigo” PCP, sendo estes acusados de “provocação” ao partido e de infiltração policial.

Relativamente à nova organização do partido, o informe será apresentado por Manuel Guedes, identificado com pseudónimo de “Santos”, intitulado de “Tarefas de Organização”. Guedes lança logo no início do seu informe as características necessárias para que o PCP se emancipe na hegemonização da oposição, afirmando:

“Só com uma vasta organização nacional de células, comités de zona, comités locais, regionais, etc., que possam fazer chegar a toda a parte a voz do nosso Partido,...”<sup>114</sup>

Serão ainda lançadas as premissas para a execução das tarefas em clandestinidade do partido que serão necessárias a todos os militantes que as aceitem realizar, alertando que:

“Ela [organização] exige de todos nós bastantes sacrifícios, espírito de iniciativa e audácia. Ela exige de todos nós uma dedicação e uma abnegação ilimitadas. Ela exige uma disciplina férrea no cumprimento das nossas obrigações que aceitamos livremente. Ela exige uma confiança mútua entre todos nós e uma confiança ilimitada no espírito revolucionário das massas trabalhadoras e exploradas.”<sup>115</sup>

Guedes tratará de lembrar que a “reorganização” do partido não se tratou de “empresa fácil”<sup>116</sup>, tendo que para isso sido necessário recuperar a confiança das massas no partido, expulsar os elementos “provocadores” e aproveitar os elementos “sãos” que existiam.

---

<sup>114</sup> SANTOS, *I Congresso Ilegal do Partido Comunista Português, Tarefas de Organização*, s.l., Editorial Avante, 1944, p. 3.

<sup>115</sup> *Idem, Ibidem*

<sup>116</sup> *Idem, Ibidem*, p. 4.



Relativamente, ao alargamento progressivo da organização do partido para uma escala nacional é adiantado que só tinha vindo a ser possível devido:

“À depuração feita nas fileiras do Partido, o trabalho persistente das nossas organizações, a seriedade e segurança deste trabalho, o criterioso recrutamento de novos militantes, a continuidade do trabalho central e a saída regular da nossa imprensa. (...) Hoje, o nosso Partido pode contar já com uma centena de organizações locais e regionais, e, nos grandes centros, com umas dezenas de células de empresa.”<sup>117</sup>

O trabalho conspirativo seria um dos alicerces fundamentais de toda organização do partido, sendo o reforço do seu cumprimento constantemente visado em toda a literatura do PCP na clandestinidade, sendo atribuído ao partido a capacidade de sancionar qualquer militante em que se registasse falta de cuidado conspirativo, “..., criticando imediatamente todo o deslize e levando ao conhecimento dos organismos superiores ou mesmo tomando medidas disciplinares contra aqueles que se mostrem incapazes, ...”<sup>118</sup>. Será ainda subjacentemente feita a crítica ao anterior secretariado da pós-reorganização devido à falta de dureza para com o cumprimento das regras conspirativas e da disciplina partidária.<sup>119</sup>

A infiltração dos comunistas aproveitando e subvertendo as organizações corporativas destinadas a enquadrar as massas trabalhadoras no Estado Novo será um dos temas que Manuel Guedes mais se debruça. Os sindicatos nacionais, as casas do povo, as casas dos pescadores e as coletividades culturais ou desportivas deveriam ser imediatamente encaradas de forma diferente pelos militantes devendo ser aproveitadas as oportunidades de reunião das massas que estas organizações proporcionavam.

Dando conta de um sentimento generalizado de subvalorização, Guedes salientava o crescente número de mulheres que vinham integrando as fileiras do partido, tendo um papel importantíssimo no desempenho das tarefas de defesa das casas do partido. Guedes lança o apelo para que o trabalho partidário seja também feito junto das massas trabalhadoras femininas, perante a demonstração de luta que as mulheres tinham tido também nos movimentos grevistas de 1942 a 1945. Este seria um dos aspetos que marcariam muitas das futuras críticas das militantes ao funcionamento das casas

---

<sup>117</sup> *Idem, Ibidem*, p. 5-6.

<sup>118</sup> *Idem, Ibidem*, p. 10.

<sup>119</sup> Cf. *Idem, ibidem*, p. 10-12.

clandestinas do PCP, o generalizado machismo que sendo transversal a grande parte da sociedade portuguesa, se transpunha de igual forma à organização do partido fazendo-as sentir injustamente um papel secundário na vida política do PCP.

### 3.2.1. O PCP hegemoniza a Oposição

À saída do I Congresso Ilegal, os dirigentes comunistas, sentiam-se mais confiantes, as resoluções às grandes questões que marcariam os trabalhos estavam resolvidas por ampla aceitação dos presentes. Será então perante a nova política de unidade antifascista, os sucessos do Exército Vermelho da URSS, o crescimento do partido e o otimismo pela realização do congresso que se torna cada vez mais a ideia de que se aproximava o derrube de Salazar.

Será então ainda no ano de 1943 que o PCP, apesar de ser hegemónico no movimento não pretendia ficar de fora de eventuais negociações políticas em caso de vitória das forças aliadas na guerra, lança a plataforma unitária MUNAF (Movimento da Unidade Nacional Antifascista).<sup>120</sup> Apesar da incomparável dimensão organizativa que o PCP possuía comparativamente a todos os demais, este reconhecia a existência de importantes correntes de pensamento político para além do comunismo, adversas a Salazar e ao Estado Novo. Será então em torno desta plataforma que se reunirão diversas personalidades cujo ponto em comum seria mesmo o derrube Salazar, esta plataforma reunia para além de comunistas, membros que se podia considerar próximas do partido como membros anticomunistas. O PCP pretendeu então dotar o MUNAF de capacidade operativa própria fazendo estimular maiores movimentos grevistas à medida que se ia agudizando o descontentamento das classes trabalhadoras.<sup>121</sup> Se o Conselho Nacional do MUNAF até agrupava os representantes de todas as correntes antifascistas, o mesmo não se poderia dizer da base do movimento maioritariamente organizada pelo PCP, desta forma se o topo do movimento até dava uma aparência igualitária, a base estava totalmente controlada pela corrente comunista.

No seio do MUNAF, as divergências vinham desde a forma como se deveria preparar o próprio derrube do fascismo, tendo o PCP lutado, sem grande sucesso diga-se de passagem, pela imposição de uma ideia de levantamento nacional sobre membros que sempre haviam defendido as ideias *putshistas*.<sup>122</sup> Um dos problemas emergentes dentro dos apoiantes do levantamento nacional como via para o derrube do regime passava pela

---

<sup>120</sup> MADEIRA, João, *História do Partido Comunista Português: Das origens ao 25 de Abril (1921-1974)*, Lisboa, Edições Tinta-da-China, 2013, p. 80.

<sup>121</sup> *Idem, Ibidem*, p. 84.

<sup>122</sup> *Idem, Ibidem*, p. 84-93.

resistência à atuação sindical via sindicatos nacionais, alguns membros consideravam que a melhor solução continuava a passar pela criação de sindicatos ilegais como forma de ampliar o movimento grevista.

Enquadrado pelas diretrizes que vinham sendo apontadas pelo Komintern, desde 1943, para o uso da violência nos países do Eixo, ou seus apoiantes, o PCP cria os Grupos Antifascistas de Combate (GAC), que viriam a ser enquadrados no MUNAF.<sup>123</sup> Segundo João Madeira, estes grupos seriam constituídos por três a cinco elementos formados por gente combativa, alguns deles sem partido, mas sob a iniciativa direta das diversas células e comités do partido.<sup>124</sup> Para além do seguimento da linha traçada pelo Komintern, o PCP respondia ao apelo, que teve presente ao longo a história clandestina do partido em menor ou maior número de militantes, de pegar em armas contra o regime. A vitória dos “Aliados”, seria efusivamente comemorado pelas ruas de Lisboa e das principais cidades do país, no entanto, nem o levantamento nacional nem o *putshismo* conseguiriam derrubar o Estado Novo. Em verdade, desconhece-se qualquer ação concreta dos GAC, que em suma se esvaziou de sentido à medida que o Estado Novo dava mostras de se saber adaptar aos novos ventos do pós-guerra.

Perante a perda de pujança do movimento comunista, o PCP já podia antecipar a preparação de um golpe *putshista*, porém, Salazar uma vez mais demonstrado a sua astúcia política, anuncia a intenção de dissolver a Assembleia Nacional e convocar novas eleições.<sup>125</sup> Desta forma, é esvaziada a possibilidade de golpe e apontadas baterias para a luta via eleitoral, para a qual vão sendo dados ténues sinais de uma maior legalidade. Será na sequência da formação de uma plataforma de entendimento comum das oposições ao Estado Novo que será criado em Outubro de 1945, o Movimento de Unidade Democrática (MUD). O MUD seria na prática o MUNAF legalmente tolerado de Outubro de 1945 até 1947. Desde esta altura, o MUNAF tinha simplesmente sido ultrapassado na sua razão de ser, importantes elementos deste estariam desde o início na planificação do MUD. Ainda sem a direção do PCP, o novo movimento político gera elevado entusiasmo junto dos setores mais liberais do país e massiva adesão. Multiplicar-se-ão as sessões e adesões ao movimento levando a um clima de euforia um por todo o país, as potencialidades do MUD mostravam ser transversais a vários e amplos setores da sociedade. Um desses exemplos

---

<sup>123</sup> *Idem, Ibidem*, p.89.

<sup>124</sup> *Idem, Ibidem*, p.89.

<sup>125</sup> *Idem, Ibidem*, p. 113.

seria os muitos advogados que aceitaram defender vários presos políticos que se encontravam no Tarrafal, sendo feita grande pressão para a amnistia política. No entanto, os principais dirigentes do MUD cometeriam um grave erro, agindo de boa vontade, haviam cedido conforme solicitado pelo Estado, as listas dos nomes dos elementos que haviam aderido ao movimento. Obviamente, muitas das pessoas haveriam de prestar contas junto da polícia política.<sup>126</sup> O MUD anuncia então a abstenção para as eleições à Assembleia Nacional. O movimento persistiria ao longo do ano de 1946, inclusive com comícios autorizados. O impasse no seio do MUD surgiria no importante biénio de 1947 e 1948 com o esmorecer do movimento grevista, da luta eleitoral e das tendências “putchistas” dentro do movimento e com a recomposição do Estado Novo com a Conferência da União Nacional, em Maio de 1946, ao que se viria a acrescentar o apoio dos Aliados na manutenção do regime com a instalação da Guerra Fria. A descrença cada vez mais generalizada dentro movimento de que seria possível o derrube imediato do regime leva a que os elementos não comunistas se retraiam na ação política. Desta feita, PCP será único na forma como se debate politicamente pelo derrube do regime a partir desta altura.

---

<sup>126</sup> MADEIRA, João, “As Oportunidades Perdidas da Oposição” in PAÇO, António Simões do, *Os anos de Salazar: O que se contava e o que se ocultava durante o Estado Novo*, vol. VII, Lisboa, Planeta De Agostini, 2008, p. 13.

### 3.3. O II Congresso Ilegal de 1946 – Expoente máximo do PCP

O II Congresso Ilegal do PCP, o quarto em toda a sua história, realizar-se-á em Julho de 1946, na Lousã, sendo a primeira vez que se realiza fora de Lisboa, fruto da inflexão do partido para as zonas rurais do país visando aumentar os cuidados conspirativos de defesa do partido. Este congresso seria uma vez mais uma mostra de capacidade do partido em conseguir reunir um número elevado de dirigentes sob fortes medidas de segurança e vigilância.<sup>127</sup> Relativamente à importância do Congresso José Pacheco Pereira, resume a sua importância de forma clara com as seguintes palavras:

“O II Congresso Ilegal do PCP marca o momento de maior poder e influência de sempre nos anos da clandestinidade até ao 25 de Abril. Nunca o PCP fora tão poderoso e nunca mais o voltaria a ser – o Congresso marca o apogeu do comunismo português nos anos da clandestinidade. Sob todos os pontos de vista – orgânicos, políticos, teóricos -, foi o mais importante Congresso do PCP na clandestinidade e, em muitos sentidos, a mais importante reunião do partido até aos nossos dias. O que dele resultou – o grupo dirigente, a linha do PCP, o papel de Álvaro Cunhal – durou até hoje como factor de identidade partidária.”<sup>128</sup>

O crescimento do partido é devidamente indicado logo no prefácio do informe de Cunhal, apontando-se que:

“Neste dois anos e meio assistimos ao engrandecimento do nosso Partido, ao alargamento e consolidação da sua organização, à sua crescente ligação com as massas, ao desenvolvimento dos seus quadros.”<sup>129</sup>

Cunhal bem podia falar numa verdadeira explosão, em vez de “engrandecimento”, tal a forma como o PCP cresceu em tão curto espaço de tempo. Segundo números apresentados por Pacheco Pereira, o partido tinha passado de um número a rondar os 1200 militantes em 1943 para os mais de 5000 militantes e 4000 simpatizantes à data do IV Congresso em 1946.<sup>130</sup>

---

<sup>127</sup> PEREIRA, José Pacheco, *Álvaro Cunhal - Uma Biografia Política, “Duarte”, o Dirigente Clandestino*, Volume II, Lisboa, Temas e Debates, 2001, p. 605.

<sup>128</sup> *Idem, Ibidem*, p. 607.

<sup>129</sup> DUARTE, *Informe Político do Comité Central, O Caminho para o Derrubamento do Fascismo*, s.l., Editorial Avante, 1946, p.2.

<sup>130</sup> PEREIRA, José Pacheco, *Álvaro Cunhal - Uma Biografia Política, “Duarte”, o Dirigente Clandestino*, Volume II, Lisboa, Temas e Debates, 2001, p. 633.

O crescimento do partido lança a necessidade de descentralizar cada vez mais a orgânica do partido, evitando a sobrecarga imputada sobre cada controleiro através de novos organismos coletivos ao nível regional, sub-regional e de zona.<sup>131</sup> Cunhal afirmava que um militante responsável pela organização de determinada célula ou zona que possua tamanho superior ao que possa controlar eficazmente deve procurar delegar algumas funções para novos camaradas que considerados capazes, algo que não vinha sendo feito até à altura.<sup>132</sup> Será feita a analogia de que “... um homem-orquestra à força de querer ir a todos os lados e querer fazer tudo diretamente, à força de querer tocar todos os instrumentos, acaba por não tocar nenhum convenientemente”<sup>133</sup>.

Ainda relativamente aos quadros do partido são traçadas as características essenciais ao desempenho das tarefas do partido. Um bom quadro devia ser de total dedicação ao proletariado, ao país e ao partido, a firmeza perante a PIDE e a modéstia perante os órgãos superiores do partido.<sup>134</sup>

O relatório principal da reunião será logicamente apresentado por “Duarte” (Álvaro Cunhal) com o título de “O Caminho para o Derrubamento do Fascismo”. Baseando-se em algumas das ideias já patentes no informe apresentado no congresso anterior, apresentaria ideias fruto das mudanças internas e externas do pós-guerra. Com a manutenção das zonas ocupadas pelas tropas lideradas de Estaline sob a esfera soviética, estava-se no prelúdio da Guerra Fria, que definiria claramente as zonas de influência de cada bloco pelo menos na Europa Ocidental. Começava também a ser perceptível que Salazar era visto pelos EUA como um aliado fiável e que nada seria feito, por via externa, para alterar quem liderava Portugal. Internamente, Cunhal lança a ideia que viria a ser defendida até ao derrubamento da Ditadura de que o país não era pobre em recursos, a pobreza advinha isso sim, da exploração dos grandes grupos económicos sobre os trabalhadores sob a férrea proteção do Estado Novo:

“Não é Portugal que é pobre. É o salazarismo que é incapaz de aproveitar as riquezas nacionais, e de encaminhar a economia nacional no sentido do progresso técnico, do aumento da produção, do bem-estar das classes laboriosas. (...) Portugal é um país rico, é a política fascista de proteção aos monopólios que condena Portugal ao atraso e à miséria. As riquezas nacionais, o progresso

---

<sup>131</sup> *Resoluções, II Congresso Ilegal do Partido Comunista Português*, s.l., Editorial Avante, 1948, p. 5.

<sup>132</sup> DUARTE, *Organização, Informe do Comité central*, s.l., Editorial Avante, 1946, p.14.

<sup>133</sup> *Idem, Ibidem*.

<sup>134</sup> *Idem, Ibidem*, p.47-48.

nacional, o nível de vida do povo, estão submetidos aos interesses dum punhado de exploradores sem Pátria que ostentam uma vida de luxo e de prazer”<sup>135</sup>

No informe de Cunhal, é feita uma atualização da forma de derrube do fascismo via levantamento nacional. Os GAC são oficialmente abandonados, desvalorizados e acusados de esquerdismo, legitimando a decisão fazendo citações de Lenine.<sup>136</sup> O MUD é reconhecido e valorizado pela via legalista de oposição a Salazar. Para o MUD são feitos apelos para que todos os oposicionistas se juntem nesta plataforma política.<sup>137</sup>

No Congresso será também feita uma importante alteração relativamente às juventudes, a antiga FJCP, descrita por Cunhal que “nunca teve e continua não tendo eco no coração das massas da juventude”<sup>138</sup>, é definitivamente desmantelada sendo criado o MUD Juvenil. As razões apresentadas para a substituição da FJCP pelo MUD Juvenil será a de que “...uma organização juvenil de massas não é possível constituir-se ilegalmente.”, porque “...as massas da juventude não vêm a uma organização ilegal”. Este passaria a ser utilizado como um importante mecanismo de recrutamento do PCP, utilizando como balão de ensaio dos jovens antifascistas, e posteriormente aliciando à militância do partido os que mais se iam destacando na luta.<sup>139</sup> Como já havia ficado clarificado em congresso, “...é em organizações e movimentos legais da juventude que educaremos os jovens trabalhadores e a juventude em geral no espírito do marxismo-leninismo...”<sup>140</sup>

Fazendo eco das preocupações já anteriormente referidas da situação das mulheres militantes do PCP, Álvaro Cunhal faz importantes chamadas de atenção relativas à pretensa superioridade masculina, denominada de “preconceitos burgueses de superioridade” que minavam as relações do partido com as mulheres, e alterações relativas à organização desta. Apesar de se atentar na dificuldade que a mulher tinha em sair do jugo masculino na sociedade do Estado Novo, Cunhal aponta para o fim da organização das mulheres separada dos homens estabelecendo a criação de células mistas. Fruto desta maior atenção às militantes e perante a ausência de consciência política que lhes permitisse uma maior intervenção na vida do partido, começará a circular entre as

---

<sup>135</sup>DUARTE, *Informe Político do Comité Central, O Caminho para o Derrubamento do Fascismo*, s.l., Editorial Avante, 1946, p. 19.

<sup>136</sup> Cunhal cita a obra *O esquerdismo, Doença Infantil do Comunismo* de Lenine.

<sup>137</sup> Cf. *Idem, Ibidem*, p.44.

<sup>138</sup> DUARTE, *Organização, Informe do Comité central*, s.l., Editorial Avante, 1946, p.36.

<sup>139</sup> Entrevista a Carlos Brito, Alcoutim, 14 de Janeiro de 2015.

<sup>140</sup> DUARTE, *Organização, Informe do Comité central*, s.l., Editorial Avante, 1946, p.36.



funcionárias o jornal clandestino “3 Páginas”, sob a direção e iniciativa de Cândida Ventura.

### 3.3.1. Cunhal - da personificação de uma liderança em 1946 à prisão em 1949

À saída do II Congresso Ilegal, Álvaro Cunhal tratava-se claramente do dirigente com maior influência no partido. Durante este período de pouco mais de três anos o PCP tem um dos seus maiores decréscimos organizativos. Como adianta Pacheco Pereira:

“Porém, desde meados de 1946, o PCP estava sujeito a uma intensa e continuada repressão, vaga sobre vaga, organização sobre organização, que vai durar sem interrupções até ao climax de 1949. Toda a rede nacional de organizações do partido começa a estar sobre tensão e a estalar em vários sítios.”<sup>141</sup>

Importantes vagas repressivas começam, a dismantelar organizações inteiras no Norte do país, nas zonas de Aveiro e Viana do Castelo, seguindo-se o sector intelectual de Coimbra para através destas chegar a algumas organizações do Algarve e Alentejo. Tal como refere o ex-inspetor da PIDE, Fernando Gouveia, quando se referia ao dismantelamento desta ramificação:

“Era o nosso primeiro contacto com uma ramificação do aparelho numa parte importante do País, constituída por todo o Norte, compreendendo o distrito de Aveiro e seguintes, até ao Rio Minho, a toda a largura até Guarda. Ajudados pelos “arquivos” apreendidos, foi-nos possível aquilatar da sua importância e da forma como toda a gente dormia descansadamente, enquanto aquela tenebrosa organização se desenvolvia.”<sup>142</sup>

Se a repressão e dismantelamento de importantes partes da organização clandestina, seria um dos aspectos negativos, que se começavam a evidenciar, o reatamento das relações do PCP com o Partido Comunista da URSS seria uma das mais importantes ajudas que podiam ser dadas ao longo do período da clandestinidade, uma década depois de estas terem sido cortadas. A exclusão do partido do movimento comunista internacional seria um dos aspectos que tanto Fogaça, como Cunhal posteriormente, lutaram por alterar

---

<sup>141</sup> PEREIRA, José Pacheco, *Álvaro Cunhal - Uma Biografia Política, “Duarte”, o Dirigente Clandestino*, Volume II, Lisboa, Temas e Debates, 2001, p. 746.

<sup>142</sup> GOUVEIA, Fernando, *Memórias de um inspetor da P.I.D.E.: A organização clandestina do P.C.P.*, Lisboa, Edições Roger Delraux, 1979, p.176.

considerada uma enorme desvantagem para o partido.<sup>143</sup> Tanto que após a “reorganização” de 1941, com as alterações orgânicas de estilo leninista, o PCP sempre apoiara as decisões tomadas por Estaline fazendo eco regularmente das virtudes do sistema soviético na sua imprensa regular. Aliás, com o prelúdio da “Guerra Fria” a imprensa do PCP começara já a afinar baterias do “grande inimigo internacional” para o capitalismo liderado pelos EUA. Se por um lado, a “reorganização” impediu uma definição clara do reatamento soviético com o comunismo português, a emergência da guerra e o facto de se tratar de um país considerado apoiante do Eixo inicialmente, atrasou algo que se poderia ter dado bem mais cedo. Os primeiros contactos dão-se através dos dirigentes jugoslavos do Cominform, importante intermediária de então, para se aceder à cúpula do poder, Estaline. A Jugoslávia, era na época também a única nação comunista a ter em Portugal uma embaixada que viria a ser um importante centro conspirativo contra Salazar. Por isso, ninguém se encontrava melhor posicionado do que os jugoslavos para avaliar o PCP. Impressionados com as capacidades de Cunhal, os jugoslavos auxiliam a sua viagem, através de um barco originário desse país que clandestinamente transportou Cunhal em finais de 1947. Após o *feedback* positivo dos dirigentes jugoslavos a Moscovo, e o envio de Cunhal de muitos documentos elucidativos do estado do PCP e de Portugal, este recebia autorização para se deslocar ao centro nevrálgico do comunismo internacional. Em Moscovo, Cunhal é recebido por Suslov, importante dirigente do Partido Comunista da URSS, que após grandes persistências do dirigente português deixaria abertas as portas de uma reintegração do PCP no movimento comunista internacional.

Internamente, no início de 1948 o MUD era ilegalizado. O Governo de Portugal estreitando fortemente os seus laços com americanos e ingleses como se verifica pela cedência de território para a instalação militares, e a aceitação por Portugal das ajudas financeiras americanas para a recuperação económica dos países europeus do pós-guerra. Salazar deixava claramente de precisar de demonstrar qualquer caridade democrática, o regime tinha-se aguentado ao abalo da derrota das forças do Eixo, sendo tempo de cerrar fileiras contra a oposição interna. Com a Guerra Fria, a utilidade de uma plataforma de entendimento político legal era encarada pelos oposicionistas não comunistas como algo prejudicial, afastando-se da unidade com o PCP. Em Julho desse ano Norton de Matos

---

<sup>143</sup> PEREIRA, José Pacheco, *Álvaro Cunhal - Uma Biografia Política, “Duarte”, o Dirigente Clandestino*, Volume II, Lisboa, Temas e Debates, 2001, p.750.

apresenta a sua candidatura às eleições presidenciais previstas para Janeiro de 1949, o PCP imediatamente apoia a candidatura do velho general. A candidatura de Norton de Matos, colocava no centro da questão uma vez mais a necessidade de uma mudança democrática e a transparência das eleições, várias vezes sublinhada pelos apoiantes de Norton. Seria dada uma nova oportunidade para o MUD e o MUNAF, caídos no esquecimento renascerem com a pequena abertura durante a campanha eleitoral. No entanto, divergências várias entre candidato e seus apoiantes, como por exemplo relativa à não participação do MUD Juvenil na campanha, minariam a candidatura de Norton de Matos. Já em vésperas da ida às urnas as várias delegações apoiantes da candidatura forçam Norton de Matos, contrariamente à sua vontade, a desistir à boca das urnas. Nomeado, em Fevereiro de 1949, o Presidente da República afeto ao regime. Norton apressa-se a dismantelar as estruturas organizativas criadas em torno do apoio à sua candidatura. Segue-se uma vaga repressiva tremenda após as eleições.

No rescaldo da desistência de Norton de Matos, o PCP tenta abordar os vários apoiantes da candidatura para um prolongamento da organização unitária, algo que seria prontamente recusado pelos vários delegados. Perante a recusa, o partido e alguns apoiantes do genera, constituem em Abril de 1949 o Movimento Nacional Democrático (MND). Entretanto, o desastre acontece no PCP, tal como refere João Madeira:

“... , quando o processo de constituição do novo movimento sobre as ruínas do MUNAF, do MUD e dos serviços de candidatura presidencial estava em andamento, a direção do PCP sofre um golpe muito profundo com a prisão de Álvaro Cunhal, Militão Ribeiro e de outros oito dirigentes e quadros, e com a queda de várias casas clandestinas e de uma tipografia central.”<sup>144</sup>.

A queda da casa do Luso, nas mãos da PIDE, tratou-se efetivamente de um duro golpe infligido no PCP, alterando e muito o que tinha sido o partido até então. Esta queda enquadrou-se num problema organizativo que mais adiante se abordará neste trabalho, relacionado com o estereótipo ou padrão de organização clandestina traçado pela PIDE e divulgado junto das autoridades e representantes do regime locais. O conhecimento que a PIDE vinha tendo sobre a clandestinidade pode-se verificar nas frases seguintes:

---

<sup>144</sup> MADEIRA, João, *História do Partido Comunista Português: Das origens ao 25 de Abril (1921-1974)*, Lisboa, Edições Tinta-da-China, 2013, p.159.

“E como o Militão Bessa Ribeiro tinha estado instalado em Macinhata do Vouga e o Álvaro Cunhal no Luso, via-se, pela disposição geográfica, que todas essas “casas ilegais” se encontravam concentradas numa zona absolutamente neutra, isto é, onde não havia qualquer ramificação da organização clandestina do Partido e estarem, por isso, defendidas de qualquer ofensiva policial ou denúncia de um militante menos seguro.”<sup>145</sup>

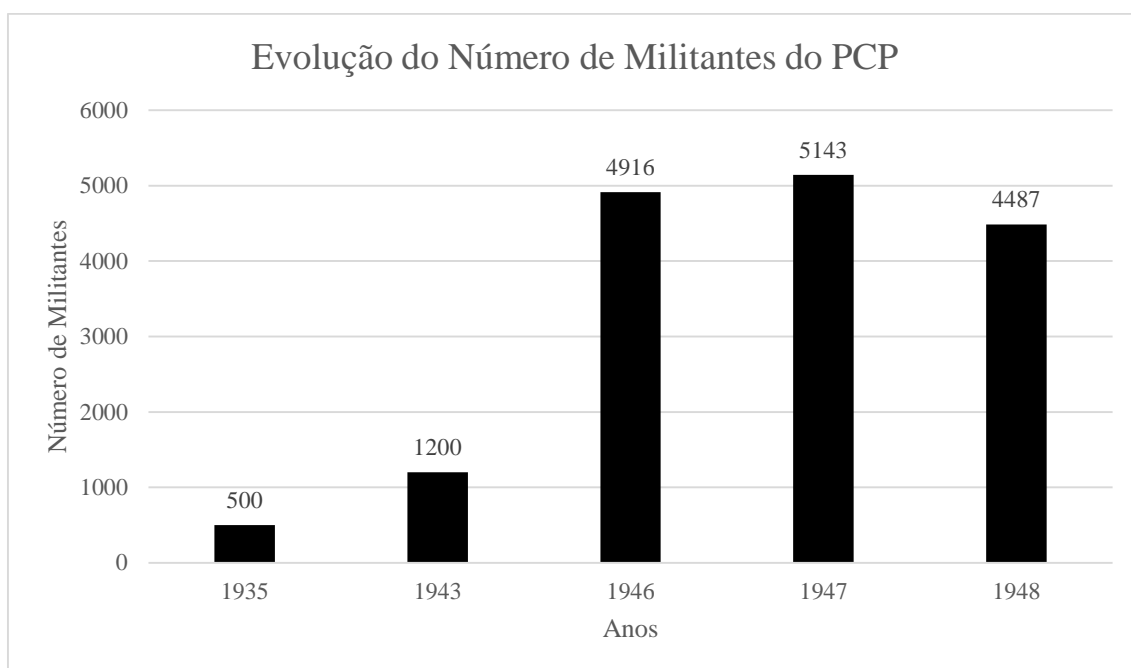
Álvaro Cunhal via desta forma interrompido o seu papel de dirigente na clandestinidade em 1949. A liderança informal de Cunhal após a morte de Bento Gonçalves fora de facto incontestada até à sua prisão. Cunhal retomará a liderança do partido na clandestinidade após a Fuga de Peniche em 1960, e clandestinamente a partir do estrangeiro no ano seguinte, onde aliás será formalmente eleito como secretário-geral do partido algo que não se sucedia desde o tempo de Bento Gonçalves. Com Cunhal seguirão para a prisão a maioria dos dirigentes melhor preparados, seguindo-se um período de ausência de um dirigente líder no partido durante a primeira metade da década de cinquenta. Seria apenas na segunda metade da década que imergiria Júlio Fogaça como quadro dirigente, chamado ao secretariado do partido, que destacava-se dos demais em virtude da sua melhor preparação teórica.

---

<sup>145</sup> GOUVEIA, Fernando, *Memórias de um inspector da P.I.D.E.: A organização clandestina do P.C.P* Lisboa, Edições Roger Delraux, 1979, p.286.

### 3.4. A Expansão da Organização do PCP na Clandestinidade

No presente capítulo será abordado o crescimento do PCP após a “Reorganização de 1941” passando de um partido regional para nacional, os setores de atividade onde havia maior número de militantes do PCP e a sua distribuição ao nível nacional pelos setores da organização clandestina do partido.



Fontes: Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Legião Portuguesa, Processo 713, NT1183, p.37.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, PIDE, Serviços Centrais, NT9108, Pasta 3, p.41-42.

PEREIRA, José Pacheco, “Álvaro Cunhal - Uma Biografia Política, “Duarte”, o Dirigente Clandestino”, Volume II, Lisboa, Temas e Debates, 2001, p.873.

No gráfico podemos observar o rápido crescimento do PCP dos anos trinta para os meados da década de quarenta. De 1935 ao biénio de 1946 e 1947 pode-se constatar que o partido decuplica o seu número de militantes. O PCP de 1935 para 1943 mais que duplicou o seu número de militantes. No entanto nos quatro anos seguintes a 1943, após a “reorganização”, o partido conseguirá quadruplicar o seu número de militantes. A partir do período correspondente á realização do II Congresso Ilegal do PCP, em 1946, o número de militantes manter-se-á relativamente estável, oscilando brandamente em

função dos contextos de maior ou menor repressão política e dos períodos de crise do regime que permitam maior adesão ao partido.

<b>Número de Militantes por sector de actividade e género em 1947</b>	
<i>Sectores de Actividade / Género</i>	<i>Número de Militantes</i>
Operários	2153
Camponeses	808
Empregados	175
Mulheres	51
Outras Profissões	1210
<b>Total</b>	<b>5143</b>

Fonte: Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Legião Portuguesa, Processo 713, NT1183, p.37.

O quadro acima exposto permite verificar em que setores de atividade e de género o PCP possuía maior afirmação política. Analisando primeiramente a distribuição por setores de actividade pode verificar-se que o partido possuía uma base militante fortemente assente na classe operária, representativa de metade de toda a militância do PCP. É de destacar ainda a baixa capacidade de recrutamento do partido, neste período, junto da esmagadora maioria de trabalhadores camponeses existentes em Portugal. Outro aspeto merecedor de destaque é a representatividade do sexo feminino no PCP ser de 1%. Algo que começara a ser combatido, após a realização do II Congresso Ilegal, seria precisamente o sentimento de superioridade masculina que incutido na sociedade acabava por transparecer na organização do partido que muito pouco trabalho de aliciamento tinha feito junto das mulheres.

<b>Número de Militantes por sector de actividade e género em 1948</b>	
<i>Sectores de Actividade / Género</i>	<i>Número de Militantes</i>
Operários	2269
Camponeses	450
Empregados	239
Mulheres	159
Outras Profissões	439
Filiados nas Colónias	22
<b>Total</b>	<b>4487</b>

Fonte: Arquivo Nacional da Torre do Tombo, PIDE, Serviços Centrais, NT9108, Pasta 3, p.41-42.

No espaço de um ano é possível retirar novas conclusões acerca da organização do PCP. A primeira será o menor número total de militantes fruto da repressão política que atingiu

o partido neste período de 1946 a 1949. Desta repressão é possível verificar que o setor da actividade onde o partido perdeu maior número de militantes foi junto dos camponeses onde a organização partidária era mais débil quando comparado com o operariado. O número de mulheres militantes em 1948, que já fora alvo de análise no quadro referente a 1947, é claramente superior subindo o seu peso dentro do partido do 1% para os 3,5% no espaço de apenas um ano. Neste quadro será ainda possível verificar a referência pela primeira vez, nas fontes consultadas, a referência a militantes do partido nos territórios coloniais portugueses.

<b>Distribuição Geográfica por Sectores dos Militantes e Simpatizantes do PCP em 1948</b>		
<i>Sectores</i>	<i>Militantes</i>	<i>Simpatizantes</i>
Algarve	220	332
Baixo Alentejo	272	337
Alentejo Litoral	196	193
Alto Alentejo	242	336
Margem Sul do Tejo	326	1063
Lisboa	511	1613
Arredores de Lisboa	548	890
Oeste	395	90
Ribatejo	335	319
Centro	121	67
Beira	148	111
Minho	334	241
Porto	352	95
Trás-os-Montes	151	76
Beira Litoral	86	52
Militar	46	—
Casas do Partido	62	—
Organização das Colónias	22	—
<u>Total</u>	4487	5815

Fontes: Arquivo Nacional da Torre do Tombo, PIDE, Serviços Centrais, NT9108, Pasta 3, p.44-45.

Na análise do quadro anterior será possível verificar em que regiões o PCP estava mais ou menos implantado. Analisando os números pode concluir-se que Lisboa e as suas áreas circundantes (Arredores de Lisboa e Margem Sul do Tejo) eram aquelas onde o partido conseguia não só o seu maior número de militantes com também de simpatizantes. Relativamente às zonas onde o partido tinha menor adesão pode-se constatar a dificuldade da organização clandestina do PCP em expandir-se nas zonas do Interior Norte (Trás-os-



Montes e Beiras), Centro e Beira Litoral. Um número que importa referir é o baixo número de simpatizantes que o partido possuía no sector do Porto tendo em conta a população da cidade e seus arredores. Outro número importante é a referência ao número de militantes a trabalhar em exclusivo nas casas clandestinas do partido sendo sessenta e dois militantes que se encontravam neste ano como funcionários do partido na clandestinidade política.

### 3.5. Casas Clandestinas

As casas clandestinas ao dispor do PCP, poderiam ter duas funções genéricas, ou se dedicavam a casas de apoio aos camaradas residentes e a outros que por lá precisassem de guarida, ou então seriam casas dedicadas a acolher o estabelecimento de uma tipografia clandestina. A designação de casa clandestina neste trabalho não se deve ao fato de estas se localizarem em qualquer lugar ermo ou escondido, trata-se apenas de o seu arrendamento ser clandestino à luz do que era legal durante a ditadura. Estas casas representam ainda a base material da atividade clandestina.

A casa clandestina seria o local onde o clandestino procurava refúgio perante o perigo que a sua condição provocava. Estas deveriam ser casas como todas as outras, com os funcionários que as ocupavam a estarem inseridos no meio envolvente. Tudo teria de estar plenamente enquadrado no seu meio para que a segurança conspirativa se mantivesse elevada. As atividades relativas aos trabalhos partidários dentro das próprias casas teriam de ser alvo de bastantes cuidados, como o barulho da máquina de escrever ou as reuniões aí realizadas. Por estas razões a escolha da casa certa a arrendar era essencial.

As casas deveriam ter várias frentes e localizadas em locais com boas visibilidades para o exterior, de forma a possibilitar uma boa vigilância do espaço envolvente. Sempre que possível, as casas deveriam estar localizadas nas extremidades das localidades e das ruas, por duas razões fundamentais, a fuga em caso de cerco da polícia e a menor probabilidade de os funcionários clandestinos serem vistos a entrarem ou saírem das casas. A localização das casas demarcava uma área de trabalho partidário que não deveria ser invadida pelos outros funcionários por razões de segurança.

As casas clandestinas podiam ter a sua funcionalidade colocada em causa repentinamente. Tanto por ordem do partido, como por questões de comprometimento da sua segurança ou em última instância por ter sido assaltada pela polícia, por essas razões os funcionários clandestinos percorriam zonas diferentes do país ao longo da sua vida clandestina. A modéstia da casa seria a palavra de ordem no recheio da casa, tanto por razões de possibilidades económicas como pelo transporte dos haveres do clandestino. Havia no entanto situações em que a casa pela sua localização mais nobre, era obrigada a enquadrar-se no meio, fazendo-se normalmente um bom recheio da divisão de entrada,

para que os vizinhos pudessem ver e não estranhassem. Uma vez mais a mimetização da casa no meio envolvente era essencial.

Havia no entanto, materiais que seriam transversais a todas as casas clandestinas do PCP. A bicicleta seria um dos utensílios fundamentais encontrados nas casas destina-se ao funcionário que precisava de percorrer grandes distâncias sobretudo no segundo período deste trabalho de 1941 a 1960. A máquina de escrever seria também fundamental para a elaboração de documentos essenciais ao trabalho partidário. A pistola deveria estar sempre presente e pronta a usar caso se colocasse em perigo a vida do clandestino no assalto policial. A rádio permitia o acesso à informação através das estações radiofónicas clandestinas como a Rádio Moscovo e a Rádio Portugal Livre.

Em suma, as casas clandestinas envolviam uma complexidade de situações e necessidades que o funcionário precisava de resolver. No entanto, estas eram o esteio fundamental à operacionalidade de qualquer partido clandestino, neste caso o PCP. A sua defesa deveria ser o valor fundamental de quem ocupava, para além de comprometer-se a segurança dos que nela habitavam, podia estar também comprometido a de outros camaradas caso a polícia tivesse acesso às informações lá existentes.

### 3.5.1. Viver na Clandestinidade

Quando um militante era abordado no sentido de “mergulhar” na clandestinidade, este sabia, que seria uma importante decisão a tomar na sua vida. O convite partia sempre por parte de um funcionário do PCP, que após longa observação da atividade de um militante ou então na eminência da prisão, o abordava nesse sentido.

Os pequenos prazeres da vida seriam deixados definitivamente em prol da dedicação total ao trabalho partidário. Como recorda, Carlos Brito o que mais lhe fazia sentir saudades durante o período em que esteve clandestino nesses pequenos prazeres era as esplanadas de Lisboa, em que recordando os seus momentos de juventude lembra a convivência que aí acontecia.<sup>146</sup> Muitas seriam as faltas materiais prescindíveis, mas importantes à sanidade humana, a que estariam sujeitos fosses durante meses, anos ou décadas. O “mergulho” implicava também o doloroso abandono das famílias, o corte total das relações com pais, filhos, companheiros, amigos, enfim todos os laços afetivos criados até então, sem saber o período em que teriam de permanecer clandestinos. A clandestinidade teria que ser encarada como um projeto de vida, que poderia durar até ao final das suas vidas.

A partir dos anos sessenta, sobretudo, começou a ser usual alguns funcionários antes de mergulharem na clandestinidade, ou mesmo, durante a mesma, deslocarem-se à URSS de forma a enriquecerem-se teoricamente.

Quando se começava a ser clandestino a personalidade anterior havia que ficar para trás, e encarnar uma nova personalidade. Uma personalidade que se tinha de aptar à região onde estava inserido ou ao sítio de onde vinha, teria que agir segundo uma profissão que não a exercia, ou um de problema de saúde de que não padecia, mas que justificasse perante a vizinhança a sua estadia ali, as suas longas ausências de casa e saídas fora das horas “normais”. Não seria apenas a identificação no papel que era falsificada, seria também a personalidade que teria de ser.

Todo o processo de arrendar casa para a partir dela estabelecer uma casa clandestina era bastante difícil. Para além de se ter que apresentar perante o senhorio com uma identidade

---

<sup>146</sup> Entrevista a Carlos Brito, Alcoutim, 14 de Janeiro de 2015.

falsa, era essencial convencê-lo a arrendar-lhe casa sem contrato de arrendamento, o que em norma acontecia com adiantamento de vários meses de rendas.

Os chamados “cortes” nas deslocações dos funcionários clandestinos, seria a melhor maneira de estes se certificarem de que não eram seguidos, por sucessivas alterações no percurso ao qual deveriam seguir até ao seu destino, tendo de fazer exatamente o mesmo no seu retorno. Seria normal apanhar vários transportes públicos, nos sítios onde isso era possível, ou então fazer longas distâncias a pé ou de bicicleta por caminhos alternados, situação constantemente descrita no importante romance de Álvaro Cunhal “Até Amanhã Camaradas”.

Os encontros feitos em lugares públicos previamente combinados seriam feitos apenas por dois militantes, nunca por mais, o funcionário ao dirigir-se ao encontro de outro, havia que perceber se este estava descontraído ou tenso, ou ainda se tinha o jornal dobrado ao meio ou qualquer outra forma de anunciar ao longe se estava tudo normal ou não até ao momento. Os funcionários ao longo do tempo de clandestinidade iam apurando certas técnicas de defesa, como a técnica de ir “varrendo” com os olhos os espaços que lhes rodeiam de forma aperceber-se de algo ou alguém que quisesse evitar.<sup>147</sup> No entanto, a necessidade permanente de não descuidar o cumprimento das regras conspirativas. Torna difícil não entrar em estado de paranoia começando-se a ver polícias por todos os lados.<sup>148</sup>

As mulheres tinham um papel absolutamente central na vida clandestina em qualquer casa. O seu papel, não subestimado mas por vezes esquecido, deve ser referenciado e enaltecido. Para começar era absolutamente impossível manter qualquer disfarce que fosse numa casa clandestina, no Portugal da década de quarenta e cinquenta, se este não envolvesse um casal. A anormalidade de um homem viver sozinho ou de dois homens coabitarem no mesmo espaço era demasiada para qualquer disfarce se manter sólido. Algumas foram as funcionárias que exerceram funções no trabalho político do partido, nas mais diversas organizações. No entanto, muitas apesar de terem um papel politicamente ativo, não tinham era um papel na ação política direta, na organização do trabalho de massas, na direção partidária, como muitas se queixavam, fazendo transparecer a ideia de que o seu papel determinante se confinava à defesa da casa.<sup>149</sup> A seu cargo estavam as tarefas relacionadas com as lides da casa, gestão do magro

---

<sup>147</sup> *Idem, Ibidem*

<sup>148</sup> Entrevista a Carlos Luís Figueira, Vila Real de Santo António, 28 de Janeiro de 2015.

<sup>149</sup> Veja-se a imprensa clandestina, dedicada às funcionárias do PCP, 3 Páginas e a *A voz das Camaradas das Casas do Partido*.

orçamento que lhes era atribuído mensalmente pelo partido, mas acima de todas estas em importância, a defesa da casa. A defesa da casa implicava várias tarefas que lhes exigiam a atenção e dedicação permanentes. A movimentação de pessoas estranhas a rondar a casa que pudesse indiciar o assalto da polícia política. A colocação de sinais para avisar o camarada se tudo estava bem, como por exemplo, um determinado pano estendido, uma pedra colocada no caminho, ou muitas outras formas possíveis de serem combinadas que evidenciassem a segurança da casa antes de este entrar. A importância de estabelecer um bom relacionamento com a vizinhança permitindo reforçar o disfarce do casal clandestino e perceber se este levanta suspeitas, que ao mínimo sinal implicaria a mudança para outra casa numa zona totalmente diferente do país.

O “levantamento da casa” era uma das mais perigosas tarefas a serem realizadas por um funcionário clandestino, esta significa no jargão de um clandestino “... desabitar e esvaziar uma casa que, poucos meses antes, tinha alugado e habitado e de que agora, por razões de segurança, tinha de improvisar rápida saída.”<sup>150</sup> O funcionário deveria desfazer-se rapidamente dos objetos de difícil transporte como, por exemplo, os móveis procurando vendê-los e dessa forma adquirir algum dinheiro. Os poucos objetos que uma casa clandestina tinha deveriam ser reencaminhados para a nova casa, o problema colocava-se no transporte. Era comum solicitar a alguém com carro ou carrinha que oferecesse ou vendesse o transporte para o novo local, devendo inventar-se uma história consistente que não levantasse a mínima suspeita de que realmente se tratava de uma ligação entre duas casas clandestinas.

A conjugação de dois camaradas de sexo masculino e feminino num espaço, com os contactos com outras pessoas a ser reduzido ao essencial, levava muitas das vezes ao relacionamento pessoal afetivo entre ambos durante a clandestinidade. Acontecendo por vezes, o relacionamento já ser prévio à situação de clandestinidade. No entanto, em ambas as situações o nascimento de “filhos da clandestinidade” fora uma realidade dolorosa para todos os envolvidos. As crianças tinham o seu espaço de convivência com as outras crianças bastante limitado pela inconsciência de poderem contar a outros a vida em casa. O problema maior chegaria quando estas completavam os cinco ou seis anos de idade, em que tinham de ir para as escolas, a solução era normalmente a transferência destas

---

<sup>150</sup> FIGUEIRA, Carlos Luís, *A Casa*, Coimbra, Lápis de Memórias, 2014, p.13.

para junto dos familiares. Esta separação era profundamente dramática para pais e filhos, traumatizando para sempre os envolvidos.

A mobilidade na entrada e saída do país era um dos aspetos importantes para os funcionários que ocupavam cargos mais elevados na organização clandestina do partido. Sobretudo a partir da década de sessenta com a colocação do Secretariado do Comité Central do PCP para o exterior de Portugal, e com a formação de quadros na URSS. O partido precisou de aperfeiçoar o seu aparelho de fronteira ao fazer passar cada vez mais funcionários clandestinos. Importa referir que intensificação dos contactos do PCP com exterior coincide com um período de forte emigração de Portugal sobretudo em direcção à França, tendo uma larga quantidade de emigrantes o feito de forma clandestina. A passagem da fronteira poderia ser feita a salto ou de carro mediante o pagamento aos “passadores” de confiança que trabalhavam habitualmente com o partido, ou então, de comboio com documentação falsa. Obviamente, a polícia política aperfeiçoou o controlo da fronteira de forma a impedir não só a migração clandestina, por razões sociais mas também por razões políticas, passando esta a ser considerada crime em Abril de 1961.<sup>151</sup>

A forma como os funcionários estavam integrados na organização clandestina do PCP incutiu sobre estes uma cultura de clandestinidade. A forte hierarquização do partido e necessidade de cumprir sempre os procedimentos de segurança conspirativa levou a uma série de características comuns à maioria dos funcionários que viviam em casas clandestinas. A cultura de clandestinidade distanciava os funcionários clandestinos das massas, os burocratizava, e muitas das vezes transformava o próprio funcionário num intermediário de tarefas rotineiras entre o topo e a base da organização do partido, que em prol da segurança clandestina acabava por limitar a criatividade do funcionário. A criatividade de pensamento ideológico e até mesmo organizativo acabavam por ser muitas das vezes pouco estimulados pelos dirigentes partidários e autocensurados pelo próprio pensamento do funcionário em nome da segurança partidária. Em ex-funcionários clandestinos, como Silva Marques, é possível ler-se críticas a esta cultura de clandestinidade, como as seguintes:

“As “amplas liberdades” do PC são a liberdade de estar amplamente de acordo com ele próprio, PC. A liberdade de se identificar com a sua linha política ou, pelo menos, de a

---

<sup>151</sup> Cf. PEREIRA, Victor, “Ei-los que partem” in PAÇO, António Simões do, *Os anos de Salazar: O que se contava e o que se ocultava durante o Estado Novo*, vol. XXI, Lisboa, Planeta De Agostini, 2008, p. 17.

ela se subordinar. (...) O pluralismo do PC não pode, pois, ser senão o pluralismo da subordinação a ele próprio.”<sup>152</sup>

No entanto, seria esta cultura que permitiria ao PCP manter a sua organização durante tantos anos.<sup>153</sup>

Ainda que de forma resumida, quando comparada à complexidade que foram as centenas de vidas que permaneceram na clandestinidade, estas seriam as características gerais da vida na clandestinidade. No entanto, creio ser perceptível a coragem necessária a todos os que se dedicaram ao partido de se desproverem de tudo o que os caracterizava até ao “mergulho” na clandestinidade, exceto, a sua ideologia de luta por uma causa que consideravam superior.

---

<sup>152</sup> MARQUES, J. A. Silva, *Relatos da Clandestinidade – O PCP visto por dentro*, Lisboa, Edições Jorna Expresso, 1976, p.330-331.

<sup>153</sup> Entrevista a Carlos Brito, Alcoutim, 14 de Janeiro de 2015.



### 3.5.2. “Se fores preso Camarada...” – O porte na polícia

Ao longo de toda a história clandestina do PCP, o porte do militante perante as forças representativas da Ditadura sobretudo na polícia política, foi uma das características mais amplamente visadas pelo partido junto dos militantes fosse por contacto pessoal ou por intermédio da imprensa clandestina. No entanto, até à reorganização do partido em 1941 e sobretudo após o II Congresso Ilegal, com o notório ascenso de Álvaro Cunhal, o porte na polícia era muitas vezes prejudicial ao partido pelas confissões feitas na polícia. Até essa data, o partido muitas vezes deixava passar as falhas no cumprimento das regras conspirativas, o que levava para além do facilitado aprisionamento a facilitação da cedência das confissões. Importante notar que de modo algum se pretende discriminar os que se aguentaram heroicamente perante as barbaridades policiais, mas em verdade, proporcionalmente ao número de funcionários que o partido dispunha as confissões surgiam com maior frequência antes do que depois do II Congresso Ilegal. A partir de 1946, após o congresso, o partido endurece claramente o *modus operandi* dos seus funcionários. O que passou a ser introduzido junto dos militantes e funcionários do partido foi claramente um pesado fator psicológico de traição, de abandono e de culpabilização que reforçava claramente a consciência do encarcerado na hora de falar. A verdade é que era extremamente penoso e doloroso, para qualquer um resistir às torturas físicas e psicológicas que a polícia submetia os presos políticos. Se houve casos em que a polícia chegou ao assassinato e mesmo assim sem conseguir as confissões, houve outros em que não necessitou de tanto para os quebrar e até fazê-los passar para próprios informadores da polícia. Tal como referira Carlos Brito, ao debruçar-se sobre o período em que teve na clandestinidade e em que fora por diversas vezes preso, nada lhe custara mais do que sentir-se atraído por um camarada. O objetivo final da polícia seria o de conseguir vencer psicologicamente o prisioneiro, fosse pela tortura física ou psicológica, a desvalorização do próprio ser pelo sentimento de abandono perante os seus camaradas ou pela própria falta de esperança, levava à vitória da polícia. No entanto, penso que foram certamente raros os que entrariam na polícia já dispostos a falar, mas no embate entre preso e carcereiro, tudo seria diferente a partir desse momento. Restavam apenas duas hipóteses: o bom ou mau porte.

O que aconteceu a partir de 1946 foi que para além da rigidez incutida no cumprimento das regras conspirativas, passou a circular amplamente pelos militantes um pequeno

folheto que viria a ser um dos símbolos da resistência ao fascismo em Portugal. Da autoria do próprio Cunhal, segundo José Pacheco Pereira, e intitulado de “Se fores preso, Camarada...”, este serviria de guia ao porte que todos os militantes deveriam manter junto da polícia.<sup>154</sup> Baseado em processos de camaradas de partido na prisão, este documento tocaria num dos mais complicados momentos da vida de um clandestino, a prisão.

Analisando-o é possível acompanhar o processo tipo de um militante comunista, às mãos da polícia política. A primeira frase do boletim começa logo com um sério aviso ao militante, “Se fores preso, camarada, cairá sobre ti uma grande responsabilidade.”<sup>155</sup> Primeiro que tudo deveria sempre evitar-se o aprisionamento, para que tal não acontecesse o cumprimento das regras conspirativas seria essencial para isso.

No momento do aprisionamento a preocupação imediata do militante deveria ser livrar-se de qualquer documento comprometedor que tivesse consigo fosse pelo lançamento durante o caminho ou pela ingestão. Deveria evitar-se a todo o custo a chegada de documentos do partido às mãos da polícia. No momento do aprisionamento nunca se deveria responder às perguntas que eram de imediato lançadas pela polícia aproveitando o efeito surpresa. O primeiro interrogatório era importantíssimo para a polícia avaliar o porte do preso, neste tentar-se-ia retirar o máximo possível de informações. As torturas apesar de mais sofisticadas e menos brutalizadas como fora no período anterior a final da Segunda Guerra Mundial, continuavam a provocar danos que procuravam quebrar da mesma forma o preso.<sup>156</sup> Outro método de tortura seria a incomunicabilidade, em que o preso passa largos períodos de tempo confinado a espaços apertados e mal iluminados, provocando um forte sentimento de isolamento. É então recomendado que se tente por tudo encontrar passatempos e formas de distração que mantenha lúcidas as mentes.

Os bons modos e promessas da polícia política eram também, outra das táticas usadas, facilitando ao preso visitas, melhor alimentação entre outros aspetos, no entanto estas deveriam ser preliminarmente recusadas. Bem como a suposta confirmação de aspetos da organização do partido que a polícia política supostamente já sabia mas que precisavam apenas de ver “confirmados”. Como fora anteriormente, referido as acareações eram um dos aspetos mais difíceis do aprisionamento, tanto para o camarada que fraquejou como

---

<sup>154</sup> PEREIRA, José Pacheco, *Álvaro Cunhal - Uma Biografia Política, “Duarte”, o Dirigente Clandestino*, Volume II, Lisboa, Temas e Debates, 2001, p.683.

<sup>155</sup> *Se fores preso, camarada*, s.l., Editorial Avante, 1947, p.1.

<sup>156</sup> *Idem, Ibidem*, p. 3-4.

para o que se sente traído, o exemplo seria mostrar o bom porte e dessa forma demonstrar que era possível ao que fraquejou resistir à polícia.

Outros dos aspetos que se aborda no “Se fores preso, Camarada...” é o comportamento durante o julgamento em tribunal. O primeiro, e fundamental, incidia na intransigência do preso que seja escrito, no auto das perguntas feitas pela polícia, exatamente o que fora dito e não deixar que se falsificasse respostas. Sabendo-se da forte influência que a polícia tinha na decisão final da sentença, que muitas das vezes, vinha apenas confirmar a pena já indiciada pela polícia, o auto ganha uma importância vital na pena a cumprir.

As consequências do bom e do mau porte eram também explicitamente apresentados pelo partido. Quem se agisse corretamente teria a consideração do partido e dos seus camaradas comportando-se como um “herói”, quem tivesse um “mau porte” para além do corte de qualquer ligação com o partido, teria também o desprezo dos camaradas do PCP tanto em liberdade como na prisão.

Seriam então estas as ideias gerais apresentadas no documento “Se fores preso, camarada...”, mais do que um guia para a época trata-se de um símbolo escrito intemporal da abnegação pessoal em prol do partido.

### 3.6. A padronização da Clandestinidade e o enfraquecimento do PCP

Se a clandestinidade nos mais rurais, e mais especificamente as casas clandestinas aí localizadas, representou uma grande vantagem para o PCP na década de quarenta em que se deu essa descentralização, ela por outro, representou um elevado preço começado a cobrar com o aproximar da década de cinquenta.

A “reorganização” de 1941 teve a vantagem de baralhar completamente o *modus operandi* da orgânica da clandestinidade que a polícia política vinha tendo até então. As alterações organizativas levaram a que durante a primeira metade da década de quarenta os principais quadros do PCP a não caírem nas malhas policiais. O problema iniciou-se quando foi descoberta uma casa clandestina no Norte que continha um “arquivo” com a informação relativa a toda organização regional. Mais do que o desmantelamento de toda organização a Norte, a polícia teve acesso a um conhecimento importante: o perfil do clandestino.

Através de hábitos transversais aos funcionários clandestinos do PCP de que a polícia foi tendo conhecimento, esta conseguiu traçar um padrão que foi sendo divulgado tanto pelas forças policiais locais como a Governadores Civis e demais representantes do Estado ao nível local. Seria então sobre este perfil que foi feito o encaixe e conseqüentemente as denúncias à polícia política. Note-se que seria desta forma que Álvaro Cunhal e Militão Ribeiro, por exemplo, seriam aprisionados em 1949 partindo das desconfianças de representantes do poder local.

A fatura sobre esta forma de organização clandestina seria cobrada com a repressão sobre o PCP nos anos compreendidos entre 1946 e 1949. Passou então a ser premente, a reconfiguração da orgânica física do partido novamente para a segurança conferida pela alta densidade populacional das grandes cidades a que se assistiu na década de cinquenta.

### 3.7. O caminho do PCP da prisão de Cunhal até ao “Desvio de Direita” (1949-1959)

O PCP da primeira metade da década de cinquenta será profundamente marcado por uma forte disciplina partidária em que não seria tolerado a defesa de posições contrárias à decisão tomada pelo centro do partido.<sup>157</sup> As conjunturas internas e externas eram claramente desfavoráveis aos intentos do partido, sendo época de cerrar fileiras e não permitir veleidades internas, refletindo em parte o que vinha acontecendo no movimento comunista internacional com a escalada da Guerra Fria. Com o *forcing* das forças do regime em se colarem ao bloco ocidental, Portugal adere à NATO (Organização do Tratado do Atlântico Norte). A adesão de Portugal a uma organização de defesa liderada pelos EUA vai levar a que o PCP crie uma organização em resposta, o Movimento pela Paz. Movimento que condenava o apoio do Estado Novo aos EUA afirmando estar a ser colocada em perigo a segurança do país. A questão da NATO será das que mais durará dentro do partido, até aos dias de hoje, fazendo eco regular na sua imprensa.

Já nos finais de 1949, toda a comissão central do MND havia sido preso pelo regime, no entanto, estes acabariam libertados sob a proteção de uma amnistia recente. Porém, a liberdade seria curta para serem meses depois presos novamente, seriam libertados em Janeiro de 1951. Será com o falecimento do então Presidente da República, Óscar Carmona, que o MND apoiará a candidatura de Ruy Luís Gomes ao lugar deixado vago. Fruto do fracionamento dentro da oposição, conservadores e atlantistas apresentariam o seu candidato, Quintão Meireles, que contaria posteriormente com o apoio de socialistas.<sup>158</sup> A candidatura de Ruy Luís Gomes seria demasiadamente conotada com o PCP, e pouco ampla, para produzir o efeito desejado. Esta seria no entanto recusada a ir às urnas pelo Supremo Tribunal de Justiça baseado no parecer do Conselho de Estado.<sup>159</sup> No entanto, a aprovação pelo tribunal da candidatura de Quintão Meireles, não evitará que este desista de ir às urnas pela falta de condições de legalidade democrática. Estava plenamente aberta a via do cargo de Presidente da República ao candidato do Estado Novo, Craveiro Lopes.

---

<sup>157</sup> MADEIRA, João, *História do Partido Comunista Português: Das origens ao 25 de Abril (1921-1974)*, Lisboa, Edições Tinta-da-China, 2013, p.161.

<sup>158</sup> *Idem, Ibidem*, p.174.

<sup>159</sup> *Idem, Ibidem*. P.178.

Em 1952, em Reunião Plenária do Comité Central do PCP começam a surgir novos temas e problemáticas discutidas pelo partido. A principal seria a necessidade de uma Reforma Agrária, que deveria retirar terras aos grandes proprietários para as distribuir pelos que nada tinham, devendo-se facilitar acesso ao crédito e à anulação de dívida. Algo impossível de acontecer no regime vigente. Secundariamente, seria discutido o problema das colónias e torna-se já possível descortinar uma ideia de larga autonomia colonial. Importa referir que à data o partido não defendia ainda o direito dos povos colonizados à autodeterminação e à independência.

Com as eleições legislativas de 1953, o PCP alterará completamente a sua estratégia eleitoral, sempre que não estivessem reunidas as condições eleitorais este decidir-se-ia pelo apelo à abstenção, não apoiando qualquer candidato.<sup>160</sup> O partido ainda que não muito perceptível começava a mudar. O sectarismo do partido começava a ser visto como o principal problema à unidade do povo, removê-lo era encarado como urgente.

Chegado o ano de 1955, sob a iniciativa de Júlio Fogaça, começa-se a trabalhar para que o partido saía da longa apatia em que se mantinha desde as vagas repressivas do final da década anterior. Com o partido, fortemente reprimido e infiltrado, pela polícia política, nas ramificações onde mais tinham sucesso o seu trabalho, é chegada a hora de proceder a alterações orgânicas, expulsando de vez o sectarismo que dominava o partido. O forte centralismo era visto como um impedimento à concretização dos objetivos partidários. A centralidade das decisões do partido e ausência de discussão interna levava a que os quadros não se estimulassem ao estudo do marxismo-leninismo. A resistência ao trabalho nos Sindicatos Nacionais era vista como negativa. O afrouxamento do recrutamento de militantes. Em suma, colocava-se em causa a elevada concentração do poder de decisão do topo e a baixa autonomia da base do partido.

O ano de 1956, já na senda da preparação de um novo Congresso que legitimasse a nova linha política, começa-se a proceder às alterações organizativas que viriam a ser formalizadas no V Congresso do PCP em Setembro de 1957.

No V Congresso, seriam abordados vários temas importantes na atualidade comunista internacional como o XX Congresso do PCUS, onde Krushev criticara o culto da personalidade a Estaline (problema considerado como existente no partido em relação a Álvaro Cunhal), a adesão de Portugal a Mercado Comum Europeu que abriria os recursos

---

<sup>160</sup> *Idem, Ibidem*, p.192.

de Portugal ao capital estrangeiro, e ainda os efeitos da vaga descolonizadora, reconhecendo-se formalmente o direito das colónias portuguesas à autodeterminação.<sup>161</sup>

No entanto, a principal questão presente no Congresso seria a via para o derrubamento do fascismo. A discussão gira em torno da questão de que o fascismo podia, ou não, ser derrubado pela via pacífica, por movimentações de massas, ou golpes palacianos de natureza pacífica e congeminados com a oposição conservadora. À luz da política de “coexistência pacífica” saída do XX Congresso do PCUS, o V Congresso do PCP adopta a via pacífica e o legalismo a reboque da burguesia liberal. Apesar das objeções de alguns do militantes presentes no Congresso relativo ao forte alinhamento da direcção partidária do PCP às posições tomadas pelo PCUS.<sup>162</sup> A repressão soviética na Hungria tinha retirado a fé cega de alguns militantes nas direcções políticas tomadas por Moscovo.

Relativamente à organização clandestina do partido serão várias as alterações efectuadas, estas refletiam não só as orientações tomadas na VI Reunião Ampliada do PCP em 1956 como também o XX Congresso do PCUS. As mudanças passariam pela delegação de tarefas anteriormente atribuídas ao Secretariado do Comité Central para os organismos inferiores. O Secretariado, alvo principal das críticas ao culto da personalidade e que ao longo da década de quarenta decidia quase tudo no partido, fora remetido para um trabalho mais teórico e menos executivo. A gestão diária da organização clandestina do partido seria partilhada com a Comissão Política do PCP.<sup>163</sup>

Era o famigerado “desvio de direita”, que pautará a atuação do partido nas eleições presidenciais de 1958 e no seu rescaldo e no estilo anarco-liberal de trabalho que Cunhal criticará em 1960 e 1961.

Importante referir que, durante este período da segunda metade da década de cinquenta, os militantes e simpatizantes do partido tinham aumentado e as relações do partido no MCI tinham melhorado significativamente.

---

<sup>161</sup> *Idem, Ibidem*, p.271.

<sup>162</sup> PEREIRA, José Pacheco, *Álvaro Cunhal - Uma Biografia Política, “O Prisioneiro*, Volume III, Lisboa, Temas e Debates, 2005, p.484.

<sup>163</sup> *Idem, Ibidem*, p.495.

### 3.8. O “Furacão Delgado”

As eleições presidenciais de 1958 são para parte da historiografia corrente o início do fim do Estado Novo.<sup>164</sup> Estas colocarão fim a uma aparente estabilidade do regime que vinha perdurando há mais de uma década. O General Humberto Delgado dará início a um movimento de massas que teve tanto de massivo como de inesperado para o regime. O aparente país de “brandos costumes” saíra à rua para mostrar o seu apoio ao General “Sem Medo” que juntará em seu apoio a esmagadora maioria dos movimentos e partidos oposicionistas ao Estado Novo, no qual se incluirá o PCP.

Em 1957 o regime permitira, surpreendentemente, a realização do I Congresso Republicano em Aveiro, neste concentraram-se várias correntes democráticas que puderam debater entre si os problemas do país e apresentar soluções para os mesmos. Era a preparação para as eleições que se seguiam em Novembro de 1957 para a Assembleia Nacional, e no ano seguinte para a Presidência da República. Se as eleições para os deputados se mostraram um fracasso na oposição política ao regime com o virar de costas dos opositores mais moderados do regime aos comunistas refletindo mais de uma década de anticomunismo generalizado desde o início da Guerra Fria, as eleições de 1958 pautariam pela unificação das forças oposicionistas.

Entretanto, com a extinção do MND o partido encontrava-se em 1957 sem uma plataforma legal ou semilegal em que pudessem atuar politicamente, fruto de uma política mais intervencionista junto das restantes oposições ao regime. O problema imediato estaria no papel mais abstencionista com que o PCP se deparou ao ser abandonado nas eleições para Assembleia Nacional. Perante o fracasso nas eleições de 1957, o mesmo problema de unidade persistia para a candidatura às eleições de 1958, desta feita ter um candidato que mesmo não sendo comunista aceda a ir às urnas e consiga um largo apoio eleitoral.

Apesar de na primeira metade do ano de 1958, o candidato presidencial que o PCP apoia e tenta que avance com a candidatura ser Cunha Leal, este desiste por alegados problemas de saúde mas provavelmente por se ver “apenas” apoiado pelos comunistas e verificar falta de consenso em torna da sua eventual candidatura quando Humberto Delgado

---

<sup>164</sup> Cf. ROSAS, Fernando, “O Estado Novo”, in MATTOSO, José (coord.), *História de Portugal*, vol. 7, Lisboa, Editorial Estampa, 1998, p. 523.



anuncia a sua. Perante o recuo de Cunha Leal o PCP aponta Arlindo Vicente, figura bem mais próxima do partido. No entanto, a desproporção de apoios entre Vicente e Delgado no campo da oposição era por demais evidente.

Inicialmente, a candidatura de Delgado não contou com o apoio do PCP que o via como um candidato demasiado próximo do regime, tentando forçar novos candidatos sem grande sucesso. No entanto, a campanha de Humberto Delgado iniciada em Maio de 1958 surpreenderia tanto o regime como os seus opositores, nele estava mais de que um compromisso de não desistir á boca das urnas, estavam reunidas qualidades políticas e pessoais que magnetizavam cada vez mais apoios à sua candidatura.

Nada mais restou ao PCP do que aproveitar o amplo movimento popular em torno da candidatura de Delgado e empenhar-se na reta final da sua campanha eleitoral. O General sempre refutou publicamente a ideia de agrado ao apoio dado pelos comunistas, tentando distanciar o máximo possível a sua candidatura duma eventual representatividade política do PCP.

No dia das eleições era notório para Delgado de que seria o Almirante Américo Tomás, candidato do regime, a vencer as eleições. O regime perante tão forte candidato manipulou as eleições impedindo qualquer possibilidade de ser surpreendido eleitoralmente. Pacheco Pereira ao descrever o acto eleitoral refere que “... o que aconteceu em muitas mesas de voto, intimidações, violação das urnas, impedimentos à fiscalização, votos de grupos de legionários que se deslocavam de urna em urna, falseamento de actas com resultados. No mesmo dia dão-se várias prisões...”<sup>165</sup>.

Depois das eleições presidenciais de 1958, a euforia que marcara o mês de Maio com a campanha de Humberto Delgado, dera lugar à repressão da polícia política dos identificados como apoiantes do General. Ficava claro para todos os que desejavam a queda do Estado Novo de que dificilmente haveria qualquer possibilidade de derrube pela via “legalista”. O PCP sofreria fortemente com a repressão política que se seguiu com a exposição a que fora “obrigado” ao longo do processo eleitoral.

---

<sup>165</sup> PEREIRA, José Pacheco, *Álvaro Cunhal - Uma Biografia Política, “O Prisioneiro”,* Volume III, Lisboa, Temas e Debates, 2005, p.645 e 646.

### 3.9. A Clandestinidade nos Meios Rurais (1941-1960)

Neste capítulo, será feita a análise do que consideramos como a segunda fase da organização da clandestinidade política do PCP que se estende do período de 1941 a 1960. Nele se poderá observar a grande mudança na organização da clandestinidade do PCP com a transposição das casas clandestinas para fora de Lisboa como tinha acontecido até então.

<b>Casas Clandestinas no Distrito de Lisboa ao serviço do PCP de 1941-1960</b>										
<i>Anos</i>	<i>Localização por concelhos</i>									
	Lisboa	Amadora	Cascais	Loures	Oeiras	Sintra	Vila Franca	Mafra	Torres Vedras	<u>Tota l</u>
1941	1					1				2
1942				1						1
1943			1	2						3
1944										0
1945	1			1						2
1946	1		1		2	1				5
1947	1		1	1			1			4
1948	1			1			1			3
1949	2			1		3				6
1950					1	3	1			5
1951	3			1	1	1		1		7
1952	6			1						7
1953	11			3		2				16
1954	11					2				13
1955	3					3				6
1956	5			1	1	3				10
1957	9		1	2	1	2				15
1958	11			1		2				14
1959	4		1	2	1				1	9
1960	8		3		1	1		2	1	16

Fontes: PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS, *60 anos de luta ao serviço do povo e da pátria*, Lisboa, Edições Avante, 1982;

Na tabela anterior é possível verificar em primeiro lugar o aumento do número de casas clandestinas do início da década de quarenta para as existentes ao longo da década seguinte. Relativamente à localização das casas clandestinas para esta tabela verifica-se que o número de casas do partido em Lisboa e arredores era relativamente baixo até

meados da década de cinquenta. Tem sobretudo a ver com a mudança organizativa das casas para fora de Lisboa, permanentemente sob a vigilância da polícia política e da sua rede de informadores, para a segurança que as zonas rurais lhes conferiam. No entanto, o aumento do número de casas na década de cinquenta deve-se sobretudo a uma mudança organizativa motivada pelas melhores condições conspirativas oferecidas com o início do influxo das primeiras vagas de camponeses que chegavam à capital. Num primeiro momento, com a residência destes dentro da própria cidade o partido aproveitou a mudança que se dava na população residente como se verifica no biénio de 1953 e 1954. A Lisboa em que quase todos conheciam na sua zona de residência acabara com a chegada dos anos cinquenta, a partir dessa altura, as “caras estranhas” à vizinhança passavam a ser padrão e não exceção. Numa segunda fase, após meados da década de cinquenta, o partido uma vez mais acompanha os novos movimentos populacionais, como se pode verificar na tabela, que se davam com a desmagnetização de Lisboa para os concelhos vizinhos como locais de residência. Populações originárias de vários pontos do país, mas sobretudo do Alentejo, chegavam para povoar as áreas envolventes à cidade, fosse em casas modestas ou nos “bairros de lata” que começam nesta altura a aparecer.

<b>Casas Clandestinas nos restantes Distritos do país ao serviço do PCP de 1941-1960</b>						
<i>Anos</i>	<i>Localização por distritos</i>					
	Setúbal	Porto	Faro	Aveiro	Castelo Branco	<u>Total</u>
1941	1					1
1942	2					2
1943	2					2
1944	2					2
1945	2		2	1		5
1946	3	1	1			5
1947	6	1	1			8
1948	1			1	1	3
1949	5	3		3		11
1950		1				1
1951	2	2				4
1952	4	4				8
1953	1					1
1954	3	2				5
1955	1	3	1			5
1956	2	1				3
1957	2	2				4

1958		4				4
1959	1	3				4
1960	7	2			1	9

Fontes: PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS, *60 anos de luta ao serviço do povo e da pátria*, Lisboa, Edições Avante, 1982;

Relativamente, ao Porto é interessante verificar-se que este durante o período da “reorganização”, não contou com casas do partido. Importa, relembrar que esta região foi uma das últimas em que o PCP “reorganizado” se conseguiu legitimar perante o PCP do “grupelho provocatório”. A presença de casas iniciar-se-á após o II Congresso Ilegal de 1946, ainda que de forma modesta. A opção de aumentar o número de casas nesta região será já tomada claramente no período de “desvio de direita”.

No distrito de Setúbal, a forte presença de casas clandestinas deixa provar que foi aqui onde mais se evidenciou a descentralização do partido para fora de Lisboa. Neste distrito pela sua localização adjacente a Lisboa, com a sua indústria, e ao Alentejo, com o campesinato. Poder-se-á concluir que para o PCP, durante este período da clandestinidade, Setúbal foi o distrito em que conseguiu obter as melhores condições para aí estabelecer as suas casas clandestinas, fora do distrito de Lisboa.

No distrito de Castelo Branco, o partido contou apenas com duas casas clandestinas em períodos bastante distantes e diferentes na orgânica do partido, não se podendo daqui retirar numa estratégia do partido para a montagem de casas neste distrito.

No entanto, foi na organização das tipografias clandestinas que mais se evidenciou a projeção do PCP para fora da cidade de Lisboa. Durante quase uma década o partido não teve uma única tipografia clandestina a funcionar dentro da capital.

<b>Tipografias Clandestinas ao serviço do PCP de 1941-1960</b>									
Anos	<i>Localização por Distritos</i>								
	Lisboa		Porto	Setúbal	Leiria	Santarém	Coimbra	Aveir o	<u>Total</u>
	Dentro do concelho	Restantes concelhos							
1941		1						1	
1942		5						5	
1943		1			1			2	
1944		1		2				3	
1945		2						2	
1946		1						1	
1947		1		1		1		3	
1948		1	1	1				3	
1949				1		1	1	3	
1950	1		1					2	
1951	2							2	
1952	1							1	
1953	1							1	
1954	1							1	
1955	1			1				2	
1956	2	1	1					4	
1957	2	1	1					4	
1958	1	2	1	1				5	
1959	1	1	1					3	
1960	4		2	4				10	

Fontes: PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS, *60 anos de luta ao serviço do povo e da pátria*, Lisboa, Edições Avante, 1982;

Neste quadro são visíveis claramente três sub-períodos. O primeiro foi durante toda a década de quarenta, com as tipografias a serem colocadas nos concelhos envolventes a Lisboa, ou então para zonas bem distantes do que era habitual, em distritos maioritariamente rurais, mas com uma centralidade geográfica no país importante como são os casos de Santarém, Leiria Coimbra e Aveiro. Um segundo período que abrange a primeira metade da década de cinquenta, corresponde ao período de menor fulgor do PCP, traduzido no baixo número de tipografias a funcionar por ano, e uma total centralização do funcionamento tipográfico na capital. Este será um período em que já se tornara inseguro ter as tipografias a funcionar nas zonas rurais, dentro das quais ainda poderiam encaixar muitos dos concelhos em redor de Lisboa, que ainda não tinham visto aumentar

a sua densidade populacional de forma a ser seguro ao partido lá fixar-se. O terceiro período, da última metade da década de cinquenta, e correspondente ao “desvio de direita”, denota uma tendência de expansão das tipografias para as áreas correspondentes às grandes áreas metropolitanas que vêm crescer fortemente a população residente. Dando início a um paradigma orgânico que se prolongará até ao final da Ditadura.

Com o fim deste segundo período da organização da clandestinidade política do PCP que se estende de 1941 a 1960, importa clarificar a razão de se colocar o ano final tão tardiamente visto o estabelecimento das casas clandestinas para junto das grandes cidades acontecer a partir de meados da década de 50. A razão prende-se com a importante mudança organizativa que acontece a partir de 1961, a colocação permanente do secretariado do comité central do PCP, onde estava a cúpula da direção, para fora do país. Perante tão importante mudança organizativa considerou-se como mais correta a divisão dum segundo para o terceiro período quando existiu a conjugação dos dois principais fatores: a localização das casas do partido para junto das grandes áreas metropolitanas e a saída do Secretariado do Comité Central do PCP para fora do país até à queda da Ditadura.

## **4. A Terceira Fase da Organização da Clandestinidade Política do PCP (1961-1974)**

### **4.1. A Fuga de Peniche em 1961 e a Correção do “Desvio de Direita”**

A fuga de Álvaro Cunhal, e de nove dirigentes do PCP, do Forte de Peniche em Janeiro de 1961, será importantíssimo para o partido. Fruto de um audacioso planeamento prévio pensado até ao mais ínfimo detalhe, os fugitivos conseguiram com o apoio de fora da prisão do partido, uma evasão histórica no período ditatorial português. Para além do impressionante número de evadidos, o que mais impressionava era a importância das posições que estes ocupavam dentro do partido. Era mais um forte abalo dado ao regime. Seguiu-se um período de absoluta clandestinidade dos evadidos, permitindo que não fossem presos após o forte aparelho de captura que a polícia política montou.

Álvaro Cunha e os dirigentes evadidos consideravam com pessimismo a política adotada após o V Congresso, notavam que a organização do partido se vinha arruinando, que a fraca liderança partidária tinha originado uma desorientação nos funcionários clandestinos, para além do fraco cumprimento das regras conspirativas que vinha acontecendo.<sup>166</sup> A situação era exageradamente comparada à situação do partido no final da década de trinta. A solução estaria numa maior centralização do partido.

Era o resultado da política então denominada de “desvio de direita”. O combate de Álvaro Cunhal, e dos restantes dirigentes fugidos, é contra a linha de derrube pacífico do fascismo, contra a passividade na crise de 1958 e contra o estilo organizativo que lhes estava associado.

As responsabilidades seriam colocadas em Júlio Fogaça, que emergira como quadro melhor preparado teoricamente nos anos correspondentes ao “desvio de direita”. Este apesar de se defender com as dificuldades da situação interna e as novas direções saídas do XX Congresso do PCUS acata as críticas vindas de toda a parte. Apesar de manter a sua posição de membro do Comité Central do PCP, este será remetido para uma situação de cada vez maior isolamento dentro do partido, acabando por ser preso no Verão de 1960. Acabaria enquanto preso, por ser expulso do partido por atos imorais.

---

<sup>166</sup> MADEIRA, João, *História do Partido Comunista Português: Das origens ao 25 de Abril (1921-1974)*, Lisboa, Edições Tinta-da-China, 2013, p.292.

O período correspondente ao “Desvio de Direita” é claramente apontado como errado, o que viria a estar presente anos mais tarde no informe de Cunhal ao VI Congresso do PCP intitulado de “Rumo à Vitória”.<sup>167</sup> Se é verídico que não existe um sancionamento claro aos dirigentes conotados com o período de “desvio de direita”, acaba no entanto por haver uma notória reconfiguração do comité central mais favorável às posições de Cunhal.

Entretanto, a tentativa de golpe militar de Beja que contou com uma contribuição significativa de militantes comunistas do Alentejo e da Margem Sul de Lisboa no final de 1961, e o processo de cisão de Francisco Martins Rodrigues, no final de 1963, demonstravam uma dura realidade ao PCP. O partido tinha definitivamente perdido o controlo total da oposição de esquerda ao regime. O PCP no biênio de 1962 e 1963 será alvo de fortes repressões policiais que desmantelariam importantes organizações onde o partido tinha demonstrado maior capacidade de mobilização das massas. Simultaneamente, começa a emergir uma certa insatisfação de elementos mais radicais do partido surgindo a ideia de incapacidade perante a situação política do país após os movimentos de massas que marcaram o primeiro semestre de 1962.<sup>168</sup> A isto somava-se as críticas em relação ao forte alinhamento do PCP com as posições tomadas pelo PCUS. O conflito sino-soviético no seio do Movimento Comunista Internacional levará ao surgimento de uma doutrina alternativa à soviética, o comunismo apresentado por Mao Tsé-Tung apresentava-se como mais apelativo ao radicalismo de alguns militantes. Um dos principais militantes que se deixam seduzir pelo maoísmo seria Francisco Martins Rodrigues, que criticando algumas decisões de Álvaro Cunhal, abandona o partido e funda em 1964 o CMLP (Comité Marxista-Leninista Português) e a “frente popular” FAP (Frente de Acção Popular). Tal como a maoísmo tinha representado uma cisão no MCI, Martins Rodrigues tinha o representado no PCP em Portugal, refletindo as críticas e reivindicações da esquerda mais radicalizada. Estava aberto, o caminho à criação de múltiplos partidos de extrema-esquerda, com especial destaque para MRPP, e para as organizações de luta armada dentro do país, com a chegada à década de setenta. A cisão de Martins Rodrigues não teve um efeito devastador no PCP pelo impacto de uma nova organização rival na esquerda portuguesa. O que de novo teve foi a semente política que fora lançada e que iria germinar anos depois em múltiplos partidos. Este lançaria uma ideia de oposição de extrema-esquerda alicerçada em duas características fundamentais:

---

<sup>167</sup> CUNHAL, Álvaro, *Rumo à Vitória*, Lisboa, Edições Avante, 1979, p. 294.

<sup>168</sup> ROSAS, Fernando, “O Estado Novo”, in MATTOSO, José (coord.), *História de Portugal*, vol. 7, Lisboa, Editorial Estampa, 1998, p. 543.



a defesa da luta armada como via para o derrubamento do fascismo e a realocação de Moscovo para Pequim da vanguarda da revolução socialista mundial. Álvaro Cunhal apontará o esquerdismo como o perigo imediato dentro da organização do partido ao longo do “Rumo à Vitória”.<sup>169</sup> O livro de Lenine “Esquerdismo, Doença Infantil do Comunismo” seria, a partir desta época, várias vezes editado e divulgado entre os militantes do PCP, bem como referido na imprensa clandestina do partido. Apesar do sancionamento claro ao maoísmo chinês pelo PCP e a aprovação da linha de Moscovo, haverá a partir do final da década de sessenta uma disputa clara entre o PCP e os maoístas pela influência nos sectores estudantis e intelectuais.<sup>170</sup> Era precisamente contra o “tarefismo” em que o funcionário clandestino do PCP normalmente caía, que começam a surgir os jovens militantes da extrema-esquerda no início dos anos setenta. Procuravam nas alternativas de esquerda fora do PCP a criatividade de pensamento e ação que aí dificilmente tinham.

Partindo da necessidade de legitimar em Congresso as novas linhas políticas adotadas pelo partido que iam em confronto às aprovadas no V Congresso é decidido realizar-se o sexto. Este Congresso seria o primeiro em toda a história do PCP a realizar-se fora do país, perto de Kiev, no Verão de 1965. O congresso seria profundamente marcado pela apresentação do principal informe político “Rumo à Vitória” da autoria de Cunhal. Neste apresentavam-se as grandes linhas programáticas e táticas do partido que o marcarão até ao fim da sua história na clandestinidade. No entanto, a principal ideia seria retomar a linha do derrubamento da ditadura pelo levantamento nacional armado. Cunhal apresenta-o muito claramente da seguinte forma:

“E qual é o acto de força que pode provocar o derrubamento do governo fascista e levar ao poder um governo democrático? O Partido Comunista responde: é o levantamento nacional, é a insurreição popular, é a luta armada do povo e dos militares revolucionários, vencendo e destruindo o aparelho militar e repressivo fascista.”<sup>171</sup>

---

<sup>169</sup> Cf. CUNHAL, Álvaro, *Rumo à Vitória*, Lisboa, Edições Avante, 1979.

<sup>170</sup> VARELA, Raquel, “O Rumo à Vitória, de Álvaro Cunhal” in PAÇO, António Simões do, *Os anos de Salazar: O que se contava e o que se ocultava durante o Estado Novo*, vol. XXI, Lisboa, Planeta De Agostini, 2008, p. 41

<sup>171</sup> CUNHAL, Álvaro, *Rumo à Vitória*, Lisboa, Edições Avante, 1979, p.173.

### 4.1.1. A Década de 60: o prelúdio para o abalo do regime

Se a década de quarenta trouxera o primeiro grande abalo do regime, o segundo iniciou-se com as Eleições Presidenciais de 1958 até terminar no 1º de Maio de 1962. Ao “Furacão Delgado”, Salazar responderá com uma profunda remodelação ministerial colocando no cargo de ministros elementos considerados como reformistas dentro do regime. Mais do que uma vontade tratava-se de uma necessidade para Salazar conter a insatisfação que começava a surgir dentro do regime. Ainda na sequência das eleições dar-se-ia uma tentativa de golpe militar em Março de 1959 sob a iniciativa de alguns militares, porém este seria rapidamente desmantelado com o forte contributo da polícia política passando praticamente despercebido na opinião pública. No entanto, 1961 seria o ano em que iriam espoletar todas as tensões acumuladas desde o início da crise do regime em 1958.

O ano *horribilis* de 1961 teria início logo no primeiro mês com o caso do paquete “Santa Maria”, tomado de assalto por Henrique Galvão ao largo das Caraíbas. Este estaria por alguns dias sem ser visto até ser detetado pela Marinha dos EUA. Ora, o que de extraordinário houve neste evento seria o impacto internacional que esta ação teria. A personalidade de Humberto Delgado atraía a atenção da imprensa estrangeira na sua figura com a candidatura às eleições de 1958. A nomeação de Galvão como delegado plenipotenciário de Delgado, exilado no Brasil, leva a que a ação não seja tratada pelos países ocidentais como um acto de pirataria, mas sim, como um acto político contra o Estado Novo.<sup>172</sup> Galvão acabaria por receber exílio no Brasil, e o navio entregue posteriormente a Portugal. Tratou-se de um importante vexame internacional para Salazar, mas tendo também o efeito de alertar a comunidade internacional de que existiam forças políticas que começavam a actuar contra Salazar.

Entretanto em Março de 1961 dar-se-ia o início da Guerra Colonial. Ao ataque frustrado de nacionalistas angolanos que visava libertar os presos políticos em Luanda seguiu-se uma forte retaliação dos portugueses com a matança indiscriminada dos nativos. Apesar da posição de alerta dos EUA a Portugal para que demonstra-se abertura para a autonomia e independência angolana, Salazar responde com o reforço das tropas portuguesas em

---

<sup>172</sup> ROSAS, Fernando, “O Estado Novo”, in MATTOSO, José (coord.), *História de Portugal*, vol. 7, Lisboa, Editorial Estampa, 1998, p. 532.

Angola. A guerra teria o seu início com o ataque da UPA (União dos Povos de Angola), liderada por Holden Roberto, às comunidades “brancas” do Norte de Angola. Dando início a um evento profundamente marcante para os portugueses, estando na génese da queda da ditadura treze anos mais tarde.

Em sequência da notícia dos acontecimentos recentemente vindos de Angola os políticos e militares mais reformistas dentro do regime antecipando uma guerra para a qual consideravam não haver condições para travar, iniciou a preparação de um golpe contra Salazar.<sup>173</sup> A isto acrescia a retirada do apoio do importante parceiro estratégico militar e diplomático de Portugal, os EUA. À frente da preparação do “golpe palaciano” estaria o Ministro da Defesa, Botelho Moniz que contava com o apoio de importantes personalidades do topo do aparelho militar suficientemente poderosas para retirar Salazar da liderança do Estado Novo. Perante a intransigência de Salazar em proceder às reformas do Estado consideradas essenciais para a sua sobrevivência e informando a par e passo a embaixada dos EUA será decidido pelos conspiradores avançar com o golpe. Procedeu-se a infrutíferas pressões junto do Presidente da República, Américo Tomás, para a nomeação de um novo ministro.<sup>174</sup> Salazar com a próxima contribuição dos seus mais próximos aliados políticos e militares, ganha tempo e terreno ao processo de preparação do golpe. Salazar retira de funções, via rádio pública, os conspiradores envolvidos nos mais altos cargos políticos e militares do Estado. Quando a conspiração se decide a passar à ação já não têm qualquer capacidade de mobilização de forças militares, foram ultrapassados na inércia operacional em que tinham caído. Desta feita foi gorada a mais consistente oportunidade de derrubar Salazar do poder desde as eleições de 1958. Salazar teve que retirar o poder a parte dos mais importantes chefes militares para impor a guerra em África contra os movimentos de libertação, em seu lugar foram colocados fiéis cumpridores militares das ordens de Salazar no topo da hierarquia militar.<sup>175</sup> A partir deste momento os altos quadros do aparelho militar estavam totalmente fidelizados ao regime até à queda da ditadura. Por intervenção dos militares só havia realmente a possibilidade de derrubar o Estado Novo com a intervenção dos quadros intermédios, como viria a acontecer no 25 de Abril de 1974.

---

<sup>173</sup> *Idem, Ibidem*, p.534.

<sup>174</sup> RODRIGUES, Luís Nuno, “A tentativa de Golpe de Botelho Moniz” in PAÇO, António Simões do, *Os anos de Salazar: O que se contava e o que se ocultava durante o Estado Novo*, vol. XVIII, Lisboa, Planeta De Agostini, 2008, p. 43.

<sup>175</sup> ROSAS, Fernando, “O Estado Novo”, in MATTOSO, José (coord.), *História de Portugal*, vol. 7, Lisboa, Editorial Estampa, 1998, p.536.

No entanto a política de Salazar para as colónias mantinha-se a de segurar a todo o custo a soberania portuguesa. Com a guerra em Angola a centrar as atenções do regime e dos seus opositores, seria na Ásia que se daria a primeira perda de território colonial durante o poder da Ditadura em Portugal. Cercado pelas forças militares da União Indiana as, numericamente inferiores, tropas portuguesas responsáveis de defender o Estado Português da Índia rendem-se perante a falta de provisões a 17 de Dezembro de 1961.<sup>176</sup> Recusando cumprir as ordens de Salazar, o Governador português evita o massacre das tropas portuguesas aí situadas ao aceitar render-se. Em vão o regime procuraria junto das instâncias internacionais provar que deviam ser devolvidos os territórios indianos perdidos à soberania portuguesa.

Entretanto a 4 de Dezembro de 1961, dera-se uma das mais espetaculares fugas das prisões políticas da ditadura, a Fuga de Caxias. Oito militantes do PCP presos em Caxias conseguem, através de um longo e preparado plano, fugir em plena luz do dia num carro blindado alegadamente oferecido por Hitler a Salazar. Não obstante a segunda fuga das prisões políticas em menos de dois anos, trata-se de mais um vexame para o regime.

Porém a mudança do ano “horrrível”, para Salazar, de 1961 para 1962 não terminaria sem que se sucedesse mais uma tentativa de derrube do regime conhecido como o “Golpe de Beja”. Oriundo de uma facção militar próximo de Humberto Delgado, a tentativa de golpe daria corpo ao descontentamento dos militares apostados em derrubar o regime pela revolução militar e civil a que Fernando Rosas chamaria de “revolucionarismo militar”<sup>177</sup>. Apesar do insucesso do “Golpe de Beja” vários militantes do PCP, sobretudo da Margem Sul do Tejo, deslocar-se-ão a Beja no sentido de apoiar o golpe mesmo contra as diretrizes do partido. Será por ventura o primeiro sinal de que vários militantes já discordavam da ideia de não pegar em armas contra o regime.

Se o ano de 1961 foi o ano de eclosão das tensões criadas por um processo aberto por Humberto Delgado, o ano de 1962 foi o início de um processo de agitação política de massas com uma forte intervenção do PCP, conhecidas como as “Grandes Jornadas de 1962”. O partido sentia que Salazar passava por grandes dificuldades para controlar a avalanche de acontecimentos recentes que se desenrolavam em Portugal e nas colónias. Aproveitando a maior debilidade, João Madeira considera que Cunhal:

---

<sup>176</sup> *Idem, Ibidem*, p.536.

<sup>177</sup> Cf. ROSAS, Fernando, “O Estado Novo”, in MATTOSO, José (coord.), *História de Portugal*, vol. 7, Lisboa, Editorial Estampa, 1998, p.536-537.

“Entendia que se as lutas operárias e populares se intensificassem e radicalizassem, se estariam rapidamente a criar condições indispensáveis para o levantamento nacional que haveria de derrubar o regime.”<sup>178</sup>

Partindo de um relativo abrandamento da repressão em período de campanha para as eleições de Novembro de 1961, será dado início a um movimento crescente de insatisfação popular e de manifestações nas ruas que se prolongará até ao Verão de 1962. Os principais movimentos grevistas ocorreriam nas zonas das grandes massas assalariadas camponesas, mais especificamente, no Alentejo, Ribatejo e Algarve.<sup>179</sup> O trabalho de direcção das greves do PCP trouxe às gentes da grande lavoura uma conquista importantíssima, a conquista das oito horas de trabalho por dia nos campos.<sup>180</sup> Perante os grandes proprietários do Sul e o poder que representavam ao nível local e no regime, os trabalhadores que antes apenas conheciam o trabalho de “sol a sol”, conseguiram atenuar a exploração dos grandes latifundiários.<sup>181</sup> Em Lisboa e na Margem Sul ocorreram manifestações de grande adesão operária e estudantil, ao longo mês de Maio de 1962, marcadas por violentos confrontos entre polícia e manifestantes.

O primeiro semestre do ano seria também marcado por um importante movimento grevista ao nível académico conhecida como a “Crise Académica de 1962”. Após ser recusado a celebração do Dia do Estudante em Lisboa a 24 de Março, estudantes das Universidades de Lisboa e Coimbra, darão início a uma greve contra a repressão política da ditadura sobre o sector estudantil que se estenderá até Junho. Trata-se da politização juventude do ensino universitário e secundário, até aí relativamente contida, que representará um dos permanentes focos de contestação à ditadura até à sua queda.<sup>182</sup>

Em 1962 foi um ano definitivamente marcado pela agitação política popular que acabando por esmorecer após o Verão, terminou um período de grave crise política do Estado Novo. Salazar resistiu no poder até adoecer e morrer em 1968.

Os anos pós-1962 seriam marcados pela Guerra Colonial, com o início dos confrontos na Guiné-Bissau em 1963 e Moçambique em 1964. A guerra traria um enorme impacto à

---

<sup>178</sup> MADEIRA, João, “Uma Primavera quase escaldante” in PAÇO, António Simões do, *Os anos de Salazar: O que se contava e o que se ocultava durante o Estado Novo*, vol. XIX, Lisboa, Planeta De Agostini, 2008, p. 86.

<sup>179</sup> ROSAS, Fernando, “O Estado Novo”, in MATTOSO, José (coord.), *História de Portugal*, vol. 7, Lisboa, Editorial Estampa, 1998, p.538.

<sup>180</sup> Entrevista a António Gervásio, Montemor-o-Novo, 16 de Abril de 2015

<sup>181</sup> *Idem, Ibidem*

<sup>182</sup> ROSAS, Fernando, “O Estado Novo”, in MATTOSO, José (coord.), *História de Portugal*, vol. 7, Lisboa, Editorial Estampa, 1998, p.539.

sociedade portuguesa no descontentamento ao Estado Novo, fertilizando cada vez mais as hipóteses da sua queda assentar num amplo movimento de massas. Externamente seria cada vez maior o isolamento de Salazar à medida que se comprometia com a continuidade da guerra.

## 4.2. O PCP nos anos finais do regime

Chegado o final da década de sessenta o debate interno em torno do método de derrube do regime mantinha-se no PCP. Alguns militantes defendiam que apenas por intermédio de constantes ações violentas contra o regime seria possível derrubá-lo. Porém, Cunhal e os principais dirigentes partidários recusavam essa ideia da necessidade violência vistas como esquerdista. No entanto, era impossível à direção partidária ignorar a crescente tendência que se formava no partido para pegar em armas contra o regime. Evitando uma ultrapassagem à esquerda, no que se refere aos métodos violentos, o partido começa a preparar a criação do seu braço armado, logo após a realização do VI Congresso em 1966. Sendo algo inédito dentro do partido, alguns militantes receberam treino de guerrilha em Cuba, quando regressam a Portugal procuraram reunir armamento suficiente para a execução de ações especiais contra o regime. A repressão policial sobre o braço armado do PCP e as dúvidas do partido relativamente à pertinência do uso da violência num momento de refluxo do movimento de massas suspendem temporariamente o projeto. No entanto a morte de Salazar em 1968, revitaliza as perspectivas de derrube do regime, criando condições para a execução de ações armadas contra alvos militares envolvidos na guerra colonial ou em operações da NATO, mas sempre com a preocupação de evitar mortes que resvassem para interpretações de terrorismo. Após qualquer ataque a ARA (Acção Revolucionária Armada), assim se chamava o braço armado do PCP, explicava as razões que a tinham motivado à execução do atentado. O seu tempo de actuação seria no entanto relativamente curto com o primeiro ataque a realizar-se em Outubro de 1970 e a sua suspensão de actividades a ser comunicada em Maio de 1973, após a prisão dos seus principais operacionais e com a prioridade ao movimento de massas perspectivado com as eleições em Outubro desse ano. Relativamente à ARA o PCP, apesar de demonstrar o seu apoio público às ações realizadas, procurou sempre até à queda da ditadura desmarcar-se de qualquer relacionamento direto entre o partido e a organização armada.

As eleições para a Assembleia Nacional em Outubro de 1973 surgem num momento de profunda tensão política, social e económica do país. A degradação da vida dos portugueses levaria a um movimento de massas contra o regime que se prolongaria para além do acto eleitoral. A unidade da oposição ao regime era favorecida pelo entendimento dos problemas imediatos do país criando-se condições para um entendimento, sobretudo,

entre o PCP e os socialistas do ASP (Acção Socialista Portuguesa). Em Abril de 1973 realiza-se o Congresso Republicano de Aveiro onde se alcança o entendimento sobre os objectivos fundamentais das diversas sensibilidades políticas aí presentes. Pouco depois de terminado o congresso a ASP dará origem ao Partido Socialista (PS). Chegada a hora das eleições e perante as habituais restrições eleitorais a oposição desiste à boca das urnas. Perante a participação cívica significativa que estas provocaram, o PCP procura dar continuidade ao movimento de massas provocado pela concertação das forças oposicionistas nas eleições.

Até ao fim da ditadura, em Abril de 1974, as greves e as manifestações serão uma constante. Nos meios operários várias greves levarão à paralisação do trabalho e a confrontos violentos com a polícia, estas seriam greves bastante espontâneas assentes sobretudo na luta contra o custo de vida e na necessidade de melhores salários.<sup>183</sup> A dimensão do surto grevista neste período ultrapassou as reais capacidades do PCP, não tendo como até aqui tinha acontecido a preponderância do partido no movimento de massas.

A preparação do golpe do MFA (Movimento das Forças Armadas) vinha sendo do conhecimento do partido. Apesar das justificadas cautelas da direcção política do PCP no exterior relativamente ao sucesso no derrube da ditadura no “movimentos dos capitães”, a verdade é que com o desenrolar dos acontecimentos do próprio dia 25 de Abril de 1974 estava definitivamente claro que aquele fora o dia final da longa ditadura portuguesa. A partir desse momento o PCP deixara para trás uma longa história de luta na clandestinidade pela liberdade democrática que jamais poderá ser esquecida.

---

<sup>183</sup> MADEIRA, João, *História do Partido Comunista Português: Das origens ao 25 de Abril (1921-1974)*, Lisboa, Edições Tinta-da-China, 2013



### 4.2.1. A Queda da Ditadura

No ano de 1968 Salazar deixaria definitivamente o poder após uma queda da cadeira, que o deixaria definitivamente incapacitado de exercer funções, fruto da qual morreria pouco tempo depois. Para suceder a Salazar na Presidência do Conselho o Presidente da República Américo Tomás chamaria Marcello Caetano. Ainda que contrariado Tomás, após ouvir diversas personalidades, acede na escolha mais lógica para a sucessão de Salazar, Caetano representava sem dúvida a vitória da corrente mais reformista do regime sobre os mais conservadores e coloniais.<sup>184</sup> Este reunia um largo consenso tanto junto das chefias militares que ansiavam pela resolução política da Guerra Colonial, como dos grupos económicos com maiores interesses europeus e dos diplomatas perante o maior isolamento de Portugal. No entanto, a expectativa em torno da personalidade de Marcello Caetano levaria a parte da opinião pública, cansada da guerra, a acreditar numa maior liberalização do regime.

A verdade é que as reformas que viriam a ficar conhecidas de “Primavera Marcelista”, seriam para além de tardias, de impacto insuficiente para salvar o regime. No que concerne, à repressão política Caetano procurou aligeirar a ideia de repressão fosse pela diminuição de alguns poderes da polícia política, mas não dos métodos, a mudança de PIDE para DGS (Direção Geral de Segurança), ou ainda, a não necessidade de revogação ministerial dos sindicatos eleitos pelos trabalhadores.<sup>185</sup>

Chegado o início da década de setenta, as expectativas de liberalização em torno de Caetano haviam desaparecido. Este considerava que Portugal estava já demasiado comprometido nas guerras coloniais para desistir da soberania portuguesa. As eleições de 1969 que se anunciavam como verdadeiramente livres e democráticas acabariam por não sê-lo, com graves condicionamentos à liberdade de campanha da oposição. No mesmo ano, os estudantes manifestam-se por intermédio de greves contra o regime e contra o ensino que serão fortemente reprimidas.<sup>186</sup> Para as ruas alastrariam um vasto movimento grevista fruto da liberalização sindical. Brevemente, Marcello Caetano não mostrando resposta para o problema imediata da Guerra Colonial, retrai-se nas liberdades concedidas

---

<sup>184</sup> ROSAS, Fernando, “O Estado Novo”, in MATTOSO, José (coord.), *História de Portugal*, vol. 7, Lisboa, Editorial Estampa, 1998, p. 545-546.

<sup>185</sup> *Idem, Ibidem*, p.547.

<sup>186</sup> Entrevista a Álvaro Pato, Lisboa, 8 de Abril de 2015.

e retrocede no processo de liberalização que havia impulsionado. A revisão constitucional de 1971 e as eleições presidenciais de 1972 serão o sinal de que o regime manteria o seu carácter autoritário e anti-liberal.

Na oposição assistisse à radicalização das posições na luta contra o regime com o início da década de setenta. No campo da esquerda surgem múltiplos partidos maoístas e marxistas-leninistas operando claramente em setores da sociedade onde o PCP ia perdendo algum fulgor, como no ensino e no operariado junto dos grandes centros urbanos, tanto por via da repressão policial como pelos métodos políticos apresentados.<sup>187</sup> Os novos partidos de esquerda terão uma activa militância tendo alguns deles ganho uma dimensão assinalável no campo da esquerda, como o MRPP. Será nesta altura que começaram os ataques a alvos políticos e militares relacionado com a guerra colonial realizados tanto pela ARA como pelas Brigadas Revolucionárias (BR), constituída por dissidentes Frente Patriótica de Libertação Nacional (FPLN) sediada em Argel. No campo da direita, Marcello Caetano encontrava-se também cada vez menos apoiado. O catolicismo que fora um dos pilares de apoio ao longo do Estado Novo afastava-se cada vez mais do regime com o agudizar da guerra e com o Papa Paulo VI a receber em 1970 os movimentos de libertação MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola), FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique) e PAIGC (Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde). A ala mais liberal dentro do regime, que tinha apoiado Marcello Caetano, nos seus primeiros anos retirava o apoio dado com a retração do processo de liberalização.

No obstante, o opositor que acabaria por derrubar o regime estaria no seio das Forças Armadas. Os Oficiais Intermédios (Capitães e Majores) que lideravam as tropas no campo de batalha africano sem uma solução política para a guerra apercebem-se que apenas o derrube do regime colocará um ponto final no conflito. O Movimento das Forças Armadas (MFA) partindo de um objetivo inicial de protesto contra o benefício na progressão das carreiras de oficiais milicianos, cedo começa a politizar-se e a assumir como necessário a preparação de um golpe de militar contra a ditadura. Sem a intervenção das altas patentes, mas com a condescendência destes, o “movimento dos capitães” após uma primeira tentativa de golpe mal ensaiada, colocará o fim a quarenta e oito anos de ditadura em Portugal.

---

<sup>187</sup> *Idem, Ibidem*, p. 554-555.

### 4.3. A Clandestinidade nas Grandes Áreas Metropolitanas (1961-1974)

No terceiro período da organização da clandestinidade política do PCP é possível verificar-se uma deslocação das casas e tipografias para as grandes cidades só que desta feita não será para o centro das cidades de Lisboa e do Porto, mas sim para as suas áreas metropolitanas envolventes. Estas encontravam-se bastante mais desenvolvidas tanto em área como em condições de habitualidade e mobilidade do que no início da inflexão populacional massiva da década de cinquenta. Os “bairros de lata” começaram a ser empurrados para zonas mais longínquas do centro das cidades e os funcionários do partido “resguardados” pela imensa massa trabalhadora que se deslocava para as indústrias diariamente.

<b>Casas Clandestinas no Distrito de Lisboa ao serviço do PCP de 1961-1974</b>									
<i>Anos</i>	<i>Localização por concelhos</i>								
	Lisboa	Amadora	Cascais	Loures	Oeiras	Sintra	Vila Franca	Mafra	Torres Vedras
1961	2	1			2			1	
1962	2							1	
1963	5					1			
1964	2								
1965	1	2		1		5		1	
1966	1			2	1			1	
1967	4	1		1				1	
1968	4	2		1		3		2	
1969	4		1	2		1			
1970	4		1	1					
1971	1		1	1					
1972	1			2					
1973	1			1					
1974	1			1					

Fontes: PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS, *60 anos de luta ao serviço do povo e da pátria*, Lisboa, Edições Avante, 1982;

Analisando o quadro anterior dedicado aos concelhos do distrito de Lisboa é possível verificar que Lisboa teve constantemente casas clandestinas do PCP ao longo do período abordado. No entanto nos dois períodos que vão de 1961 a 1964 e de 1967 a 1970, o partido contou com duas ou mais casas na capital, ao contrário dos restantes anos em que

apenas contou com uma. Observando os restantes concelhos verifica-se que existe uma presença regular de casas do partido no concelho de Loures, ao invés dos restantes que raramente indiciam uma preferência em períodos contínuos superiores a dois anos. No concelho de Loures, existe uma presença contínua de dez anos, de casas clandestinas, apesar de não existir uma explicação oficial sobre esta preferência. Importa ainda assim indicar que Loures durante o período que vai de 1960 a 1981 obteve um crescimento na sua população de 171%.<sup>188</sup> Tal como Sintra, o segundo concelho a ter maior número de casas clandestinas do PCP no mesmo período, a ter um aumento ainda maior da sua população na ordem dos 181%.<sup>189</sup> Pode-se então notar a ideia de que o partido possuía uma especial tendência em estabelecer-se em zonas de elevado crescimento populacional. Nota ainda para o concelho de Vila Franca de Xira um dos primeiros concelhos fora da região de Lisboa em que o comunismo teve forte adesão, que durante esta fase possuía importantes indústrias que se estendiam desde a zona oriental de Lisboa, e que não conta com qualquer casa clandestina do partido.

<b>Casas Clandestinas nos restantes Distritos do país ao serviço do PCP de 1961-1974</b>						
<i>Anos</i>	<i>Localização por distritos</i>					
	Setúbal	Porto	Faro	Aveiro	Castelo Branco	<u>Total</u>
1961	6	3				9
1962	2	4		1		7
1963	3	4				7
1964	8	6				14
1965	4	4				8
1966	1	3				4
1967	4	3				7
1968		5				5
1969		6				6
1970	1	7		1		9
1971	1	6		1		8
1972	1	4		1		6
1973	3	4		1		8
1974	4	3		1		8

Fontes: PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS, *60 anos de luta ao serviço do povo e da pátria*, Lisboa, Edições Avante, 1982;

<sup>188</sup> ROSA, Maria João Valente; VIEIRA, Cláudia, *A população portuguesa no século XX, Análise dos Censos de 1900 a 2001*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa, 2003, p.94.

<sup>189</sup> *Idem, Ibidem.*

Relativamente às casas localizadas nos restantes pontos do país para além do distrito de Lisboa, há a destacar pelo número de casas clandestinas sobretudo os distritos do Porto e de Setúbal, e em menor número de Aveiro. O distrito do Porto passa também durante este período por um processo de crescimento da sua área metropolitana. Tal como na capital, o PCP aproveita para estabelecer no Porto e nos concelhos envolventes à cidade, várias casas clandestinas. Com taxas de crescimento da população na maioria dos concelhos envolventes na ordem dos 50%, a área metropolitana oferecia boas condições conspirativas para o partido estabelecer aí as suas casas.<sup>190</sup> Relativamente ao distrito de Aveiro, que viu à época uma forte industrialização, este aparece assinalado de forma contínua em parte pela localização durante largo período de tempo numa casa clandestina em Espinho, concelho limítrofe do distrito a Norte, próximo do Porto. O distrito de Setúbal concentrava elevado número de casas clandestinas e de forma continuada por várias razões, a primeira seria por ter concelhos que se inserem na chamada “margem sul” de Lisboa, que fixava pessoas nos concelhos de Almada e Seixal, por exemplo, que trabalhavam nos importantes complexos industriais da CUF, Siderurgia e Lisnave, ou ainda em Lisboa. A segunda foi a acessibilidade, entre as margens do Tejo, enormemente facilitada com a inauguração da, então denominada, ponte Salazar em Agosto de 1966. O crescimento do número de casas clandestinas neste distrito nos anos imediatamente precedentes ao 25 de Abril de 1974 reflete também os sucessivos golpes repressivos a que o PCP está sujeito em Lisboa. O que se comprova pela queda do número de casas nesta cidade a partir do ano de 1971.

Sobre as tipografias clandestinas do PCP no período de 1961 a 1974, na tabela abaixo apresentada, há a registar que segundo os números possíveis de observar foi o distrito do Porto que maior número acolheu e durante todo o período, exceto o ano de 1969. Nesta região foi-se concentrando muita da imprensa dedicada a setores da atividade, como o têxtil e o pequeno campesinato específicos da região Norte. O mesmo se poderá dizer do distrito de Setúbal que pela localização próxima do Alentejo teve aí localizado a imprensa dedicada às massas assalariadas alentejanas. No distrito de Lisboa é possível verificam-se um baixo número de tipografias nesta região, porém a centralidade que tinha a distribuição da imprensa clandestina deixa prever que parte das tipografias que aqui funcionaram, não tiveram a sua localização conhecida até agora.

---

<sup>190</sup> *Idem, Ibidem*, p.95.

<b>Tipografias Clandestinas ao serviço do PCP de 1961-1974</b>									
Anos	<i>Localização por Distritos</i>								
	Lisboa		Porto	Setúbal	Leiria	Santarém	Coimbra	Aveiro	<u>Total</u>
	Dentro do concelho	Restantes concelhos							
1961			2	1					3
1962	1		3			1			5
1963	1	1	3	1		1			7
1964	1	2	3	1					7
1965		2	4	2					8
1966			1	1					2
1967		1	1	1					3
1968		1	2						3
1969		2							2
1970			4						4
1971			1						1
1972			1						1
1973			1						1
1974			1						1

Fontes: - PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS, *60 anos de luta ao serviço do povo e da pátria*,

Lisboa, Edições Avante, 1982;

### 4.3.1. O crescimento das Grandes Cidades – Uma análise demográfica

Como fora referido no capítulo anterior o crescimento das grandes cidades teve um forte impacto na reordenação da localização das casas e tipografias clandestinas de todo o país para as grandes áreas metropolitanas. Ora o pretendido com este subcapítulo é partir da análise dos números apresentados, na tabela abaixo, verificar como as dinâmicas populacionais portuguesas tiveram uma importância central na organização da clandestinidade do PCP

População Residente nos concelhos de Lisboa e Porto e nas Áreas Metropolitanas de Lisboa (AML) e do Porto (AMP) de 1930 a 1970								
Momentos Censitários	Lisboa				Porto			
	Concelho		AML		Concelho		AMP	
	Total	% pop. AML	Total	% pop. País	Total	% pop. AMP	Total	% pop. País
1930	591.939	66 %	947.446	14 %	229.794	41 %	558.471	8 %
1940	694.389	66 %	1.107.757	14 %	258.548	40 %	653.101	8 %
1950	783.226	62 %	1.312.500	15 %	281.406	38 %	734.480	9%
1960	802.230	53 %	1.524.200	17 %	303.424	36 %	835.674	9%
1970	760.150	41 %	1.831.925	21 %	301.655	32 %	928.335	11 %

Fonte: ROSA, Maria João Valente; VIEIRA, Cláudia, *A população portuguesa no século XX, Análise dos Censos de 1900 a 2001*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa, 2003, p. 85

A primeira grande mudança que se pode verificar é a existência de um crescimento antes e depois da década de sessenta nas duas maiores cidades do país e suas respectivas áreas metropolitanas. Se nas primeiras duas décadas, apresentadas na tabela, o peso das áreas metropolitanas se encontra relativamente estável tanto em relação às suas principais cidades como ao resto do país, o mesmo não poderá ser analisado na viragem de cinquenta para sessenta com ganhos visíveis de população em relação aos restantes.

Pegando nesta divisão da década de sessenta e verificando apenas os valores relativos a percentagens, que tornam mais clara a interpretação, pode-se verificar a perda de peso da população de ambas as cidades para as respectivas áreas metropolitanas, e ainda do ganho desta última em relação ao resto do país. A área metropolitana de Lisboa, no espaço de uma década, ganhara 9% da população em relação à sua principal cidade, e 2% ao seu país. Mais modestamente, a área metropolitana do Porto “roubou” apenas 2% da

população à sua principal cidade e manteve estável o seu peso na conjuntura nacional. No entanto, esta dinâmica de acréscimo da percentagem da população às áreas metropolitanas evidenciar-se-á ainda mais com a chegada da década de setenta. Outro facto interessante nesta tabela é que apesar de Lisboa e Porto crescerem em termos absolutos a sua população de cinquenta para sessenta, este crescimento será insuficiente para colmatar o peso que as suas áreas envolventes ganham nesta fase.

As razões por trás deste crescimento populacional das áreas metropolitanas envolventes às grandes cidades tiveram origem numa única palavra: pobreza. A década de cinquenta embora que tardiamente trouxe um importante crescimento da indústria portuguesa, que se instalou sobretudo junto das grandes cidades. Baseada numa mão-de-obra barata e pouco qualificada, o sector industrial empregava cada vez maior número de pessoas. Entretanto nos campos, as populações viviam cada vez pior com o forte lóbi dos grandes proprietários a perpetuar a má remuneração e o desemprego. Assistiu-se desta forma a um êxodo rural enorme da fuga não da pobreza, a que as classes trabalhadoras estariam condenadas onde quer que estivessem, mas sim à extrema pobreza em busca do direito a uma vida com o mínimo de dignidade. O crescimento das cidades de Lisboa e Porto ao atingirem a sua capacidade populacional viram também, fruto da procura, aumentar o preço das vendas e rendas das habitações o que levou à ocupação das zonas limítrofes.

Em suma fica demonstrado o forte crescimento que as áreas metropolitanas tiveram com o influxo populacional das principais cidades e do resto do país, que o PCP aproveitou como sendo uma das melhores formas de operar clandestinamente neste período.



## Conclusão

No presente estudo creio ter sido possível demonstrar a forma como a organização da clandestinidade política do PCP foi evoluindo durante o período correspondente à Ditadura em Portugal de 1926 a 1974.

É possível identificar, um primeiro espaço de tempo compreendido entre 1926 a 1929, em que o Partido se tenta adaptar à nova realidade de ilegalidade. À data do golpe que instaurará a Ditadura em Portugal, o PCP era um partido de fraca expressão no panorama político português com a sua organização a estar cingida às grandes cidades. Fruto da incapacidade de, por sua conta, fazer a oposição aos golpistas do 28 de Maio de 1926, o partido junta-se ao mais forte movimento de oposição ao golpe, o “Reviralhismo”. Essa associação, na derrota do “Revirvalho” resultou no seu quase total aniquilamento. Porém o partido renasce sob a liderança de Bento Gonçalves lançando as bases, a partir de 1929, para a constituição da organização do partido adaptado à sua nova situação de clandestinidade. Os primeiros anos de trabalho político do partido em clandestinidade serão bem conseguidos, ainda que baseados em métodos conspirativos rudimentares. No entanto, o partido será arrasado pela repressão das oposições em pleno processo de fascização do Estado Novo. Só voltaria a reerguer-se já com o início da década de quarenta.

No segundo período da organização da clandestinidade do PCP, compreendido entre 1941 e 1960, reconstitui-se, com a “reorganização” do início da década de quarenta, um novo partido pela total transformação orgânica que lhe está subjacente. Após a “reorganização” de 1941, o PCP nunca deixou de existir como organização clandestina com actividade regular permanente, fazendo sempre sair a partir deste período a imprensa clandestina central do partido. Neste período, com a curta liderança inicial de Fogaça e principalmente de Cunhal posteriormente, transforma o PCP num partido clandestino à escala nacional. O partido atingirá um impressionante crescimento desde a “reorganização” de 1941 até ao final da Segunda Guerra Mundial. O PCP assumirá o seu papel de vanguarda junto das massas trabalhadoras, não mais deixando de as orientar na luta contra o regime. As casas clandestinas do partido serão relocalizadas para as zonas rurais na década de quarenta, para depois regressarem para junto das grandes áreas metropolitanas que iam nascendo na década de cinquenta. Constitui-se um quadro de funcionários profissionais, casas de

apoio e tipografias clandestinas sujeitas a regras rígidas de actuação. A total mudança de métodos organizativos levou o PCP a manter a sua organização, durante os primeiros anos, intocável pela polícia política. O partido alterara o *modus operandi* dos seus funcionários e a localização geográfica das casas clandestinas para a imensa zona rural portuguesa. Em contrapartida, o estereótipo e a padronização do clandestino conjugados com a forte repressão policial, que se ia especializando na contra-subversão, tornou inviável a permanência em meios pouco povoados as casas clandestinas.

O terceiro período da organização da clandestinidade do PCP vai de 1961 a 1974, fim do regime ditatorial. O PCP ao longo da década de cinquenta deu início à relocalização das suas casas clandestinas para junto das grandes áreas metropolitanas. Aproveitando um fluxo de êxodo rural para as grandes urbes, o partido conseguiu maior segurança clandestina e também estar mais perto dos seus sectores de apoio tradicionalmente mais fortes nas zonas operárias. A este período corresponderá à saída do Secretariado do PCP para fora do país, num primeiro momento para os países comunistas do Leste Europeu, e posteriormente, para França. Esta medida visava sobretudo evitar que o núcleo duro da direcção partidária fosse quase toda presa como aconteceu no final da década de quarenta, assegurando-se a estabilidade na direcção política evitando os “desvios” de orientação partidária da década de cinquenta.

A organização clandestina do PCP criou raízes sociais suficientemente fortes em alguns sectores da sociedade e soube adaptar-se à modificação das condições sociais, políticas e repressivas que foi enfrentando ao longo da sua história.

Torna-se relevante verificar que a organização do partido foi sofrendo alterações na sua estratégia de organização ao longo do seu período clandestino. No entanto a cultura de clandestinidade subjacente no segundo e terceiro períodos, foi sempre a mesma nos seus principais fundamentos. A cultura de clandestinidade subjacente à própria organização clandestina do partido permitiu que o PCP fosse o único partido a actuar nas condições de clandestinidade de forma contínua nos quarenta e oito anos de Ditadura. A capacidade de resistência do PCP faz da sua cultura de clandestinidade claramente um caso de sucesso.

## Fontes e Bibliografia

### 1. Arquivo

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

- Ministério do Interior  
Gabinete do Ministro, Gabinete do Ministro, Correspondência Recebida, Maço 490  
Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, Correspondência Recebida, Maço 493
- Tribunal Criminal de Lisboa  
2º Juízo Criminal, Processo 92/62, Caixa 704  
3º Juízo Criminal, Processo 16654/61, Caixa 66, 1º - 3º Volume  
3º Juízo Criminal, Processo
- PIDE/DGS  
Serviços Centrais, Processo nº 174, NT 1395  
Serviços Centrais, Processo nº 212, NT 1397  
Serviços Centrais, Processo nº 688, NT 1424  
Serviços Centrais, Processo nº 1336, NT 7082  
Serviços Centrais, Processo nº 12534, NT 7652  
Serviços Centrais, NT9075  
Serviços Centrais, NT 9107, Pasta 1  
Serviços Centrais, NT 9108, Pasta 1 e 3
- Legião Portuguesa  
Processo nº713  
Processo nº 714  
Processo nº 715  
Processo nº 719  
Processo nº 721  
Processo nº 7110

Processo nº 7130

Processo nº 7131

Processo nº 7133

## **2. Imprensa**

Avante!, I, II e VI séries.

A Voz das Camaradas das Casas do Partido (1956-1958).

Três Páginas (1946-1956).

Militante, III série.

## **3. Documentos Avulsos**

I Congresso do PCP, *Resoluções*. Lisboa, Edições Avante!, 1943, impr.

II Congresso Ilegal do PCP, *Resoluções*. Lisboa, Edições Avante!, 1946, impr.

[CUNHAL, Álvaro], Duarte, *Organização*, informe ao II Congresso Ilegal do PCP, 1946, polic.

SANTOS, *Tarefas de Organização*, informe ao I Congresso Ilegal do PCP, Editorial Avante!, 1944, impr.

[CUNHAL, Álvaro], Duarte, *Informe Político do Comité Central, O Caminho para o Derrubamento do Fascismo*, s.l., Editorial Avante, 1946, p.2.

[CUNHAL, Álvaro], Duarte, *Organização, Informe do Comité central*, s.l., Editorial Avante, 1946.

[CUNHAL, Álvaro], Duarte, *Informe Político do Comité Central, O Caminho para o Derrubamento do Fascismo*”, s.l., Editorial Avante, 1946.

*Se fores preso, camarada*, s.l., Editorial Avante, 1947.

*Resoluções, II Congresso Ilegal do Partido Comunista Português*, s.l., Editorial Avante, 1948.

## **4. Fontes Orais**

Álvaro Pato, Lisboa, 8 de Abril de 2015

António Gervásio, Montemor-o-Novo, 16/04/2015

Carlos Brito, Alcoutim, 14/01/2015

Carlos Luís Figueira, Vila Real de Santo António, 28/01/2015

Domingues Abrantes, Lisboa, 16/12/2014

## 5. Bibliografia

CANOTILHO, Mariana, “A Constituição Portuguesa de 1933” in PAÇO, António Simões do, *Os anos de Salazar: O que se contava e o que se ocultava durante o Estado Novo*, vol. II, Lisboa, Planeta De Agostini, 2008.

COELHO, José Dias, *A resistência em Portugal*, Lisboa, Edições Avante!, 2011.

[CUNHAL, Álvaro], Manuel Tiago, *A Casa de Eulália*, Lisboa, Edições Avante!, 1997.

[CUNHAL, Álvaro], Manuel Tiago, *Até Amanhã Camaradas*, Lisboa, Edições Avante!, 1975.

CUNHAL, Álvaro, *Obras Escolhidas, I (1935-1947)*, Lisboa, Edições Avante!, 2007.

CUNHAL, Álvaro, *Obras Escolhidas, II (1947-1964)*, Lisboa, Edições Avante!, 2008.

CUNHAL, Álvaro, *Rumo à Vitória*, Lisboa, Edições Avante, 1979.

FARINHA, Luís, “O ”revirinho”: a resistência republicana”, in PAÇO, António Simões do, *Os anos de Salazar: O que se contava e o que se ocultava durante o Estado Novo*, vol. I, Lisboa, Planeta De Agostini, 2008.

FIGUEIRA, Carlos Luís, *A Casa*, Coimbra, Lápis de Memórias, 2014.

GOUVEIA, Fernando, *Memórias de um inspector da PIDE*, Lisboa, Roger Delraux, 1979.

MADEIRA, João, “A Refundação do Partido Comunista em 1940-41” in PAÇO, António Simões do, *Os anos de Salazar: O que se contava e o que se ocultava durante o Estado Novo*, vol. V, Lisboa, Planeta De Agostini, 2008.

- MADEIRA, João, “As Oportunidades Perdidas da Oposição” in PAÇO, António Simões do, *Os anos de Salazar: O que se contava e o que se ocultava durante o Estado Novo*, vol. VII, Lisboa, Planeta De Agostini, 2008.
- MADEIRA, João, “Salazar, Retaguarda de Franco” in PAÇO, António Simões do, *Os anos de Salazar: O que se contava e o que se ocultava durante o Estado Novo*, vol. IV, Lisboa, Planeta De Agostini, 2008.
- MADEIRA, João, “Uma Primavera quase escaldante” in PAÇO, António Simões do, *Os anos de Salazar: O que se contava e o que se ocultava durante o Estado Novo*, vol. XIX, Lisboa, Planeta De Agostini, 2008.
- MADEIRA, João, *História do Partido Comunista Português: Das origens ao 25 de Abril (1921-1974)*, Lisboa, Edições Tinta-da-China, 2013.
- MADEIRA, João, *O Partido Comunista Português e a Guerra Fria: “sectarismo”, “desvio de direita”, “Rumo à vitória”(1949-1965)*, Lisboa: [s.n.], 2011, Tese Doutoramento.
- MADEIRA, João, *O PCP e a Validade Universal da Experiência Soviética*, História, nova série, nº2, Maio de 1998, pp.17-27.
- MAGRO, José, *Cartas da Clandestinidade*, Lisboa, Edições Avante!, 2007.
- MARQUES, A. H. Oliveira, *A Literatura Clandestina em Portugal Durante a Ditadura Militar (1926-1932)*, vol. I e II, Lisboa, Editorial Fragmentos, 1990.
- MARQUES, J. A. Silva, *Relatos da Clandestinidade – O PCP visto por dentro*, Lisboa, Edições Jorna Expresso, 1976.
- MELO, Rose Nery Nobre de, *Mulheres Portuguesas na Resistência*, Lisboa, Seara Nova, 1975.
- MESQUITA, João, “18 de Janeiro de 1934: Fracasso da Greve Geral” in PAÇO, António Simões do, *Os anos de Salazar: O que se contava e o que se ocultava durante o Estado Novo*, vol. III, Lisboa, Planeta De Agostini, 2008.
- MIGUEL, Francisco, *Das prisões à Liberdade*, Lisboa, Edições Avante!, 1986.
- NOGUEIRA, Cristina, *Vidas na Clandestinidade*, Lisboa, Edições Avante!, 2011.
- PAÇO, António Simões do, *Os anos de Salazar: O que se contava e o que se ocultava durante o Estado Novo*, vol. I-XXI, Lisboa, Planeta De Agostini, 2008. PARTIDO

- COMUNISTA PORTUGUÊS, *60 anos de luta ao serviço do povo e da pátria*, Lisboa, Edições Avante, 1982
- PEREIRA, José Pacheco, *A Sombra. Estudo sobre a clandestinidade comunista*, Lisboa, Gradiva, 1993.
- PEREIRA, José Pacheco, *Álvaro Cunhal - Uma Biografia Política, “Daniel”, o Jovem revolucionário*”, Volume I, Lisboa, Temas e Debates, 1999.
- PEREIRA, José Pacheco, *Álvaro Cunhal – Uma biografia política. “Duarte”, o dirigente clandestino, 1941-1949*, volume II, Lisboa, Temas e Debates, 2001.
- PEREIRA, José Pacheco, *Álvaro Cunhal – Uma biografia política. O prisioneiro, 1949-1960*, volume III, Lisboa, Temas e Debates, 2005.
- PEREIRA, Victor, “Ei-los que partem” in PAÇO, António Simões do, *Os anos de Salazar: O que se contava e o que se ocultava durante o Estado Novo*, vol. XXI, Lisboa, Planeta De Agostini, 2008.
- PIMENTEL, Irene Flunser, *A História da PIDE*, Lisboa, Temas e Debates, 2007.
- PIMENTEL, Irene Flunser, *Biografia de um Inspector da PIDE: Fernando Gouveia e o Partido Comunista Português*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2008.
- PIMENTEL, Irene Flunser, “O Estado Novo estende o braço” in PAÇO, António Simões do, *Os anos de Salazar: O que se contava e o que se ocultava durante o Estado Novo*, vol. IV, Lisboa, Planeta De Agostini, 2008.
- PIRES, Carlos, *Memórias de um Tipógrafo Clandestino*, Lisboa, Edições Avante!, 2011.
- RABY, Dawn Linda, *A Resistência Anti-Fascista em Portugal 1941/74*, Lisboa, Salamandra, 1990.
- RABY, David L., *O MUNAF, o PCP e o problema da estratégia revolucionária da Oposição*, *Análise Social*, Vol. XX, 1984, pp.687-700.
- RIBEIRO, Maria da Conceição, *A Polícia Política no Estado Novo 1926-1945*, Lisboa, Editorial Estampa, 1995.
- RODRIGUES, Luís Nuno, “A tentativa de Golpe de Botelho Moniz” in PAÇO, António Simões do, *Os anos de Salazar: O que se contava e o que se ocultava durante o Estado Novo*, vol. XVIII, Lisboa, Planeta De Agostini, 2008,

ROSA, Maria João Valente; VIEIRA, Cláudia, *A população portuguesa no século XX, Análise dos Censos de 1900 a 2001*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2003

ROSAS, Fernando, “O Estado Novo”, in MATTOSO, José (coord.), *História de Portugal*, vol. VII, Lisboa, Editorial Estampa, 1998.

ROSAS, Fernando, *Salazar e o Poder: A Arte de Saber Durar*, Lisboa, Edições Tinta-da-China, 2012.

SILVA, Manuel da, *30 anos de Vida e de Luta na Clandestinidade: Entrevista-Depoimento*, Lisboa, Edições Avante!, 1996.

TELO, António, *Portugal na Segunda Guerra*, Vol.II, Lisboa, Vega, 1991,

VARELA, Raquel, “Falar e fugir” in PAÇO, António Simões do, *Os anos de Salazar: O que se contava e o que se ocultava durante o Estado Novo*, vol. I, Lisboa, Planeta De Agostini, 2008.

VARELA, Raquel, “O Rumo à Vitória, de Álvaro Cunhal” in PAÇO, António Simões do, *Os anos de Salazar: O que se contava e o que se ocultava durante o Estado Novo*, vol. XXI, Lisboa, Planeta De Agostini, 2008.